Portal do Discente

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**
**SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS**

EMITIDO EM 17/07/2024 14:14

# Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 27/03/2024

**1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação

**2. Identificação da Dissertação**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Autor: | ANTONIO MOREIRA DE CARVALHO NETO | | | Matrícula: | 20221001400 *( identificador )* |
| Telefone: | 995892966 | | | | |
| Identidade: | 3033949 - SSP/PI | CPF: | | E-mail: | carvalho.neto@hotmail.com |
| Orientador: | FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO | CPF: | 448.623.853-20 | E-mail: | gleison.monteiro@ufpi.edu.br |
| Membro da banca: | ALCEBIADES COSTA FILHO | CPF: | 065.221.493-20 | E-mail: | |
| Membro da banca: | FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO | CPF: | 448.623.853-20 | E-mail: | gleison.monteiro@ufpi.edu.br |
| Membro da banca: | JOHNY SANTANA DE ARAUJO | CPF: | 474.646.073-68 | E-mail: | johny@ufpi.edu.br |
| Data da Defesa: | 27/03/2024 | | | Titulação: | Mestre |
| Título: | Antônio Coelho Rodrigues: sobre o Elemento Servil ou Fim da Escravidão no Brasil no final do período Imperial | | | | |
| Instituição de Defesa: | Universidade Federal do Piauí/UFPI | | | CNPJ: | 06.517.387/0001-34 |
| Afiliação: | CAPES | | | CNPJ: | 042.032.343-01 |
| Palavras-chave: | História do Brasil; Antônio Coelho Rodrigues; Império; Escravidão. | | | | |

**3. Agência de Fomento**

UFPI

**4. Informação de acesso ao documento**

Li

gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO MOREIRA DE CARVALHO NETO
Data: 17/07/2024 14:17:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do autor

Data

**Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.**

**ATENÇÃO**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **42b6cf3e8b**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

ANTONIO MOREIRA DE CARVALHO NETO

# ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: SOBRE O ELEMENTO SERVIL OU FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL NO FINAL DO PERÍODO IMPERIAL

TERESINA – PI

2024

ANTONIO MOREIRA DE CARVALHO NETO

# ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: SOBRE O ELEMENTO SERVIL OU FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL NO FINAL DO PERÍODO IMPERIAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, para obtenção do título de mestre em História do Brasil.

Área de Concentração: História, Cidade, Memória e trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

TERESINA – PI

2024

ANTONIO MOREIRA DE CARVALHO NETO

# ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: SOBRE O ELEMENTO SERVIL OU FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL NO FINAL DO PERÍODO IMPERIAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, para obtenção do título de mestre em História do Brasil.

Área de Concentração: História, Cidade, Memória e trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Data de aprovação: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof. Dr. Johny Santana de Araújo (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

_____
Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (Examinador Suplente)

# FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

C331a Carvalho Neto, Antonio Moreira de.
Antônio Coelho Rodrigues : sobre o elemento servil ou fim da escravidão no Brasil no final do período imperial / Antonio Moreira de Carvalho Neto. -- 2024.
120 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em História, Teresina, 2024.
"Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro".

1. História do Brasil. 2. Antônio Coelho Rodrigues. 3. Império. 4. Escravidão. I. Carvalho Neto, Antonio Moreira de. II. Título.

CDD 981.04

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

*A minha querida mãe, Deusimar Moreira de Carvalho, em memória, partiu no exato momento em que eu estava na fase de concluir está escrita, tornando este encerramento especialmente desafiador.*
*A minha querida tia, Albertina Maria, sempre dedicada a mim com seu amor e cuidado, assumindo o precioso papel de segunda mãe.*

# AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto de gratidão, é um nobre sentimento que vai além das palavras, representando o reconhecimento sincero pelo que recebemos dos outros. Este sentimento, expresso através de gestos gentis, conselhos sábios ou presença amorosa, fortalece laços e cria um ciclo virtuoso de positividade. Ao reconhecer e declarar nossa gratidão, não apenas valorizamos as contribuições alheias, mas também inspiramos outros a agirem com generosidade.

É com profunda devoção a Deus o nosso Senhor Jeová, e ao Seu filho Jesus Cristo que inicio minha mensagem de agradecimento. Através deles, tenho conseguido realizar aquilo que idealizei para minha vida. Sempre que rogo a eles por intercessão em meu favor, sou honrado com a bênção de ser atendido.

Em seguida, quero expressar minha intensa gratidão à minha família, que sempre esteve pronta para me auxiliar em minha jornada. Eles foram meu pilar, oferecendo apoio e assistência de todas as maneiras possíveis para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Quero estender meu sincero agradecimento aos meus avós, Antonio Moreira de Carvalho e Amelia Rodrigues, que, mesmo em memória, continuam a ser fonte de inspiração. Eles foram os alicerces dos meus ensinamentos, permitindo-me construir um futuro de sucesso.

Além deles, desejo honrar a memória de minha mãe, Deusimar Moreira, pela preciosa dádiva da vida e pelo amor constante que sempre impulsionou minha vida. Dedico esta conquista também à minha tia/mãe Albertina, cuja dedicação incansável nunca conheceu limites, proporcionando as condições para que eu perseguisse meus sonhos. Ao meu tio/pai José Moreira, que desempenhou um papel crucial na construção do meu futuro promissor, expresso minha profunda gratidão.

Agradeço de coração aos meus queridos irmãos, Yonara Moreira, América Livia, Alyne Carvalho, Romeu Carvalho e Amelia Lilian, que estiveram sempre ao meu lado, incentivando minhas conquistas. Vocês são verdadeiramente amados.

Quero estender meus agradecimentos especiais aos meus sobrinhos/filhos, Isabele Carvalho, Ruan Miguel, Olivia Beatriz e Ana Luiza. A presença de vocês sempre trouxe uma alegria única aos meus dias.

Por fim, quero expressar meu muito obrigado ao apoio incondicional da minha querida amiga/cunhada, Gediane Duarte, cuja presença vem somando significativamente às nossas vidas.

Minha jornada não se limitou ao apoio caloroso dos meus queridos familiares; ela também foi moldada pela generosidade e carinho dos meus vizinhos e amigos de Landri Sales-PI, que sempre constituíram uma valiosa rede de apoio ao longo do meu caminho. A todos, meu sincero agradecimento!

Neste instante de manifestar minha profunda gratidão, gostaria de dedicar palavras de reconhecimento e admiração ao meu professor e orientador, Gleison Monteiro, cujo papel tem sido fundamental em minha trajetória educacional. Seus ensinamentos valiosos, iniciados durante a graduação em Licenciatura em História na UFPI/PICOS em 2010, têm se estendido e se consolidado ao longo de toda a minha vida acadêmica.

Estendo meus sinceros agradecimentos aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Declarar a honra que tenho por tê-los como meus mestres, sendo motivo de imensa inspiração. Assim sendo, suas dedicações incansáveis, conhecimentos vastos e orientações perspicazes foram verdadeiras luzes que iluminaram meu percurso acadêmico.

Expresso meu reconhecimento à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo generoso apoio financeiro concedido à minha pesquisa. Este valioso incentivo não apenas viabilizou, mas também desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do meu trabalho e no impulsionamento da pesquisa no cenário acadêmico.

Quero agora espalhar minha grandiosa felicidade por ter a sorte de contar com cada um de vocês nesta trajetória. Maria Andrade, Lucas André, Erismar, Heverton, Maria Clara, Aricelia, Lana, Ana Georgia e Iago, a amizade de vocês tornou essa experiência ainda mais significativa. Obrigado por compartilharem conhecimentos, risadas e apoio ao longo do caminho. Vocês são parte fundamental dessa conquista e meu coração se enche de alegria e consideração por tê-los ao meu lado.

Nesta marcha chamada vida, quero retribuir o carinho e torcida que recebo de cada um de vocês. Raylla, Rannyelle, a Graciosa e família, Sergio Ribeiro, tia Edna, Clicergio Jr, Bruno Placido, Marinalva, Iarla, Abdias, Jousy, Bruno Portela, Rosangela, Isa, Mikaele, Tania, Paula (em memória), Samuel

Vale, Maicon Holanda, Maria da Luz, Conceição, Valeria, Pablo, Celene, Yanka, Edson, Nayara, Walace, Saara, Regina Celia, Vinicius Fernandes, Joseli Magalhães, Valeria e Ricardo Menezes a presença e amizade de cada um são tesouros inestimáveis que enriquecem meus dias. Uma andorinha só não faz verão, e meu verão (sucesso) só acontece com ajuda de todos vocês!

E tudo que eu conquistei
Foi com o suor do meu trabalho
Eu nunca desisti, não me curvei
Não me entreguei, não me deixei levar

(Um Cara de Sorte – Detonautas Roque Clube)

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender a contribuição de Antônio Coelho Rodrigues para a história política do Brasil no século XIX, além do destaque que deu ao Piauí nesse período. Assim, a presente pesquisa pretende fazer um estudo sobre parte de Antônio Coelho Rodrigues como conselheiro do Imperador, para dessa forma, entender os processos ocorridos nas mudanças do Império para a República com o fim do trabalho escravo. Para isso, o presente estudo visa apresentar as obras, a visão e o papel de Antônio Coelho Rodrigues na transição política dos regimes, bem como discorrer a respeito das críticas ao Imperador feitas sobre o elemento servil, apresentando-lhes a ótica de Coelho Rodrigues sobre esse fato. Através da metodologia da análise de conteúdo por intermédio da descrição e análise do *Manual do Subdito fiel, ou, Cartas de um lavrador a sua Majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*, publicadas em 1884 nos jornais *Commercio* e *Brazil* e *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife* em Outubro de 1878 para a compreensão do elemento servil ou do fim da escravidão no país entre o fim do período monárquico e início do período republicano através dos discursos e posicionamentos de sociopolíticos de Antônio Coelho Rodrigues. No desenvolvimento deste trabalho, foram consultadas e utilizadas diversas fontes bibliográficas que contribuíram para embasar e fundamentar as análises apresentadas. As seguintes obras foram referenciadas: Avelino (2021); Barbosa (2011); Carvalho (2007); Costa Filho (2014); Nabuco (2003).



**Palavras-chave**: História do Brasil; Antônio Coelho Rodrigues; Império; Escravidão.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to understand the contribution of Antônio Coelho Rodrigues to the political history of Brazil in the 19th century, in addition to the prominence he gave to the State of Piauí in this period. Thus, the present research intends to make a study of Antônio Coelho Rodrigues as an advisor to the emperor, to understand the processes that occurred in the changes from the Empire to the Republic with the end of slave labor. To this end, this study aims to present the works, vision and role of Antônio Coelho Rodrigues in the political transition of regimes, as well as discuss the criticisms of the emperor made regarding the servile element, presenting Coelho Rodrigues' perspective on this fact. Through the methodology of content analysis through the description and analysis of the *Manual of the Faithful Subdito, or, Letters from a farmer to his Majesty the Emperor on the issue of the servile element*, published in 1884 in the newspapers Commercio e Brazil and *Trabalhos do Congresso Agrícola from Recife* in October 1878 to understand the servile element or the end of slavery in the country between the end of the monarchical period and the beginning of the republican period through the speeches and sociopolitical positions of Antônio Coelho Rodrigues. In the development of this work, several bibliographic sources were consulted and used, which contributed to support and substantiate the analyzes presented. The following works were referenced: Avelino (2021); Barbosa (2011); Carvalho (2007); Costa Filho (2014); Nabuco (2003).



**Keywords:** History of Brazil; Antônio Coelho Rodrigues; Empire; Slavery.

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO ..... 15**

**1 HISTÓRIA DE VIDA DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES ..... 21**

1.1 A trajetória sociopolítica de Antônio Coelho Rodrigues ..... 21

1.2 Coelho Rodrigues e as críticas ao Imperador pelos Jornais *Commercio e Brazil* sobre o elemento servil ..... 27

1.3 A posição política de Antônio Coelho Rodrigues no contexto dos jornais *Commercio e Brazil* sobre o trabalho servil ..... 31

1.4 A abolição da escravidão no Piauí e a participação de Antônio Coelho Rodrigues ..... 36

**2 AS ESCRITAS DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES NO *MANUAL DO SÚBDITO FIEL* ..... 47**

2.1 O *Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade O Imperador* ..... 49

2.2 Antônio Coelho Rodrigues: Contradição no discurso de um senhor dono de escravos para um abolicionista ..... 52

2.3 A Carta Três e a crítica ao movimento abolicionista no Ceará ..... 60

**3 ANTÔNIO COELHO RODRIGUES E SEU DISCURSO: TRABALHOS DO *CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE* ..... 94**

3.1 Trabalhos do *Congresso Agrícola do Recife* em outubro de 1878 ..... 96

3.2 Antônio Coelho Rodrigues entra em cena com seu discurso inicial na Sessão I/79 ..... 103

3.3 A Sessão I/87-88 e o relato sobre a circunstância do trabalho servil escravista no Brasil ..... 106

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 113**

**REFERÊNCIAS ..... 120**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 01** Retrato de Antônio Coelho Rodrigues ..... 21

**Figura 02** Capa do Manual do Subdito fiel, ou, Cartas de um lavrador a sua Majestade o Imperador, de 1884 ..... 49

**Figura 03** Imagem digitalizada do Livro de Registro de posse do corpo jurídico da FDR ..... 72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| **CAPES** | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| **OAB-PI** | Ordem dos Advogados do Piauí |
| **SAAP** | Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco |
| **UFPE** | Universidade Federal do Pernambuco |
| **UFPI** | Universidade Federal do Piauí |

## INTRODUÇÃO

A motivação para pesquisar sobre Antônio Coelho Rodrigues surgiu em 2011, quando o presente pesquisador era estudante do curso de graduação em licenciatura em História na Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no município de Picos-Piauí. O professor Doutor Johny Santana de Araújo, que naquele período era docente do campus, me fez o convite para integrar ao seu grupo de pesquisa cientifica financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que desenvolveria pesquisa sobre Antônio Coelho Rodrigues no cenário político do Brasil no século XIX.

Ao me dedicar a essa pesquisa, tinha como objetivo central compreender e aprofundar conhecimentos sobre o ator político Antônio Coelho Rodrigues. Além disso, destaco que na trajetória da pesquisa, foi realizada uma reflexão crítica sobre os pensamentos, opiniões e memórias desse político em um período que se tratava o fim do trabalho escravo no Brasil. Em resumo, a escrita enfatiza a abordagem investigativa e analítica adotada ao explorar os elementos relacionados ao ator político em questão.

Assim sendo, no decorrer desta dissertação, iremos mostrar a contribuição de Antônio Coelho Rodrigues para a história política do Brasil e, principalmente, dando ênfase na Província do Piauí. Entretanto, para que isso seja possível, é preciso entender que a história tem a função de estudar as transformações e constâncias que sempre ocorrem no meio social.

Nesse contexto, segundo Silva (2015), a palavra História é de origem grega e significa informação, investigação. Surgiu no século VI, antes de Cristo. Todavia, antes disso, os homens sempre sentiram necessidade de encontrar uma explicação sobre sua origem e sua vida.

Todo ser humano carrega consigo, na sua história, as referências de onde nasceu, por isso, é importante para a construção do seu próprio discurso de vida saber de onde sua cultura foi constituída, pois suas referências, modos de vida e construções culturais, farão sempre parte da sua história.

Antônio Coelho Rodrigues foi um advogado, jornalista e político brasileiro e piauiense, que constituiu carreira entre o Império e a primeira República. Assim, estudá-lo é também conhecer a história política do Brasil desta temporalidade e, principalmente, na Província do Piauí no período Imperial ao início da República, além de conhecer a contribuição para a historiografia brasileira do jovem piauiense que se formou em Direito em Recife, no século XIX.

Logo após sua formatura, ele retornou ao seu berço familiar na Província do Piauí e passa a contribuir com o desenvolvimento político e econômico do sua Província. Portanto, para relatar quem foi Antônio Coelho Rodrigues, é preciso estudar as suas obras deixadas. Para tanto, é preciso deixar claro que a história de vida pode ser entendida como “um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida” (Chizzotti, 2011, p. 101).

Como uma estratégia de pesquisa, insere-se no contexto da abordagem qualitativa de investigação, sendo utilizada nas mais diversas áreas do conhecimento humano, como a Antropologia, a História Social, a Psicologia, Social, a Educação, e que, de acordo com o pensamento de Chizzotti (2011), ainda engloba as mais diferentes escolas de pensamento existentes, tais como: empirismo, marxismo, fenomenologia, dramaturgia, dentre outras.

Em tempos atuais, há um número cada vez mais expressivo de historiadores que se interessam por trajetórias de vida e percurso profissional individual, com vistas a reconstruir a história de determinados personagens, seus constructos, aspirações, desejos e sentimentos, tal qual o estudo realizado nesta dissertação sobre a vida de Antônio Coelho Rodrigues que não tem como foco simplesmente em uma biografia de vida, mas sim em situar o leitor de onde é, para onde foi e o que se tornou durante sua vida dentro da história política brasileira.

A abordagem biográfica, portanto, dedica-se à descrição ou narrativa da vida de uma pessoa e reporta-se à extensão da vida do biografado com a intenção de recontar e de recriar a sua trajetória e história de vida por meio do

resgate da imagem do personagem, de como é, era e foi (Rosado *apud* Ceia, 1932, n.p.).

Assim, a gênese desta abordagem volta-se para a interpretação de fenômenos trazidos pelo homem tal como foi experiência do por quem o "viveu, tomando o seu ponto de vista como referência fundamental, tendo como objetivo obter informações sobre eventos do passado" (Chizzotti, 2011, p. 102), até então não registrados pela historiografia.

Ainda de acordo com o pensamento de Chizzotti (2011), o método biográfico oportuniza diferentes maneiras de trabalho ao pesquisador, comportando também diferentes gêneros quais sejam: biografia, autobiografia, testemunho, etnobiografia e a história oral. No caso do estudo aqui proposto, pretende-se ampliar o conhecimento a partir da proposta de investigação no âmbito da História que permita que sejam produzidos relatos através das memórias deixadas por diferentes atores sociais, ou seja, proporcionar entendimentos sobre os fatos e processos de um determinado período social, que é a passagem do período imperial para o republicano.

Desse modo, para desenvolver a construção da História de Antônio Coelho Rodrigues, foi necessário ir em busca de pesquisadores, historiadores e autores de outras áreas que também investigaram Rodrigues, tais como Rodrigo Caetano Silva (2016; 2022), Ítalo Bruno Araújo Damasceno (2022) e Antônio Chrysippo Aguiar (2006), dentre outros que serão citados no decorrer dessa escrita.

Diante dessa nuance, e analisando as possibilidades metodológicas que melhor se enquadraria na proposta de pesquisa, Laurence Bardin (2011) corrobora afirmando que a análise de conteúdo pode ser designada como

> [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Nesse sentido, a metodologia da análise de conteúdo, no conceito de Bardin (2011), visa analisar o passado e o presente através de um olhar para além das aparências superficiais. Essas investigações foram necessárias para tentar compreender o posicionamento de vida e político desse objeto de estudo, pois, a história de vida procura superar o subjetivismo impressionista e formular o estatuto epistemológico, estabelecer as estratégias de análise do vivido e constituir-se em método de coleta de dados do homem concreto.

Atento a isso, Laurence Bardin (2011) afirma que se deve praticar uma observação minuciosa ao material e exercer uma leitura daquilo que se encontra no segundo plano ou nas entrelinhas do sentido do discurso. Sobre isso, a autora afirma que

> [...] o grafólogo pode tirar suas conclusões sem se preocupar com o sentido do manuscrito que tem diante de si. O arqueólogo pode completar conhecimentos históricos através de uma ânfora, sem que seja obrigado a servir-se dela. Pelo contrário, a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista de conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura "à letra", mas antes o realçar de um sentido que se encontra no segundo plano (Bardin, 2011, p. 41).

Contudo, esse trabalho não será uma biografia de vida de Antônio Coelho Rodrigues, mas é necessário compreender quem ele foi para entender o seu papel na sociedade brasileira como um homem político e dono de escravos negros. Contudo, é pertinente mencionar que ele se tornou, em um dado momento, defensor das ideias abolicionistas, ora se manifestava como monarquista e logo depois se tornou republicano.

Dessa maneira, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo dessa dissertação, intitulado *História de vida de Antônio Coelho Rodrigues*, serão abordadas a trajetória socioespacial e política de Antônio Coelho Rodrigues, bem como também destacar a importância da imprensa como veículo de propagação das suas insatisfações acerca da maneira no qual Dom Pedro II estava lidando com o sistema escravocrata no Brasil.

Nesse capítulo inicial, abordaremos também como se deu o processo de abolição da escravatura na ótica de Antônio Coelho Rodrigues, prejudicando tanto o sistema econômico, os proprietários donos das fazendas agrícolas e o povo negro que viviam em condições escravocratas.

A importância deste estudo reside, principalmente, em ampliar a consciência política e histórica e o imaginário social da população brasileira acerca do posicionamento conservador de Antônio Coelho Rodrigues. Além disso, buscamos contribuir para o conhecimento do saber acadêmica, oferecendo uma parcela significativa de informações para o discernimento desse tema em peculiar, pois se relaciona intimamente com os dilemas do trabalho servil e do sistema escravista no Brasil do século XIX.

Dessa forma, a abordagem mais significativa na análise das informações e dos discursos políticos presentes nos documentos hemerográficos relacionados ao sistema escravista no Brasil e seu fim recai na compreensão do pensamento político dos senhores de escravos, ou seja, aqueles que detinham o controle sobre a mão de obra escrava. Pois o elemento servil era um dos motores da economia brasileira naquele período. Proporcionando uma compreensão precisa, os jornais se revelam como efetivos agentes partidários e instrumentos de políticos, destacando sua relevância no contexto do trabalho servil da escravidão e no processo de abolição.

Vale ressaltar que este trabalho também contribui para a compreensão da importância da análise de informações e dos discursos políticos presentes em documentos hemerográficos em torno do sistema escravista no Brasil e de seu processo de abolição. A abordagem enfatiza a compreensão do pensamento político dos senhores de escravos, que exerciam controle sobre a mão de obra escrava, ressaltando que o elemento servil era fundamental para a economia brasileira na época. Além disso, a relevância dos jornais como agentes partidários e ferramentas políticas, evidenciando seu papel crucial no cenário do trabalho servil da escravidão e no processo de abolição.

Ao explorar este tema, a intenção é oferecer uma contribuição substancial para a compreensão das questões que permeiam os discursos políticos de Antônio Coelho Rodrigues sobre o elemento servil no brasil e suas influências no contexto específico do ano de 1884.

No segundo capítulo, intitulado *As escritas de Antônio Coelho Rodrigues no Manual do Súbdito Fiel*, visamos a análise a posição de Antônio Coelho Rodrigues sobre o sistema escravocrata no Brasil. Já na introdução de sua obra, Antônio Coelho Rodrigues adota uma postura ambígua, esclarecendo que não defende a escravidão, mas também não aborda o tema de maneira abolicionista. Essa ambiguidade sugere uma abordagem mais complexa e matizada, desafiando os leitores a considerar diversas perspectivas sobre a questão da escravidão.

Portanto, é no terceiro capítulo deste trabalho, cujo título é *Antônio Coelho Rodrigues e seu discurso: Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*, momento em que visamos destacar a necessidade premente de uma reformulação na política agrícola, enfatizando a importância da introdução de ideias inovadoras para responder aos desafios contemporâneos. Entre essas propostas, destacam-se a implementação gradual da abolição da escravidão e o estabelecimento de uma política de imigração. Dessa maneira, a fonte histórica que será analisada serão os *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de outubro de 1878*.

# 1 HISTÓRIA DE VIDA DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES

## 1.1 A trajetória sociopolítica de Antônio Coelho Rodrigues

É relevante mencionar também que Antônio Coelho Rodrigues desempenhou papéis significativos ao longo de sua carreira. Ele atuou como chefe de redação do jornal *O Piauhy*, foi redator do jornal *O Conservador*, exerceu a profissão de jornalista, advogado e professor. Além disso, teve uma participação destacada na esfera política, ocupando os cargos de deputado provincial, entre 1874 e 1875; deputado federal, entre os anos de 1876 e 1878; e logo depois entre 1886 e 1889; foi senador pelo Piauí entre 1893 e 1896; e por fim, exerceu o cargo de prefeito do Rio de Janeiro em 1900.

**Figura 01: Retrato de Antônio Coelho Rodrigues**



**Fonte:** PINHEIRO, Jandielle Alves. **Antônio Coelho Rodrigues:** história e discursos nas publicações do Jornal O Piauhy, 1869-1873. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013, p. 31.

Resumindo: a cronologia do período político de Antônio Coelho Rodrigues no Brasil inicia-se como deputado da Província do Piauí em 1874, aos 23 anos de idade. Em 1876, assumiu como deputado geral, mudando-se para Capital do

Império, Rio de Janeiro; e em 1886 chegou ao cargo de conselheiro do Imperador Pedro II.

A partir disso, nesta pesquisa, daremos ênfase a análise da carreira política de Antônio Coelho Rodrigues de forma mais detalhada. Dando-se o ponta pé inicial da vida pública de Antônio Coelho Rodrigues em terras piauienses, a partir de 1869, ele acaba trocando o seu trabalho no Jornal *O Piauhy*, onde mantinha uma carreira militante pelo desenvolvimento da Província, para concorrer a eleição para deputado provincial pelo Piauí, pleito no qual saiu como vitorioso em 1874.

Ele também continuou sua trajetória como professor na Faculdade de Direito do Recife, como também fazia parte da política do Piauí. Em 1878, ele foi eleito novamente como deputado geral.

Ocorreu que, em 1881, houve um embate político com dois candidatos para disputarem a vaga para deputado geral. Os pré-candidatos foram divididos por distritos provinciais, mediante a esse modelo de eleições, Coelho Rodrigues acabou obtendo segundo lugar, sedo assim não sendo eleito.

No ano de 1886, o Barão de Cotegipe retornou ao exercício do mandato de deputado geral e permaneceu até 1888. Durante esse período, os políticos conservadores conseguiram retomar o controle da administração pública no Brasil. Com o seu retorno à política de forma firme, o Barão de Cotegipe recebeu uma resposta positiva e passou a dominar o Ministério de João Maurício Wanderley. Como resultado, o Gabinete Saraiva foi abstraído do cargo, e o Barão de Cotegipe assumiu a posição de destaque.

No período que vai de 1888, quando Antônio Coelho Rodrigues terminou seu mandato como deputado geral, até 1889, quando foi nomeado Conselheiro do Imperador em 12 de julho, o jurista e político foi convidado a integrar a comissão responsável pela análise do projeto de código civil proposto por Felício dos Santos, advogado e político do Partido Liberal.

No entanto, o projeto não foi aprovado, levando o Imperador do Brasil a designar vários juristas da época para trabalharem juntos na elaboração do Código Civil Brasileiro. Coelho Rodrigues foi o responsável pela construção intelectual do Direito de Família, mas o trabalho não foi bem-sucedido, resultando no fim da comissão organizadora.

Desse modo, o ano de 1889, foi marcante para Antônio Coelho Rodrigues, pois no dia 12 de julho daquele ano ganhou o título de Conselheiro do Imperador[1], honraria agraciado segundo Joseli Lima Magalhães (2022):

> Apesar de ter publicado, em 1884, o livro “Cartas de um súdito fiel à sua Majestade o Imperador. Não se julgou merecedor desta honraria e procrastinou o quanto pôde prestar o juramento de praxes. Realmente, não chegou a prestá-lo pessoalmente; em seu lugar, e desconhecendo, o seu propósito, o fez um seu procurador (Magalhães, 2022, pág. 55).

É marcante também para o Brasil que no dia 15 de novembro mudaria seu regime político de Monarquia para República, devido ao efeito de um levante político-militar, que passara a ter como primeiro presidente o militar Marechal Deodoro da Fonseca, tornando conhecido o novo regime político recém instaurado como a República das Espadas.

Mesmo embora tendo esse advento político, Antônio Coelho Rodrigues já saldava o novo regime republicano brasileiro e com isso ocorreu o seu retorno a política em 1893, assumindo o cargo de senador pelo Piauí na vaga do senador Teodoro Alves Pacheco[2], após o seu falecimento.

No seu mandato como senador, participou da Comissão de Constituição e Justiça, porém sua carreira no senado se encerra em 1896, ocorre ressalta que no período entre 1891 e 1893, Antônio Coelho Rodrigues juntamente com sua família, estaria residindo em Genebra, na Suíça, para elaborar o novo

---

[1] O título de Conselheiro do Imperador, segundo Magalhães (2022, p. 55), foi preferido porque “diferentes de boa parte da impressa do Piauí, os quais, por possíveis benesses do Governo do Estado ou das Prefeituras, calam-se diante de muitas falcatruas cometidas pelos governantes”.

[2] Teodoro Alves Pacheco nasceu em Teresina no dia 18 de julho de 1851, filho de José Félix Alves Pacheco e de Benedita Cândida da Conceição Pacheco. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou em 1877. Durante o Império militou no Partido Conservador e dirigiu vários jornais ligados ao partido. Foi também promotor em Teresina e ocupou diversos cargos públicos. Em 1887 assumiu a vice-presidência da província do Piauí e exerceu o cargo até 1889. Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, fez parte da junta governativa que assumiu o poder no Piauí até a chegada do governador nomeado, Gregóri Taumaturgo de Azevedo. Em 1890 foi conselheiro municipal em Teresina e secretário do governo do Piauí. Na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte realizada em setembro desse ano foi eleito senador com a segunda maior votação do estado. Empossado em novembro seguinte, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, a partir de junho passou a exercer o mandato ordinário. Faleceu em 29 de novembro de 1891, em pleno exercício do mandato (Lopes, 2013). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PACHECO,%20Teodoro%20Alves.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Código Civil Brasileiro a encomenda do Presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca. Em 1893, retorna ao Brasil com seu trabalho pronto, porém não teve sucesso perante o Governo de Marechal Deodoro da Fonseca[3].

Sem conseguir reeleição no Senado Brasileiro, porém no ano de 1900 tornou-se prefeito do Rio de Janeiro, Distrito Federal do país, naquele período, a sua nomeação foi feita pelo Presidente da República Campos Sales. Coelho Rodrigues toma posse 1º de fevereiro daquele mesmo ano, teve como seu trabalho inicial de organizar, segundo Lopes e Mesquitta (2014, p. 02), "os preparativos das comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, para o qual foi remodelado o largo da Glória, local onde o monumento a Pedro Álvares Cabral foi inaugurado em 3 de maio".

Porém, o intuito da pesquisa é compreender que, nesse contexto, ao estudar esse momento histórico, devemos considerar a importância da história política como ponto de partida de reflexão pelas quais essa construção textual se propõe. A propósito disso, o historiador francês Renê Rémond (2003) expõe que a história política apresenta uma configuração que era exatamente contrária a essa história ideal, levando em conta que, na grande maioria das vezes, os olhos dos homens só estão atentos aos momentos superficiais das circunstâncias, exceção, entre outros, para os exímios observadores das conjunturas geopolíticas e socioculturais.

Rémond (2003) destaca ainda a existência de uma complexa desconexão entre a história política idealizada e a realidade, enfatizando que a maioria dos sujeitos tendem a focar nos aspectos superficiais, com algumas exceções notáveis que conseguem enxergar as complexidades mais profundas da política.

Dessa maneira, é importante frisar que o reconhecimento histórico de um determinado personagem do passado não é apenas resultado das ações de seus opositores políticos do passado, mas também decorre da negligência ou "cegueira" por parte dos historiadores que não apreciam adequadamente o talento desse personagem. Dessa maneira, Antonio Chysippo de Aguiar (2006), na obra intitulada *Coelho Rodrigues e a ordem do silêncio***,** reflete sobre a

[3] Sobre o Código Civil Brasileiro escrito por Antônio Coelho Rodrigues na Suíça em 1890, será abordado com mais detalhes no terceiro capítulo dessa dissertação.

importância de não negligenciar os estudos sobre Antônio Coelho Rodrigues, pois:

> (...) Deve-se notar, que a ocultação histórica desse personagem não ocorre somente, em virtude da ação dos seus antigos opositores políticos do passado, mas decorre da ‘‘cegueira’’ dos historiadores que não valorizam seu talento (Aguiar, 2006, n.p.).

Dessa maneira, Antônio Coelho Rodrigues deve ser sempre mencionado na história política do Brasil, tendo em vista que ele contribuiu de forma significativa para a historiografia brasileira, retratando sua atuação no período da Monarquia , entre tantos feitos e atuação desde ser um defensor do sistema político monárquico, como um escravista até a chegada do ideário da República que passou a ser um abolicionista, e com a concretização da República, tornou-se um republicano.

Durante a monarquia, Antônio Coelho Rodrigues foi um ferrenho defensor da manutenção da escravidão, pois ele dependia dessa mão de obra para a sua lavoura, e só se manifesta claramente e publicamente em prol da República após a sua proclamação e a expulsão da família real do Brasil. Contudo, mesmo diante desse contexto, não significa dizer que Antônio Coelho Rodrigues pode ser simplesmente rotulado como conservador e que os membros da Escola do Recife devem ser considerados a vanguarda daquele tempo (Costa Filho, 2014).

É notório que naquele período ele queria que se reestruturasse a monarquia, que Dom Pedro ainda governasse, e que fosse reorganizado todo o país. Assim, quando tudo estivesse preparado, o país se tornaria republicano, depois que Dom Pedro II e todos que faziam parte da política do país montassem a estrutura necessária para a mudança de regime.

De acordo com Coelho Rodrigues, a monarquia deveria ser restaurada, e o Brasil deveria passar por uma reorganização de todo o processo de desenvolvimento econômico e estrutural, para, depois disso, dar o próximo passo e se tornar uma República. Uma das contestações de Antônio Coelho Rodrigues era sobre o que fazer com relação aos escravos libertos, com todas aquelas pessoas que passaram pelo processo de abolição, pois eram elas que desempenhavam todo o trabalho braçal e o impacto financeiro que sofreria os seus senhores, os donos das lavouras do Brasil, os agricultores assim como ele.

Antônio Coelho Rodrigues possibilitou, por meio do seu trabalho em 12 cartas[4] escritas ao Imperador, ver em outra ótica o impacto social e econômico que causaria à nação brasileira a forma como o imperador do Brasil estava conduzindo os atos abolicionistas. Ocorre que, o Brasil do Século XIX, era marcado incessantemente pelo sistema de trabalho escravo da população negra, os agricultores e pecuarista daquele período dependiam do trabalho dessa população para construir seus impérios econômicos.

Na década de 70 do século XIX, ainda no período imperial, surgia um movimento em prol da emancipação dos escravos, mesmo que de forma gradual e progressiva. Esse movimento, conhecido como abolicionista, não gozava de consenso generalizado entre os habitantes do Império brasileiro.

No entanto, ao longo dos anos, ganhava cada vez mais força, exercendo uma influência significativa. Este movimento não apenas inspirava muitos indivíduos livres a se engajarem na luta contra a escravidão, mas também desencadeava uma transformação psicológica em muitos escravos. Esses, impregnados de coragem, resistiam às correntes da servidão conforme lhes parecesse apropriado.

No século XIX, contudo, intensificou-se a promulgação de leis com o intuito de abolir a escravidão, processo que começaria a ocorrer de forma gradual. Em uma dessas regulamentações, por exemplo, estabelecia-se a preferência pela libertação de escravos que haviam formado família, sendo estes categorizados como classe familiar. A emancipação desses indivíduos ocorreria mediante o pagamento de alforria ao senhor de escravos, utilizando recursos provenientes de um fundo criado pela Província. Esse fundo era repassado às Províncias, que, por sua vez, distribuíam os valores aos municípios.

A implantação da instituição escravista no Brasil foi marcada por violência, no entanto, paradoxalmente, contribuiu para a formação de uma sociedade miscigenada e para o surgimento de uma cultura plural. Dessa maneira, apesar de mais de 130 anos terem se passado desde a abolição da escravidão até os

---

[4] *Manual do Subdito fiel, ou, Cartas de um lavrador a sua Majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil* foram publicadas em 1884 nos jornais *Commercio* e *Brazil*.

dias atuais, suas consequências persistem de maneira notável na sociedade brasileira.

Os vestígios da instituição escravista estão profundamente enraizados na estrutura social do país. A pobreza, a violência e a discriminação racial que continuam a afetar a população negra no Brasil, juntamente com as práticas de segurança da Província que frequentemente perseguem e vitimam os negros, são reflexos de um país cujo passado escravista deixou uma marca duradoura. Isso consolida uma sociedade com uma memória e cultura impregnadas pelos resquícios da escravidão.

## 1.2 Coelho Rodrigues e as críticas ao Imperador pelos Jornais *Commercio* e *Brazil* sobre o elemento servil

Neste tópico, visamos realizar uma análise do papel da imprensa para a veiculação das informações sobre as questões do elemento servil por meios de cartas publicadas nos jornais *Commercio* e *Brazil*, presentes em alguns exemplares das cartas presentes no *Manual do Subdito fiel ou, Cartas de um Lavrador a sua Majestade o Imperador: sobre a questão do elemento servil*. Nesta obra estão as doze cartas escritas por Antônio Coelho Rodrigues que foram publicadas nos jornais *Commercio* e *Brazil,* a pedido de alguns amigos do referido autor.

Portanto, foi uma obra que refletiu as preocupações e demandas da população rural brasileira em relação à questão do trabalho escravo e à situação dos lavradores. Embora o título sugira que as cartas foram endereçadas diretamente ao Imperador do Brasil, na prática, elas não chegaram às mãos do monarca e foram, posteriormente, publicadas nos jornais.

Essas cartas eram uma forma de Antônio Coelho Rodrigues e os demais lavradores expressarem suas preocupações e reivindicações diretamente às autoridades, especialmente ao Imperador, sobre a questão do trabalho escravo e suas consequências para a vida rural. Eles discutiam temas como a emancipação dos escravos, a transição para o trabalho assalariado, a distribuição de terras e outros aspectos relacionados à agricultura e à sociedade rural.

Embora não tenham alcançado diretamente o Imperador, as cartas foram publicadas nos jornais da época, o que lhes deu uma ampla visibilidade e possibilitou que suas ideias fossem compartilhadas e discutidas por um público mais amplo. Essa publicação contribuiu para aumentar a conscientização sobre as questões sociais e políticas enfrentadas pela população rural brasileira na época e ajudou a influenciar debates e políticas relacionadas à abolição da escravidão e à reforma agrária.

Com a formação em Direito na Faculdade de Direito do Recife, Antônio Coelho Rodrigues exerceu fortes influências como jurista, jornalista e político. Assim, será possível compreender a formação intelectual desse jurista que se tornou um dos conselheiros do Imperador do Brasil Dom Pedro II, no século XIX.

Além do papel exercido através de sua formação acadêmica, a família de Antônio Coelho Rodrigues "[...] foi uma das elites[5] regionais que se desenvolveu partindo principalmente dessa atividade, e da acumulação patrimonial advindo da aquisição de terras desde o estabelecimento do patriarca da família Coelho Rodrigues" (Damasceno, 2021, p. 21).

Assim sendo, como a família de Coelho Rodrigues era uma das detentoras de bens na região do Piauí, é sabido então que os jornais do século XIX eram compostos por profissionais que estudaram fora da sua Província e retornavam graduados e além de suas profissões adquiridas no exercícios dos de seus estudos, muitos também assumiam a profissão de jornalista que na quele período não existia um curso superior[6], entre eles o próprio Antônio Coelho Rodrigues que retornava a sua Província formado em bacharel em Direito.

---

[5] Tudo se iniciou quando, no decorrer do século XVIII, em 1730, Valério Coelho, o bisavô de Antônio Coelho Rodrigues, chega ao Brasil vindo de Portugal, sua terra natal, para desenvolver atividade econômica voltada à pecuária. Este se estabeleceu em terras Piauienses, hoje emancipadas como cidade de Paulistana, e contraiu matrimônio com a piauiense Domiciana Vieira de Carvalho. Valério de Carvalho, portanto, tornou-se um grande proprietário de fazendas na província do Piauí no século XVII, sendo assim se tornando um dos homens de grande poder financeiro na província.

[6] O Decreto-Lei número 910, datado de 30 de novembro de 1938, marcou o início de uma sequência de decretos e leis destinados a regulamentar a atividade jornalística no Brasil. Posteriormente, o Decreto-Lei número 5.480, promulgado em 13 de maio de 1943, estabeleceu a criação do curso de Jornalismo no âmbito do sistema. Decreto disponível no site da Câmera dos deputados Federais https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 23 dez. 2023.

Anderson da Silva Machado (2021), relata que a imprensa no Piauí se consolidou de forma tardia mesmo sendo um órgão das famílias que formavam a elite de cada Província.

> A imprensa piauiense surgiu tardiamente, dado ao atraso e abandono em que encontrava a Província. Composta por intelectuais egressos de longas jornadas de estudos fora do Piauí, se utilizavam dos jornais corno forma de defesa dos interesses particulares de suas famílias, utilizando-se dos mesmos também como mecanismos de legitimação e divulgação para embates que aconteciam nos senários políticos (Machado, 2021, p. 02).

No Piauí do século XIX, a dinâmica política era peculiar. Cada família formava seu próprio partido político, e cada uma dessas bancadas mantinha um jornal como meio de comunicação. As famílias detinham uma presença significativa nos órgãos de poder e utilizavam os jornais como instrumento de apoio às posições que adotavam.

> [...] Cada família ocupava considerável número de cadeiras nos espaços de poder e utilizava o jornal como apoio às posições adotadas. Assim, a imprensa configurava-se como uma tribuna aberta de discussões que, no caso dos monarquistas, raramente, chegavam ao debate ideológico, uma vez que possuíam características semelhantes e mantinham o discurso, em geral, pautado em disputas menores (Rêgo, 2008, p. 14).

Nesse contexto, a imprensa assumia o papel de uma plataforma aberta para debates, embora, no caso dos monarquistas, essas discussões raramente alcançassem um nível ideológico mais profundo. Isso se devia ao fato de que esses grupos compartilhavam características semelhantes e, em geral, orientavam seus discursos em torno de disputas mais localizadas e específicas. Em vez de debates ideológicos, os jornais funcionavam como veículos para a expressão e defesa de interesses particulares dessas famílias e seus respectivos partidos políticos.

Quando Antônio Coelho Rodrigues retorna para a Província do Piauí, em 1866, já formado em Direito, deu-se início à sua carreira profissional também como jornalista. Segundo Reginaldo Miranda (2021), que é advogado e escritor, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Piauí

(OAB-PI), afirma, no que se refere ao retorno de Antônio Coelho Rodrigues, que ele:

> [...] Retorna ao Piauí em dezembro de 1866, logo depois da formatura, fixando residência em Teresina, nova capital do Piauí, fundada pelo presidente José Antônio Saraiva, onde inicia intensa atividade na advocacia, na política e na imprensa. Filiou -se ao Partido Conservador, que era então liderado por seu parente Dr. Simplício de Sousa Mendes, conceituado médico da capital piauiense. Conta Monsenhor Chaves, que duas horas depois de ter chegado a Teresina, já estava na sala do júri defendendo um réu. E houve-se com brilhantismo, de forma a encantar a sociedade piauiense e iniciar a sua fama de grande advogado. Em 1867, passou a dirigir o jornal do partido, denominado *A Moderação*, cujo nome mudou para *O Piauhy*. (Miranda, 2021, online).

Dessa maneira, Antônio Coelho Rodrigues, em 1867, assumiu o papel de diretor e editor do jornal associado ao partido político. Essa função geralmente envolve tomar decisões sobre a orientação editorial, selecionar conteúdo e, em alguns casos, expressar a posição política do partido por meio das notícias e artigos publicados. Isso ajudará ao leitor compreender a aproximação que ele tinha com as publicações em jornais.

A trajetória política começou no ano de 1867 pelo Partido Conservador e no mesmo ano iniciou sem trabalho como jornalista após fundar o jornal *O Piauhy* que serviria de veículo para ressaltar as ideias críticas políticas moderadas ao imperador mesmo sendo a favor do regime monárquico naquele momento.

Ele fez inúmeros argumentos que na sua grande maioria foram publicados, relatando como era de fato uma verdadeira formação política e os bons benefícios que ela traria as Províncias brasileiras, principalmente as menores que precisam de investimentos em obras públicas, na sua concepção uma Província para desenvolve precisava alinhar os investimentos públicos em todos os territórios da Província, assim seria mais fácil expandir a economia.

Para ficar mais visível o que seria Antônio Coelho Rodrigues nos seus argumentos escritos sobre o ideário político, atentamo-nos aos preceitos de Rodrigo Caetano Silva (2016), autor que faz um relato amplo sobre articulação política de Antônio Coelho Rodrigues.

> À articulação política com seus pares na sociedade piauiense, Antônio Coelho Rodrigues mostrava-se capaz de incensar e ser cáustico, dependendo das circunstâncias. Com o senhor Simplício de Sousa Mendes, chefe do Partido Conservador, mantinha saudável relação

> política, a ponto de receber convite para dirigir o jornal conservador do partido – *A Moderação*. Esse convite, como consta, foi devido ao jeito brilhante e cheio de maestria com que Antônio Coelho Rodrigues defendeu um réu, em Teresina, capital da Província do Piauí, assim que chegou do Recife. Simplício de Sousa Mendes, ao observar a desenvoltura do jovem advogado, convidou-o para dirigir o principal jornal de circulação das ideias conservadoras no Piauí (SILVA, 2016, p. 78).

Desse modo, Silva (2016) contribui para compreendermos as dimensões das habilidades de Antônio Coelho Rodrigues na articulação política em meio à sociedade piauiense. Ele demonstrava ser capaz de adotar tanto uma postura elogiosa quanto cáustica, dependendo das circunstâncias e do contexto político em que se encontrava.

De acordo com Silva (2016), a relação política de Antônio Coelho Rodrigues com Simplício de Sousa Mendes, líder do Partido Conservador, era notavelmente positiva. Essa relação era tão saudável que Rodrigues recebeu um convite para assumir a direção do jornal conservador do partido, chamado *A Moderação*. O convite foi motivado pela maneira brilhante e habilidosa com que Coelho Rodrigues defendeu um réu em Teresina, a capital da Província do Piauí, logo após retornar de Recife.

O trecho destaca que a desenvoltura e maestria de Antônio Coelho Rodrigues na sua atuação como advogado chamaram a atenção de Simplício de Sousa Mendes. Ao observar essas habilidades, Mendes viu em Coelho Rodrigues uma figura capaz de dirigir o principal jornal que difundia as ideias conservadoras no Piauí. Esse convite é apresentado como um reconhecimento do talento e da influência política de Coelho Rodrigues naquela comunidade.

Em resumo, as habilidades políticas e jurídicas de Antônio Coelho Rodrigues, evidenciadas em sua capacidade de articular-se com líderes políticos locais e conquistar um convite para dirigir um jornal importante dentro do contexto conservador da sociedade piauiense.

## 1.3 A posição política de Antônio Coelho Rodrigues no contexto dos jornais *Commercio* e *Brazil* sobre o trabalho servil

Antônio Coelho Rodrigues emprega o poder da palavra e da expressão escrita para persuadir. Dessa maneira, “[...] através desse contexto é que

poderemos perceber mais adiante como Coelho Rodrigues se utiliza do poder da palavra e do discurso escrito para convencer" (Pinheiro, 2013, p. 31).

No que se refere a análise de textos de comunicação, o discurso sempre possui intencionalidades a partir do contexto histórico, estabelecido através das relações de poder. Dessa maneira, Dominique Maingueneau (2002) defende a tese de que:

> [...] Não diremos que o discurso intervém em um contexto, como se o contexto fosse somente uma moldura, um cenário; na realidade, não existe discurso senão contextualizado. Sabemos que não se pode verdadeiramente atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto; o 'mesmo' enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos (Maingueneau, 2002, p. 54).

Essa exposição de Maingueneau (2002) enfatiza a relação inseparável entre o discurso e o contexto. A premissa central é que o discurso não existe de maneira isolada do ambiente em que é proferido, pois o contexto não é meramente uma moldura ou cenário, mas uma parte intrínseca do significado inerente ao discurso. O argumento delineia a impossibilidade de conferir um sentido verdadeiro a um enunciado quando desvinculado de seu contexto. Além disso, destaca-se a observação de que um mesmo enunciado pode adquirir interpretações diversas em diferentes lugares, ressaltando a importância crucial do contexto para uma compreensão e interpretação adequadas do discurso.

Essa dinâmica é notável na prática de escrita de Antônio Coelho Rodrigues, que utilizava os jornais como veículos para expressar em seus discursos as nuances políticas que permeavam seu entorno.

Analisando uma fala do escritor Winston Churchill (1965), ao afirmar que "a política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política diversas vezes. Essa análise nos faz retomar os estudos feitos sobre Antônio Coelho Rodrigues, pois, em vários dos seus discursos políticos percebemos uma força em guerrilhar a favor de um país que precisava desenvolver-se para a melhoria da sua população e o reconhecimento além das suas fronteiras políticas.

O monarquista conservador Antônio Coelho Rodrigues não se calava perante a insatisfação da administração pública do Imperador Dom Pedro II e

também aprovava a soberania nacional como um princípio de legitimidade da ordem política para viabilizar o desenvolvimento sociopolítico e econômico de todos as Província nacional, portanto, era um monarquista com discurso da construção nacional.

É perceptível que Antônio Coelho Rodrigues praticava em seus discursos publicados em jornais a importância de identificar o modo que a política estava sendo atuada em diferentes lugares e momentos, sendo notório em seus escritos a chamada de atenção para que uma realidade social é construída, pensada, dada a ler refere-se à análise da forma como as sociedades atribuem significados, interpretam e representam a sua própria realidade em contextos variados. Este processo envolve a compreensão das diferentes perspectivas culturais, sociais e históricas que influenciam a concepção da realidade em determinados lugares e momentos, ou seja, de toda a polução.

Segundo Roger Chartier (1990, p.16), "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler". Dessa forma, ao analisar as falas escritas por Coelho Rodrigues, é notório que ele identificou maneira de representar o seu pensar de um país independente e crescente que traria benefícios para todos – com o vasto conhecimento intelectual adquirido por várias leituras cientificas nacionais e internacional, ou seja, amplo conhecimento cultural.

É preciso referenciar esse o homem ao conceito de representação e cultura, segundo Chartier, pois, Coelho Rodrigues construiu uma grandiosa história política firmada por sua intelectualidade, dono de uma boa escrita e um discurso político formidável com persuasão e riquíssimo em argumentos, e conhecimento científico[7].

Por isso que entender a posição política e jornalística de Antônio Coelho Rodrigues no contexto dos jornais *Commercio* e *Brasil* se torna crucial para alcançar essa compreensão sobre seus questionamentos nas cartas

[7] O autor mantinha uma independência política que o permitiu argumentar de forma independente, o que o levou em 1870 a tornar-se um deputado provincial no Piauí, iniciando a sua carreira gloriosa na administração pública devido seu abastadíssimo conhecimento jurídico que foi construído na Faculdade de Direito do Recife, em 1866.

direcionadas ao Imperador, portanto, é necessário examinar a influência desse político em nível nacional, analisar as práticas discursivas presentes em suas falas e escritos como figura política, e identificar a relevância da imprensa política como um todo. Essas análises são fundamentais para contextualizar o pensamento político e social de Antônio Coelho Rodrigues no cenário nacional voltado ao trabalho escravo e o impacto do fim da instituição escravista traria para economia do país, especialmente considerando o período de transição do Império para outra forma de governo que seria a República.

Alinhado a esse propósito, o objetivo é concentrar a atenção em compreender como Antônio Coelho Rodrigues emergiu como um influente construtor da identidade nacional. Análise desses discursos em jornais, conforme veremos no capítulo seguinte, possibilita a compreensão de como ele realizou esse papel por meio de suas expressões verbais, tanto na oratória, quanto na escrita. Para alcançar esse entendimento, atentamos a fazer investigações detalhadas e com o objetivo de buscamos compreender os recursos discursivos que desempenharam um papel crucial na política escravista no século XIX.

Quando se estuda o século XIX, fica compreendido que a imprensa desempenhou um papel fundamental na construção e consolidação da identidade nacional brasileira. Nesse período, o país passou por transformações políticas, sociais e culturais significativas, e a imprensa emergiu como um importante meio de comunicação e difusão de ideias. Sousa (2004) afirma que os livros, jornais e revistas transformaram a civilização e moldaram a esfera pública moderna, modificando a cultural.

Dessa maneira, compreendendo que os livros, jornais e revistas tiveram um impacto transformador na civilização ao longo da construção histórica, moldando a esfera pública e influenciando a cultura. A imprensa usada por Antônio Coelho Rodrigues e seus contemporâneos não apenas informava, mas também desempenhava um discurso e um papel ativo na formação de opinião e na configuração da identidade nacional. Ela servia como um veículo para a expressão de diferentes perspectivas e para o debate de questões políticas, sociais e culturais.

Sobre isso, o linguista Patrick Charaudeau (2020), no livro *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*, afirma que um determinado sujeito-político geralmente utiliza-se de duas vertentes para a realização do jogo discursivo e da manipulação da opinião pública.

Segundo Charaudeau (2020), o sujeito político

> [...] Estando em posição de rivalidade com um adversário que procura defender seu próprio projeto de sociedade para o mesmo tipo de público, situa-se numa relação triangular (instância política, instância adversa, instância cidadã) que a obriga a usar de estratégias. Além disso, ela pode se encontrar em uma das duas situações de comunicação, que são a situação da candidatura, quando se trata de chegar ao poder, e a situação de governança, quando se trata de administrar. Ou seja: uma situação de conquista do poder e uma situação de exercício do poder. Na primeira, o político [...] deve defender e promover um projeto de sociedade ideal, propor os meios de realizá-lo e convencer os eleitores de que se compromete a levá-lo até o fim. Seu discurso é essencialmente de promessa, segundo uma dupla lógica simbólica (defesa de determinados valores) e pragmática (proposta de meios para realizar seu projeto de sociedade), visto que ainda não está no poder. Na segunda situação, o que é governança, o político deve decidir se intervém ou não num conflito, orientar a política econômica em tal ou qual direção, sancionar leis. Daí a necessidade do político de produzir explicações de maneira a lembrar a razão da decisão: seu discurso é essencialmente de justificativa (Charaudeau, 2020, p. 70-71).

Dessa maneira, fica nítido que a imprensa brasileira do século XIX teve um papel categórico na disseminação dos princípios iluministas e dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que inspiraram as lutas pela independência e pela consolidação do Estado brasileiro, a República. Os jornais e periódicos da época foram essenciais para disseminar as ideias revolucionárias, estimular o debate público e promover a conscientização política.

É visível que a imprensa se tornou um mecanismo comunicacional decisivo na formação e fortalecimento do movimento de identidade nacional brasileira. Esse período foi marcado por mutações intensas nas esferas da civilidade social, cultural e política do país. Os jornalistas desempenharam um papel significativo de comunicar e disseminar ideias, contribuindo para a construção de uma esfera pública moderna. As táticas desses sujeitos políticos da época visavam conquistar a adesão dos leitores desses jornais às suas perspectivas e opiniões.

Além disso, a imprensa desempenhou uma função central na formação da opinião pública e na mobilização popular durante os momentos-chave da história do Brasil no século XIX, pois, os jornais serviram como espaços de debate e discussão de questões políticas, econômicas e sociais, permitindo que diferentes vozes expressassem suas opiniões e influenciassem a opinião coletiva.

Partindo dessa premissa, a imprensa foi um importante veículo para a divulgação das ideias abolicionistas e da luta contra a escravidão. Diversos jornais e periódicos do século XIX dedicaram espaço para denunciar as injustiças do sistema escravocrata e defender a igualdade de direitos para todos os cidadãos brasileiros.

Os jornais contiveram uma função fundamental na conscientização da população sobre a crueldade da escravidão e no fortalecimento do movimento abolicionista. eu estilo de escrita representa uma crítica às estruturas políticas da Monarquia no Brasil, algo possível em um período histórico no qual a imprensa desfrutava de liberdade.

## 1.4 A abolição da escravidão no Piauí e a participação de Antônio Coelho Rodrigues

Nesse momento da escrita, será analisado os fundamentos que levaram o intelectual, Antônio Coelho Rodrigues, a discutir e apoiar a causa abolicionista no Brasil**.** Embora o foco desse trabalho não é apresentar um diálogo amplo sobre a escravidão no Piauí e o impacto dela, se faz necessário um breve discursão sobre o que aconteceu nesse período nessa Província que foi o ponto inicial político de Antônio Coelho Rodrigues.

O Piauí ocupa a porção noroeste da região Nordeste do Brasil. Até o final do século XVIII e início do XIX, encontrava-se sob a influência da Província do Maranhão. Apesar de contar apenas com uma pequena extensão de seu território margeada pelo Oceano Atlântico, o Piauí não ficou imune às trilhas da escravidão. A colonização do Piauí está intrinsecamente vinculada à política portuguesa, sendo inseparável do contexto do Império colonial e da interação com a conjuntura do mundo moderno e a economia piauiense teve seu início com a introdução do gado em seu interior.

No contexto da escravidão, diversos eventos significativos deixaram marcas expressivas nas sociedades escravistas do século XIX, que perduraram por mais de três séculos. Entre os eventos mais relevantes destaca-se a estabilidade econômica alcançada por meio da utilização da mão de obra escrava.

A Assembleia Legislativa do Piauí foi a primeira corporação originada por meio do voto popular, que em 5 de julho de 1871 nomeou uma comissão. Essa comissão tinha o objetivo de, em nome da Província que representava, expressar felicitações ao gabinete de 7 de março por ter apresentado o projeto de reforma do elemento servil, por meio da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Dando assim início ao sistema abolicionista.

> [...] E foi a sua Assembleia Legislativa a primeira corporação oriunda do voto popular que em data de 5 de julho do ano passado (1871), apenas quatro dias depois de sua instalação, nomeou uma comissão para, em nome da Província, que representava, congratula-se com o gabinete de 7 de março por haver apresentado o projeto relativo à reforma do elemento servil, que é hoje a lei de número 2.040, de 28 de setembro, resguardando devidamente os direitos dos proprietários (Sousa Leão, p. 31).

A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, estabelece a emancipação automática dos filhos nascidos de mulheres escravizadas a partir da data dessa Lei. Além disso, a legislação trata da libertação dos escravizados pertencentes à nação e aborda medidas relacionadas à criação e tratamento dos filhos menores emancipados, bem como ao processo gradual de libertação anual dos escravizados. Porém, a criação e tratamento dos filhos menores emancipados previa na legislação provê disposições relacionadas à criação e tratamento dos filhos menores que se tornavam automaticamente livres com o nascimento, conforme estabelecido na Lei. Essas medidas podem incluir aspectos como a tutela, cuidados e direitos desses menores emancipados aos senhores donos dos seus pais.

O "elemento servil" refere-se à população escravizada, indicando que o projeto de reforma tinha como foco a questão da escravidão. O projeto foi transformado na Lei nº 2.040, datada de 28 de setembro de 1871. Essa Lei

buscava realizar uma reforma no sistema escravista, presumivelmente introduzindo alterações ou regulamentações.

Além disso, destaca-se que a Lei buscava resguardar devidamente os direitos dos proprietários. Isso sugere que, mesmo com a reforma, havia uma preocupação em equilibrar as mudanças propostas com a proteção dos interesses e direitos da classe proprietária, que detinha escravizados. Essa consideração provavelmente reflete o contexto social e político da época, marcado pelos debates e interesses divergentes em relação à escravidão e às reformas propostas.

Ao explorarmos a história da escravidão no Piauí, mantivemos uma constante preocupação em estabelecer um diálogo com o passado, utilizando a memória de Antônio Coelho Rodrigues como ponto de partida. Através de suas memórias, conduzimos pesquisas intensivas nos jornais oitocentistas, revelando o vasto universo de personagens que, por longos períodos, desempenharam papéis centrais na economia do país, que esses personagens eram os negros escravizados.

A coletividade das memórias deixadas sobre a escravidão no Brasil através dos escritos em jornais do século XIX e também por outros meios de fontes é possível uma compreensão do ideário da abolição. A memória contida nessas fontes oitocentista é um contínuo processo de desconstrução e reconstrução. Poderíamos afirmar que a memória deve ser constantemente explorada e revista, uma prática que possibilita a não negligência do esquecimento.

De acordo com Jô Gondar (2008),

> [...] Pensar a memória é como relação abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro –como pretende ser a situação analítica, por exemplo –o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais (Gondar, 2008, p. 5).

Essa discussão permite destacar a importância da memória como um elemento unificador que integra os inúmeros eventos e experiências ao longo de nossa existência. Ela sugere que, sem a capacidade da memória de reunir esses fenômenos diversos em uma totalidade coesa, nossa consciência se dispersaria em uma miríade de fragmentos, cada um representando os momentos individuais que vivemos.

Em essência, a memória atua como uma força coesiva que preserva e organiza nossa compreensão do passado, impedindo que a experiência da vida se disperse em partes isoladas e desconexas causando para a história de um tempo perdas de umas series de fatores e de movimentos que formaram as fontes históricas de ajudaram a entender o processo que levou o fim da escravidão por todo o Brasil.

São as memórias deixadas sobre a abolição da escravidão no Piauí que é possível entender que ocorreu por uma série de fatores, incluindo a militância abolicionista, um movimento político que visava à extinção da instituição escravista. O movimento surgiu durante o Iluminismo do século XVIII e tornou-se uma das formas em grau superior de representatividade de ativismo político, sendo ainda mais forte, principalmente, durante a segunda metade do século XIX.

De acordo com Rodrigo Caetano Silva (2016), Joaquim Nabuco foi um dos principais integrantes desse movimento, e apesar de ter sido educado por uma família escravocrata, optou pela luta a favor dos escravos. Tal movimento teve forte repercussão nacional, o que também impactou nas terras piauienses.

> A primeira oposição nacional à escravidão foi promovida tão somente contra o tráfico. Pretendia-se suprimir a escravidão lentamente, proibindo a importação de novos escravos. À vista da espantosa mortalidade dessa classe, dizia-se que a escravatura, uma vez extinto o viveiro inesgotável da África, iria sendo progressivamente diminuída pela morte, apesar dos nascimentos (Nabuco, 2003, p. 26).

A oposição inicial à escravidão no contexto histórico, especialmente nos séculos XVIII e XIX, estava focada principalmente na condenação do tráfico de escravos. A ideia central era promover a abolição gradual da escravidão, proibindo a importação de novos escravos. A lógica subjacente a essa

abordagem era baseada em argumentos relacionados à moralidade, economia e, em alguns casos, preocupações humanitárias.

Ao proibir o tráfico de escravos, os opositores da escravidão esperavam interromper o influxo de novos cativos africanos para as colônias. Essa abordagem tinha como pressuposto que, sem a introdução contínua de novos escravos, a escravidão iria diminuir gradualmente ao longo do tempo. A explicação para essa expectativa residia na alta taxa de mortalidade entre a população escrava. Muitos acreditavam que, dada a condição difícil e frequentemente brutal imposta aos escravizados, a mortalidade seria tão elevada que, mesmo sem a chegada de novos cativos, a população escrava se reduziria ao longo do tempo.

Essa perspectiva, no entanto, reflete uma visão desumana da escravidão, pois ela não se baseava na libertação imediata dos escravos, mas sim, na diminuição gradual da instituição ao longo do tempo, principalmente devido às altas taxas de mortalidade. Essa abordagem contrasta com os movimentos abolicionistas posteriores, que buscaram a emancipação imediata e total dos escravizados, reconhecendo a injustiça e imoralidade intrínsecas à própria instituição da escravidão.

No Piauí, Antônio Coelho Rodrigues foi um dos que criaram medidas para tentar acabar com a escravidão, entretanto, tinha atitudes menos liberais do que Joaquim Nabuco, mas que, tal qual o pernambucano, foi criado por uma família escravocrata e conservadora. Contudo, segundo Silva (2016), convém ressaltar que sua participação na luta em favor da libertação dos escravos não teve a mesma dimensão daquela levada à feito por Nabuco.

No contexto brasileiro, a instituição da escravidão estava primariamente voltada para atender à demanda dos colonizadores portugueses por trabalhadores braçais. A prática da escravidão teve origem concomitantemente às primeiras iniciativas efetivas de colonização do território que viria a se tornar o Brasil, promovidas pelos colonizadores portugueses. Inicialmente, a utilização de mão de obra escrava envolvia os povos nativos, conhecidos como índios pelos exploradores europeus. No entanto, esse cenário evoluiu gradualmente para a substituição dos nativos pela mão de obra africana, que foi trazida em

larga escala para o Brasil por meio de navios tumbeiros. Esse período se configura como uma das fases mais sombrias da história.

Portanto, a escravidão no Brasil estava principalmente ligada à necessidade dos portugueses por trabalhadores braçais para atender às demandas da colonização e exploração dos recursos naturais. A explicação ressalta a transição da utilização de mão de obra indígena para africana ao longo do tempo, destacando o impacto significativo desse sistema na formação histórica do país. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a instituição escravista, e nesse processo de desmantelamento, os próprios escravos desempenharam um papel crucial. É fundamental destacar que a abolição da escravidão não foi um ato benevolente da monarquia brasileira: foi uma conquista alcançada por meio do envolvimento de diversas pessoas, do movimento abolicionista e da resistência ativa dos próprios escravizados.

Essa conquista e o envolvimento crescente ganharam força a partir da década de 1870. O movimento abolicionista manifestou-se de várias maneiras, incluindo a formação de sociedades emancipadoras, a emissão de cartas de alforria, a promulgação de leis abolicionistas, a realização de conferências abolicionistas e a criação de fundos para a libertação de escravos. Outras formas de resistência incluíram fugas, a compra de cartas de alforria pelos próprios escravos, a atuação de advogados em defesa dos escravizados, além de jornais que denunciavam os maus-tratos infligidos aos cativos.

A partir da década de 70 do século XIX, observou-se um aumento significativo na promulgação de leis voltadas para a abolição da escravidão, embora esse processo tenha ocorrido de forma gradual. Uma dessas legislações estabelecia a prioridade para a libertação de escravizados que haviam formado famílias, sendo esses indivíduos identificados e incluídos na categoria de "família".

O mecanismo de libertação estava vinculado ao pagamento de alforria ao senhor do escravo, utilizando recursos provenientes de um fundo estatal. Esse fundo era constituído pelo Império e, posteriormente, repassado às Províncias, que por sua vez transferiam os valores aos municípios, viabilizando assim o processo gradual de emancipação.

O abolicionismo refere-se a uma corrente de opinião e movimentos sociais que buscavam o fim da escravidão. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (2005), o abolicionismo teve suas raízes na Europa e nos Estados Unidos e foi fundamentado em razões derivadas tanto de princípios cristãos quanto dos ideais do Iluminismo francês.

Muitos abolicionistas foram influenciados por princípios éticos e morais presentes no cristianismo e pelo movimento do iluminismo. A mensagem de igualdade, justiça e compaixão encontrada nos ensinamentos cristãos motivou indivíduos a se oporem à escravidão, considerando-a incompatível com esses princípios. A ideia de que todos os seres humanos são iguais perante Deus e que a escravidão era uma violação desses princípios cristãos impulsionou o movimento abolicionista.

O Iluminismo foi um movimento intelectual que teve grande impacto na Europa durante os séculos XVII e XVIII. Ele promovia ideias como a igualdade, liberdade e fraternidade, que foram fundamentais para o surgimento de movimentos sociais, incluindo o abolicionismo. A noção de que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis e que a escravidão era uma violação desses direitos encontrou eco nas ideias iluministas.

Assim, a combinação de valores cristãos, que enfatizam a dignidade e igualdade de todos os seres humanos, e os princípios iluministas de liberdade e igualdade contribuiu para a formação da corrente abolicionista. Essa convergência de influências éticas e filosóficas desempenhou um papel crucial na mobilização de indivíduos e grupos sociais que lutaram pelo fim da escravidão nos contextos europeu e norte-americano.

Segundo os estudos de Silva (2022), em sua tese intitulada *Leis, mortes e fugas: o processo de abolição da escravidão e a entrada dos imigrantes no Piauí (1872-1887)* relata que:

> A história do processo de abolição e libertação de escravos nas plagas piauienses e o contexto socioeconômico e político no qual aconteceu o desmantelo da instituição escravista no Piauí puderam ser observados por meio de várias fontes. Por exemplo, utilizamos as listas de matrículas de classificação escravos (Silva, 2022, p. 18).

Após essa fala, o autor evidencia, em seus escritos, a fonte de onde ele observou esses fatos narrados:

> [...] As matrículas de classificação de escravos tiveram origem com a Lei de n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), que previa sua elaboração para se controlar o processo de dispêndio das verbas do Fundo de Emancipação, estabelecido pela mesma lei. Essas listagens permitem que se conheça a organização da força de trabalho escrava para os anos finais do Império, em um momento em que o tráfico internacional não mais existia (Bacellar, 2011, p. 29).

É possível observar que as matrículas de classificação de escravos tiveram origem com a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre. Essa legislação estabelecia a elaboração das matrículas como um mecanismo para controlar o uso dos recursos do Fundo de Emancipação, que também foi criado pela mesma Lei. As matrículas eram registros detalhados que permitiam o acompanhamento e a classificação da população escrava.

Essas listagens têm importância histórica, pois proporcionam percepções sobre a organização da força de trabalho escrava nos anos finais do Império brasileiro. Esse período coincide com a época em que o tráfico internacional de escravos já havia sido proibido, resultando em uma mudança significativa nas dinâmicas sociais e econômicas relacionadas à escravidão no Brasil. As matrículas se tornaram uma ferramenta administrativa para gerenciar o Fundo de Emancipação e, ao mesmo tempo, oferecer um panorama da estrutura da sociedade escravocrata naquele momento específico da história do Brasil.

De acordo com Silva (2022), no dia 9 de dezembro de 1883, Antônio Coelho Rodrigues, então ex-deputado geral da Província do Piauí e professor da Faculdade de Direito de Pernambuco, proferiu um discurso na Escola da Glória. Nesse pronunciamento, ele abordou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

> Era o dia 9 de dezembro do ano de 1883 do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, quando Antônio Coelho Rodrigues, ex-deputado geral da Província do Piauí e professor da Faculdade de Direito de Pernambuco, fez, na Escola da Glória, seu pronunciamento a respeito da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Coelho Rodrigues fez discurso que expressava seu modo de ver a escravidão como um mal que assolava a nação; mas, defendia que o fim da instituição escravista ocorresse em processo de conta-gotas, forma controlada (Silva, 2022, p. 27).

Essa posição de Coelho Rodrigues, mencionada por Silva (2022) reflete uma perspectiva moderada em relação à abolição da escravidão, propondo um caminho gradual para minimizar possíveis conflitos e desafios associados à mudança de regime de trabalho na época.

Rodrigo Caetano Silva (2022), ao analisar o pronunciamento de Antônio Coelho Rodrigues, afirma que a ação se refere a uma declaração pública ou discurso feito por ele após suas ações em prol da libertação controlada de escravos no Piauí. Fica entendido que antes desse pronunciamento, em 1870, Antônio Coelho Rodrigues desempenhou um papel ativo na criação de uma sociedade emancipadora em Teresina, junto com um grupo composto por políticos, comerciantes e intelectuais.

> O pronunciamento de Coelho Rodrigues é posterior às suas ações em prol da libertação controlada de escravos no Piauí. Em 1870, ele, juntamente com um grupo formado por políticos, comerciantes, intelectuais, ajudou a criar em Teresina uma sociedade emancipadora, que não foi a única que existiu no Piauí. Além da Sociedade Emancipadora Piauiense, criada por Coelho Rodrigues, identificamos outras três com a mesma finalidade de libertação de escravos: Sociedade Libertadora Piauiense, fundada em Teresina; Sociedade Libertadora Barrense, fundada em Barras; Sociedade Libertadora Caicoense, fundada em Jaicós. As ações das sociedades emancipadoras, juntamente com outros fatores, ajudaram a diminuir o número de escravos na Província piauiense (Silva, 2022, p. 27).

Essa sociedade emancipadora, conhecida como Sociedade Emancipadora Piauiense, não foi a única do tipo na região. Além dela, foram identificadas outras três sociedades com o mesmo objetivo de libertar escravos: a Sociedade Libertadora Piauiense em Teresina, a Sociedade Libertadora Barrense em Barras e a Sociedade Libertadora Jaicoense, em Jaicós.

As ações dessas sociedades emancipadoras, aliadas a outros fatores, contribuíram para a diminuição do número de escravos na Província piauiense. Essas iniciativas provavelmente estavam alinhadas com os movimentos abolicionistas da época, que buscavam a libertação gradual ou total dos escravizados. O pronunciamento de Coelho Rodrigues pode ter sido uma forma de expressar publicamente seu apoio a essas causas e destacar os esforços coletivos em direção à libertação dos escravos no Piauí.

Portanto, em 1º de novembro de 1870, Antônio Coelho Rodrigues fundou, em Teresina, capital da Província do Piauí, uma sociedade manumissora,

objetivando deliberar a alforria de escravos. Assim, na segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras sociedades manumissoras no Brasil e no Piauí, período em que o sistema escravista começou a declinar. Isso em razão de fatores externos, como a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, em 1865, e a extinção da escravidão em Cuba, em 1879. Além disso, existiam os fatores internos, como a resistência dos escravos à instituição escravista e às leis criadas por políticos ligados ao Partido Conservador.

Na Província do Piauí, as alforrias concedidas por meio da atuação do Fundo Emancipador foram limitadas está relacionada à história específica dessa região. O Fundo Emancipador referia-se a recursos destinados à libertação de escravizados, conforme estabelecido por legislação como a Lei do Ventre Livre, definida como a Lei nº 2.040, de 1871.

A referência a alforrias "limitadas" sugere que, apesar da existência do Fundo Emancipador, o número de escravizados libertados na Província do Piauí foi relativamente baixo. Essa limitação pode ter várias razões, como a disponibilidade de recursos financeiros no fundo, a resistência de proprietários de escravos em liberar seus cativos ou a efetividade das políticas emancipacionistas na região.

Em resumo: na Província do Piauí, o processo de libertação de escravizados por meio do Fundo Emancipador não foi tão expressivo quanto em outras áreas, refletindo nuances locais na implementação das políticas de emancipação. Estes possibilitaram brechas dentro da instituição escravista que favoreceram a libertação de escravos, entretanto almejavam libertá-los de forma muito lenta, conforme Silva (2016).

Ademais, foi na segunda metade do XIX, que o movimento abolicionista ganhou ainda mais força e, segundo a jornalista Ana Regina Barros Leal Rêgo:

> [...] Muitos conservadores piauienses aderiram à causa, como Antônio Coelho Rodrigues, que fundou instituição emancipadora e liderou o movimento na Província. Assim, localizam-se vários artigos em prol da causa, como também diversas notícias, tanto da criação de caixas para a libertação de escravos, como de solenidades nas quais se alforriam, com frequência, negros, como a noticiada no fascículo de A Época, 21 de julho de 1883, referentes à festa de confraternização do Partido Conservador, quando quatro escravos foram libertos (Rêgo, 2001, p. 59).

Mesmo sendo participante do movimento, Antônio Coelho Rodrigues defendeu que o fim do regime não deveria ocorrer de maneira imediata. Isso para que não houvesse prejuízos para os senhores que, na visão de Antônio Coelho Rodrigues, eram os motores da economia. Dessa forma, seria importante para ambos os lados, senhores e escravos, que estratégias fossem adotadas baseadas na libertação lenta dos escravizados e a sua incorporação na sociedade civil (Damasceno, 2022).

Segundo Silva (2016), fica notório o caráter político conservador de Antônio Coelho Rodrigues no livro *Manual do Subdito fiel, ou, Cartas de um lavrador a sua Majestade o Imperador*, que, como citado anteriormente, é composto por doze cartas encaminhadas ao Imperador D. Pedro II.

Nas cartas, o autor dirige-se ao monarca como um súdito fiel, tal qual sugere o título do livro. Silva (2016) também considera importante destacar que quando Antônio Coelho Rodrigues escreveu as cartas, este residia na Província do Rio de Janeiro, na época, era também lavrador, e a alta do café permitiu-lhe comprar algumas dezenas de escravos, mas uma baixa do produto, acompanhada de uma doença na lavoura, o fez perder o que investiu.

# *2* AS ESCRITAS DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES NO *MANUAL DO SÚBDITO FIEL*

Compreender a intelectualidade, a posição política e a atuação jornalística de Antônio Coelho Rodrigues dentro dos jornais envolve analisar sua contribuição intelectual, suas posições políticas e o papel desempenhado no contexto da imprensa abolicionista. Isso pode incluir examinar seus escritos, ideias e análises críticas, bem como identificar sua orientação política e como ela se manifestou em seu trabalho jornalístico.

Em suma, a presente explanação busca oferecer uma visão abrangente sobre a personalidade de Antônio Coelho Rodrigues no âmbito intelectual, político e jornalístico, proporcionando um entendimento mais completo de sua influência e legado nesses domínios.

Refletir sobre a posição conservadora política de Antônio Coelho Rodrigues implica considerar os meios pelos quais são abordados temas vinculados aos interesses no manejo das relações econômica para o país, ou seja, o discurso político característico de determinada época. Para tal, foi realizado uma análise dos relatos escritos sobre a política exercida por Dom Pedro II:

> [...] Escriptas em horas vagas, ás vezes ao correr da penna, para dia certo e com tempo escasso, ellas revelam em muitos pontos as condições, em que foram feitas; já pela interrupção, não raro inesperada, do assumpto principal por outro superveniente; já pelo desenvolvin1ento escusado de algumas questões somenos, em relação a outras omittidas, ou só de leve indicadas (Rodrigues, 1884, p. 5).

O discurso acima, de Antônio Coelho Rodrigues direcionada a sua majestade, o Imperador, aborda o modo como as escritas dele ocorram em momentos específicos, muitas vezes de forma rápida e em horários livres. A expressão "ao correr da pena" sugere uma escrita fluida e sem muita elaboração, enquanto a menção a "dia certo e com tempo escasso" indica que há prazos ou restrições temporais para a produção dessas escritas.

Seu estilo de escrita representa uma crítica às estruturas políticas da Monarquia no Brasil em relação a instituição escravista, a forma como ela

terminaria, algo possível em um período histórico no qual a imprensa desfrutava de liberdade.

A referência à revelação das condições em que foram feitas sugere que o contexto em que as escritas ocorrem influencia o conteúdo e a qualidade do texto. A presença de interrupções no tema principal por outros assuntos secundários, muitas vezes inesperados, indica uma certa imprevisibilidade ou falta de controle sobre o desenvolvimento do texto. Essas mudanças repentinas podem refletir a natureza das circunstâncias em que as escritas são realizadas.

Além disso, a menção ao desenvolvimento desnecessário de questões menos importantes em detrimento de outras omitidas ou apenas indicadas de forma leve sugere uma falta de foco ou uma abordagem não otimizada na escolha dos tópicos a serem tratados. Isso pode ser resultado da pressa ou da falta de tempo para uma revisão mais cuidadosa e uma elaboração mais aprofundada do conteúdo.

Em suma, Coelho Rodrigues descreve como as suas escritas foram feitas em momentos de tempo limitado e condições diversas podem revelar características específicas, como a influência do contexto, a imprevisibilidade na escolha dos temas e a falta de aprofundamento em certas questões.

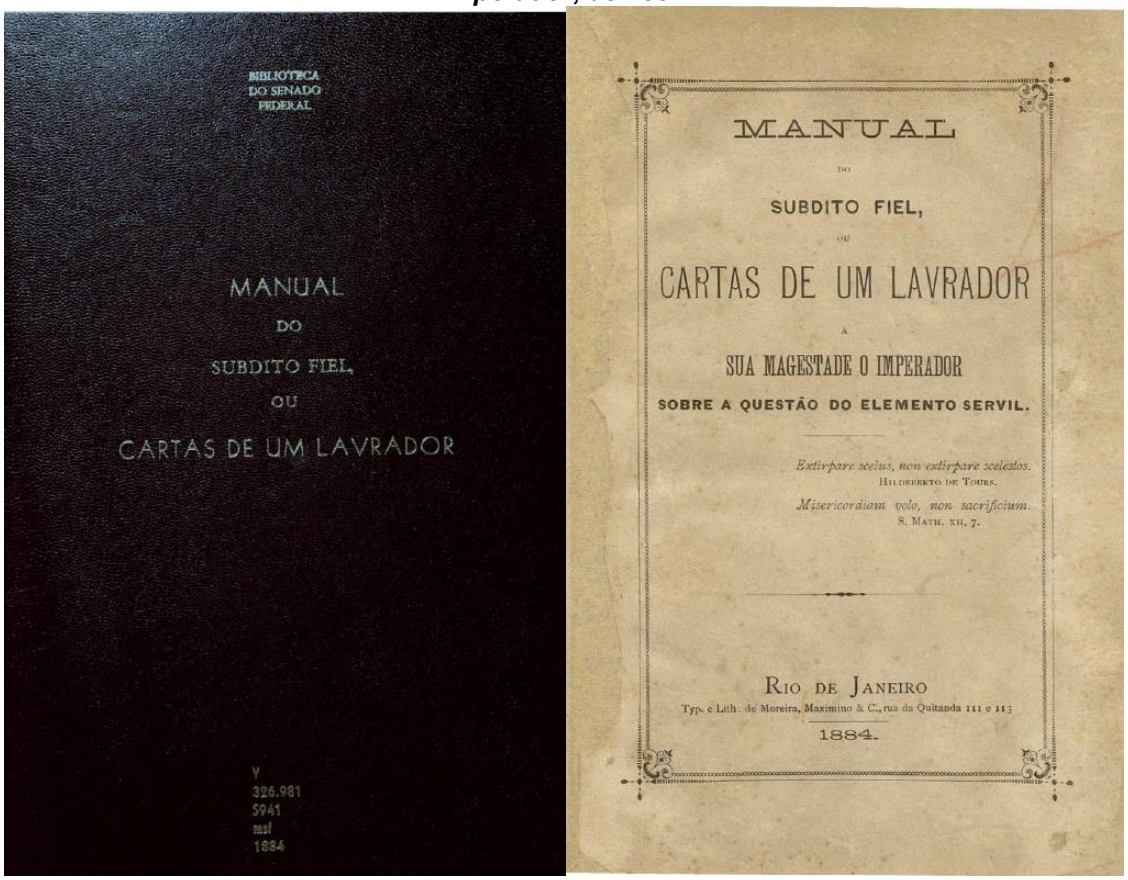
Assim, de acordo com Damasceno (2022), com a publicação das *Cartas de um lavrador*, Antônio Coelho Rodrigues criticou aquilo que considerava como a fraqueza do Imperador para lidar com os abolicionistas, principalmente os que se encontravam no Norte. Além disso, denunciou que a abolição decretada no Ceará resultou em uma negociata de escravos para o Sul, antes que houvesse liberdade.

Antônio Coelho Rodrigues criticou Dom Pedro II a medida em que ele considerava como fraqueza por parte do Imperador a lida com os abolicionistas, especialmente aqueles localizados no Norte do Império. Essa crítica sugere que Antônio Coelho Rodrigues discordava da abordagem ou da falta de ação do Monarca em relação ao movimento abolicionista, visando o fim da escravidão.

Além disso, o trecho menciona que Antônio Coelho Rodrigues denunciou que a abolição decretada no Ceará resultou em uma negociata de escravos para o Sul do Brasil antes que a liberdade fosse efetivamente concedida. Isso indica uma crítica específica à forma como o processo de abolição foi conduzido na

região mencionada, sugerindo que, em vez de proporcionar a libertação imediata dos escravizados, houve uma prática de transferência de escravos para outras regiões do país, o que seria contrário ao espírito da abolição.

**Figura 02: Capa do *Manual do Subdito fiel, ou, Cartas de um lavrador a sua Majestade o Imperador*, de 1884**




**Fonte:** RODRIGUES, Antônio Coelho. **Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade O Imperador**. Rio de Janeiro, 1884.

Essas críticas podem fornecer percepções importantes sobre as perspectivas e contestações relacionadas à abolição da escravidão no contexto histórico mencionado, conforme veremos no seguinte tópico, a respeito do *Manual do Subdito fiel, ou, Cartas de um lavrador a sua Majestade o Imperador*.

## 2.1 O *Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade O Imperador.*

Em 1884, Antônio Coelho Rodrigues publicou sob pseudônimo o seu "Manual do Súbdito Fiel", composto por doze cartas destinadas a D. Pedro II.

Porém, essas cartas não chegaram às mãos do Imperador do Brasil inicialmente; em vez disso, foram posteriormente veiculadas em jornais, com as três primeiras no Jornal do Commercio e as restantes no Jornal do Brasil. No mesmo ano, essas cartas foram compiladas em um livro, publicado pela Moreira, Maximiano e C. Portanto, Antônio Coelho Rodrigues expressou sua insatisfação nos acontecimentos políticos envolvendo o elemento servil através dessas cartas.

> Quem procurar uma apologia da escravidão, ou una obra de propaganda abolicionista não gaste seu tempo com este livro, que não é nem uma nem outra cousa (Rodrigues, 1884, p. 6).

No início da obra, na introdução destinada aos leitores, Antônio Coelho Rodrigues já demonstra um posicionamento ambíguo, justificando que não estaria defendendo a escravidão, mas que também não se trataria de um texto abolicionista.

Na primeira carta escrita ao Imperador, ele afirma:

> Apezar, porém, das doutrinas do meu autor predilecto, cedo verifiquei que isso de conservadores e liberaes no Brazil eram modos de dizer, ou methodo de opposição ao governo, e, como os meus parentes já andavam mettidos com os primeiro reuni-me a elles e fiz-me conservador, mesmo porque tinha alguma coisa que perder e a gente só póde ser liberal sem restricções, quando tem o pão certo, sem trabalho, como os altos funccionarios, ou chega á condição de proletario.
> **Infelizmente meu pai fôra lavrador; e já pelo exemplo, já pelo habito abracei a mesma vida, na qual por desgraça, e hoje contra a vontade, ainda me conservo**.
> Mas, naquelle tempo, a alça do café, objecto principal da minha cultura, **permittio-me comprar algumas dezenas de escravos** das centenas de milhares, que o norte exportava para o sul á procura de bom preço e eu, pobre aldeão, que suppunha o negocio tão licito para quem comprava, como para quem vendia, empreguei nelles o melhor de minhas economias reunidas, sabe-o Deus com que trabalho e á custa de quantas privações.
> Felizmente o pessoal, que escolhi, era bom e sadio, e produzia quanto bastava para fazer face aos juros do capital que custou-me, e á uma amortização gradual, ora maior ora menor, conforme o anno.
> Veio, porém a baixa do café e, como uma desgraça nunca vem só, seguio-se-lhe a molestia do cafeeiro, que obrigou-me a mudar de residencia, desequilibrando todos os meus calculos e illudindo todas as minhas previsões.
> Entretanto das minhas difficuldades nada sabiam meus escravos, e o maneio da fazenda continuou pacifico e regular, como se nada ti vesse havido lá por fora (Rodrigues, 1884, p. 11-12, grifos nossos).

Assim, é possível já na primeira carta entender que o posicionamento político de Antônio Coelho Rodrigues advém de seu meio familiar, como apresentado no primeiro trecho. E, apesar de se demonstrar insatisfeito com a vida na lavoura que herdou de seu pai, mas a frente percebe-se que Antônio Coelho Rodrigues também já fora dono de escravos.

Antônio Coelho Rodrigues explica na carta que, apesar de inicialmente se alinhar às ideias de conservadores e liberais no Brasil, percebeu que essas posições eram mais estratégias de oposição ao governo do que convicções profundas. Ele se tornou conservador, influenciado por sua família, que já estava envolvida com esse grupo, e também porque tinha algo a perder, sendo que a condição de liberal pleno só seria possível para quem já possuía estabilidade financeira.

Ainda no seu discurso, ele revela sua origem como filho de lavrador, seguindo os passos do pai na agricultura. No auge da produção de café, ele conseguiu comprar alguns escravos, financiando a compra com suas economias e enfrentando dificuldades. A produção inicial foi bem-sucedida, mas problemas como a queda nos preços do café e uma doença nas plantações forçaram o narrador a mudar de residência, desestabilizando seus planos.

Apesar das adversidades, os escravos na fazenda desconheciam as dificuldades enfrentadas pelo proprietário, e a gestão da propriedade continuou aparentemente tranquila, como se nada de grave estivesse acontecendo externamente. O trecho aborda questões sociais, econômicas e políticas da época, proporcionando uma visão das complexidades do contexto histórico descrito.

Entretanto, a história de Antônio Coelho Rodrigues revela que ele era proprietário de escravos, essa escolha se deu em meio do trabalho com a lavoura agrícola, oficio que herdou dos seus familiares. Apesar das dificuldades e do desconforto associados à sua condição de lavrador e senhor de escravos, a narrativa destaca a eficiência desse empreendimento como uma estratégia para enfrentar os desafios econômicos da época.

## 2.2 Antônio Coelho Rodrigues: Contradição no discurso de um senhor dono de escravos para um abolicionista

No discurso pronunciado por Antônio Coelho Rodrigues em 1º de novembro de 1870, quando ocupava o cargo de segundo secretário e atuava como porta-voz da Sociedade durante a cerimônia de instalação em Teresina, ele abordou a questão da escravidão no Brasil. Apesar do consenso sobre a necessidade da abolição, ele aponta divergências em relação aos métodos adequados e à oportunidade para a implementação dessa mudança. Isso indica que, embora haja concordância sobre o fim da escravidão, persistem desacordos sobre como alcançar esse objetivo.

Antônio Coelho Rodrigues, ao desempenhar o papel de segundo secretário e porta-voz da Sociedade durante a instalação em Teresina, apresentou um pensamento contraditório ao abordar a questão da escravidão no Brasil. Enquanto expressava sua indignação e condenação à prática, um aspecto intrigante de sua postura residia no fato de que ele próprio era proprietário de escravos.

Esse paradoxo revela uma complexidade na forma como as pessoas, mesmo aquelas envolvidas em movimentos abolicionistas, podiam lidar com questões éticas e morais. O fato de Antônio Coelho Rodrigues ser dono de escravos destaca a ambivalência que permeava muitos setores da sociedade na época. Pode-se argumentar que ele, como muitos outros, estava preso às normas e estruturas sociais da época, mesmo que sua consciência o levasse a criticar o sistema escravocrata.

Essa contradição pode ser interpretada como um reflexo das tensões e conflitos internos que indivíduos enfrentavam ao confrontar as práticas sociais estabelecidas. Participar de uma sociedade em prol da abolição enquanto ainda sendo proprietário de escravos sugere uma complexidade moral e um dilema pessoal que, possivelmente, ele compartilhava com outros abolicionistas da época.

É fundamental reconhecer que as visões e atitudes das pessoas podem ser multifacetadas, moldadas por diversos fatores contextuais, sociais e individuais. A análise desse paradoxo em Antônio Coelho Rodrigues destaca a

complexidade das relações humanas e das lutas morais em um período marcado por mudanças sociais significativas.

Apesar disso, em 1° de novembro de 1870, em seu discurso, Antônio Coelho Rodrigues se dirigiu da seguinte forma aos seus concidadãos:

> Cidadãos! Há alguns anos que agita-se entre nós a gravíssima questão do elemento servil. Nenhum homem político de algum – instrução pôs ainda em dúvida a necessidade da sua abolição; porém a divergência sobre a escolha dos meios mais adequados às circunstancias e ao estado do país, assim como sobre a oportunidade dos já propostos, tem diferido até hoje a uma liodrosa solução desse problema eminentemente social. Falha do direito da força e frutos da política pouco escrupulosa do poder absoluto, a escravidão foi recebida por nós como um legado bárbaro dos séculos passados e uma doença constitucional do péssimo regime, que durante mais de trezentos anos pesou sobre o Brasil[8].

Publicada pelo Jornal *O Piauhy*, em 9 de novembro de 1870, esse fragmento do discurso chama a atenção dos cidadãos para um assunto de extrema importância e gravidade: a questão do elemento servil, referindo-se à escravidão. "Nenhum homem político de algum – instrução pôs ainda em dúvida a necessidade da sua abolição". Com a afirmação, Antônio Coelho Rodrigues afirma que nenhum político com alguma instrução dúvida da necessidade de abolir a escravidão. Isso indica uma clara posição a favor da abolição do sistema escravocrata.

A escrita dele estar destacando a urgência e a inevitabilidade da abolição da escravidão, enquanto também enfatiza a unanimidade entre os políticos instruídos sobre a importância desse passo. Essas palavras podem ser interpretadas como um apelo à consciência pública e uma chamada à ação para lidar com essa questão premente na sociedade.

Nessa época, a cadeira presidencial da Sociedade Emancipadora Piauiense foi oferecida ao senhor Espínola Junior, que a recusou. O Reverendo Vigário Mamede Antônio de Lima contentou-se com o modesto lugar de primeiro

---

[8] DISCURSO PROFERIDO PELO EXM. SR. DR. ANTÔNIO COELHO RODRIGUES POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA SOCIEDADE EMANCIPADORA (...). **O Piauhy** – Teresina, 9 de novembro de 1870. Ano IV. Número 148, p. 3.

secretário e o de segundo secretário coube ser ocupado por Antônio Coelho Rodrigues.

O segundo secretário foi o porta-voz da Sociedade no ato de instalação, em Teresina, no dia 1º de novembro de 1870. “Em seu discurso, Antônio Coelho Rodrigues mostrou-se estarrecido com a questão da escravidão no Brasil, apontando-a como legado bárbaro, desumano, horrendo, que por mais de três séculos pesou sobre o Brasil” (SILVA, 2016, p. 82).

A escolha de palavras como "bárbaro", "desumano" e "horrendo" são adjetivos que sugerem uma forte condenação e repúdio à prática da escravidão. Partindo para uma análise sobre o discurso de Antônio Coelho Rodrigues, como segundo secretário e porta-voz da Sociedade em 1870, ele expressou em sua fala durante a instalação em Teresina sua indignação com a escravidão no Brasil.

Ao mencionar que a escravidão "pesou sobre o Brasil", Antônio Coelho Rodrigues provavelmente estava se referindo ao impacto profundo e duradouro que esse sistema teve na sociedade brasileira. Essa posição crítica em relação à escravidão pode indicar um posicionamento abolicionista por parte dele, ou seja, ele pode ter sido um defensor do fim da escravidão. Esse tipo de discurso reflete a atmosfera e as discussões da época em torno da questão da escravidão, que era um tema central na sociedade brasileira do século XIX.

Porém, ao analisar a primeira carta de Antônio Coelho Rodrigues do livro *Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a Sua Majestade o Imperador*, é possível perceber em seus relatos que “o tráfico de escravos dentro do Brasil era algo lucrativo, tanto para o traficante quanto para o senhor que os comprava”, conforme apontado por Silva (2016, 83).

Essa dualidade na perspectiva de Rodrigues sugere uma complexidade nas opiniões e práticas relacionadas à escravidão na época. Enquanto ele expressa uma crítica à instituição da escravidão, seus relatos também evidenciam a existência de interesses econômicos que perpetuavam o comércio de escravos.

Assim, a análise desses documentos revela as contradições e nuances presentes no debate sobre a escravidão no Brasil do século XIX, destacando a

interligação entre aspectos morais, sociais e econômicos que moldaram as atitudes e posições dos indivíduos da época em relação a essa prática.

Outro problema que será relatado em sua narrativa menciona que, após o interesse de sábios europeus na região, ele começou a notar diferenças nos comportamentos e uma diminuição na dedicação de seus ajudantes, os trabalhadores escravos. Essa mudança é atribuída à influência da interação com patriotas brasileiros que buscam ganhar reputação para o país. Enquanto o autor investiga as razões por trás dessas alterações, ele nota que cinco de seus escravos partiram repentinamente, sem se despedirem. Quatro foram para um quilombo próximo, uma comunidade formada por fugitivos escravizados, e o quinto foi para um asilo na corte.

Assim, é perceptível no trecho da carta a seguir que irá abordar as consequências das interações entre brasileiros e europeus, influenciando não apenas as relações pessoais do autor, mas também a migração de seus assistentes para diferentes destinos, possivelmente em busca de melhores condições ou oportunidades. Vejamos:

> Ultimamente, porém, depois que os sabios da Europa começaram de interessar-se por nós, e de travar amizade com uns brazileiros patriotas, que lá andam fazendo reputação á custa de seu país comecei também de sentir differença nos modos e diminuição no trabalho dos meus famulos e, enquanto eu estudava a causa para prover o mal do remédio, **ausentáram-se de uma vez cinco, sem despedirem-se de mim; quatro para um quilombo próximo, e o quinto para o asylos da côrte**.
> Esses primeiros emigrantes tiveram logo outros imitadores. **um dos quaes, sendo apprehendido, foi pela primeira vez castigado, com alguma severidade, mas sem excesso, o que, não obstante, ia-me custando um processo crime, se o subdelegado não fosse lavrador, como eu e, além disso, meu compadre**.
> E' desnecessario accrescentar que as deserções continúaram e, eu vendo que a cousa podia ir muito longe, **resolvi o que antes de mim haviam feito os antigos senhores dos meus escravisados:-vende-los pelo que podesse e ficar com o producto, para comprar outros bens**.
> Entretanto, Senhor, não achei quem os quizesse; não encontrei a menor offerta, nem por miúdo, nem por atacado.
> Atribui a difficuld'ade da venda á falta de terras boas para serem aproveitadas por quem comprasse os escravos, e annunciei a fazenda, que é excellente, fabricada como estava.
> Desta vez appareceram varios pretendentes; porém, o que mais dava, offerecia por tudo 40% do custo da terra, que não representava sequer metade do custo dos escravos.
> Só então Senhor, tive consciencia do meu estado, comprehendi que não restava-me nem sequer 20% do que eu suppunha possuir, e,

> depois de longos dias de reflexões, cada qual mais triste, procurei o subdelegado, narrei-lhe o occorrido e pedi-lhe auxilio para ir buscar os meus fugitivos no quilombo [...] (Rodrigues, 1884, p. 12-13, grifos nossos).

Em sua escrita, Antônio Coelho Rodrigues relata ao sua Majestade o Imperador a uma mudança do comportamento da população escravas e dos abolicionistas após a chegada das ideias de sábios europeus interessados no Brasil. Essa atenção resultou em uma diminuição no trabalho de seus empregados (fâmulos) e em desertores que buscaram refúgio em quilombos e na corte.

Esses desertores e imitadores: cinco pessoas se ausentaram sem se despedir, indo para quilombos e a corte. Outros seguiram o exemplo, e um deles foi castigado após ser apreendido. O autor menciona que o subdelegado era lavrador e seu compadre, sugerindo uma conexão que evitou consequências mais severas para o castigo.

Mediante a situação, Antônio Coelho Rodrigues expõe as implicações emocionais decorrentes da conscientização sobre a situação precária, percebendo que, na prática, detém consideravelmente menos do que imaginava. Esse cenário o impulsiona a buscar a assistência do subdelegado na tentativa de recuperar os escravizados que fugiram para o quilombo.

Contudo, que diante das deserções de seus escravizados, Antônio Coelho Rodrigues se vê compelido a seguir a prática de antigos senhores, optando por tentar vender seus cativos. No entanto, enfrenta dificuldades inesperadas, atribuindo-as à escassez de terras disponíveis para potenciais compradores. Convencido de que a oferta de sua fazenda poderia ser mais atrativa se desvinculada dos escravizados, ele decide anunciar a propriedade para venda.

Entretanto, ao surgirem interessados, o mesmo se depara com ofertas inadequadas que revelam uma realidade desconcertante. A oferta mais vantajosa representa apenas 40% do custo da terra, que por sua vez é inferior à metade do custo dos escravizados. Essa discrepância ressalta não apenas as dificuldades econômicas enfrentadas pelo autor, mas também lança luz sobre as complexidades do mercado de escravizados e terras na época.

Nesse contexto, a tentativa de vender os escravizados torna-se um reflexo das dificuldades sistêmicas enfrentadas pelos proprietários de terras e escravizados. A conexão entre a escassez de terras, as ofertas desvantajosas e a desvalorização dos cativos destacam as interações intricadas entre o mercado imobiliário e o comércio de escravizados, evidenciando as múltiplas camadas de desafios que permeavam a vida do autor naquela época.

Assim sendo, a carta ilustra as complexidades sociais e econômicas da época, com mudanças políticas, pressões externas e as implicações dessas mudanças na vida do autor, incluindo a desvalorização de seus ativos (escravizados) e as dificuldades resultantes.

Contudo, no início da sua escrita, pode-se perceber que ideias vindas da Europa estavam causando agitação e fuga de cativos. Além disso, Antônio Coelho Rodrigues parecia estar muito insatisfeito com a fuga de seus escravos e pede ajuda para recuperá-los e castigá-los.

Segunda Rodrigo Caetano Silva (2016),

> [...] A fuga era uma alternativa que o escravo tinha para sair da condição de coisa, de ser apropriado e de ser resistência à instituição escravista. Assim, quando o escravo fugia, este se colocava de modo ativo em relação ao seu proprietário e à própria instituição escravista. Ao ser capturado, o escravo fujão poderia sofrer punições (Silva, 2016, p. 83).

Entre as influências abolicionistas advinda de fora do Brasil que é mencionada na carta por Antônio Coelho Rodrigues ao Imperador, Silva (2022), analisa em sua tese, que os registro da Guerra Civil dos Estados Unidos feitos pelos jornais, entre eles o *Correio Mercantil*, ativo no Rio de Janeiro em 1862, faziam a população brasileira refletir sobre a situação, entendo a importância da veiculação dessas informações na impressa.

Durante a Guerra Civil nos Estados Unidos, a luta entre as conjunturas políticas do Norte e do Sul tinha como um dos elementos centrais a questão da escravidão. A cobertura jornalística desse conflito nos periódicos brasileiros, como o *Correio Mercantil*, proporcionava aos leitores brasileiros acesso a informações e debates relacionados à abolição da escravidão em uma escala internacional.

A exposição desses eventos no contexto da imprensa brasileira não apenas informava, mas também estimulava a reflexão da população sobre a instituição da escravidão. Ao observar os desdobramentos da Guerra Civil nos Estados Unidos, os leitores eram confrontados com questões morais, políticas e sociais relacionadas à escravidão, influenciando assim a opinião pública brasileira.

Portanto, a análise de Silva (2022) ressalta a relevância da disseminação de informações sobre eventos abolicionistas internacionais na imprensa brasileira da época, destacando como esses registros contribuíram para moldar as discussões e influenciar as atitudes em relação à escravidão no Brasil. Essa influência externa demonstra a interconexão entre movimentos abolicionistas em diferentes partes do mundo e seus impactos nas percepções e posicionamentos locais. Vejamos:

> A Guerra Civil estadunidense foi registrada pelos jornais da época (1861-1865), que circulavam no Brasil. Em 1862, o jornal Correio Mercantil, periódico que circulava no Rio de Janeiro, noticiou que “**se as nações aproveitassem o espetáculo dos males que outras sofrem, que profícua lição não seria para nós**, o mísero estado a que a escravidão respeitada como princípio reduziu a primeira nação do novo continente” (Silva, 2022, p. 29, grifo nosso).

Assim sendo, entende-se que o destaque da guerra fez uma reflexão sobre as lições que outras nações poderiam extrair ao observar os desafios enfrentados pelos Estados Unidos. A frase "se as nações aproveitassem o espetáculo dos males que outras sofrem, que profícua lição não seria para nós" sugere que o jornal acreditava que outras nações deveriam aprender com os problemas enfrentados pelos Estados Unidos durante a Guerra Civil.

O termo "mísero estado” a que a escravidão respeitada como princípio reduziu a primeira nação do novo continente" indica que o jornal atribui parte dos desafios enfrentados pelos Estados Unidos ao sistema de escravidão, considerando-o como um princípio que levou a nação à uma situação lastimável.

Essa observação reflete a sensibilidade da imprensa da época em relação aos eventos internacionais e ao tema da escravidão, que também era uma questão significativa no contexto brasileiro naquele período. O jornal parece usar

a situação dos Estados Unidos como um exemplo para alertar sobre os perigos e impactos negativos da escravidão como princípio social.

No contexto brasileiro, diferentemente dos Estados Unidos, os ex-escravos enfrentaram um desafio adicional, pois foram largados à própria sorte após o fim da escravidão, sem um sistema estruturado para sua transição para a liberdade.

Nos Estados Unidos, a abolição ocorreu de maneira diferente. Após a Guerra Civil e a vitória do Norte sobre o Sul, os escravos foram libertados em todo o país, amparados por leis que facilitaram a assistência e a integração dos negros na sociedade. Essa abordagem contrasta com a situação brasileira, destacando as diferentes trajetórias e desafios enfrentados pelos libertos nos dois contextos históricos.

A historiadora Silvana Barbosa (2011, p. 126) afirma que esse é o momento “era a forma liberal que demonstrava a necessidade de se aprender com os exemplos e perceber que a escravidão não poderia mais ser defendida”. Dessa maneira, Silva (2022) assevera que “essa era uma visão que ganhava cada vez mais força na sociedade brasileira daquele período, o que também influenciava nas ações da Província em prover medidas abolicionistas” (SILVA, 2022, p. 29).

A afirmação de Barbosa (2011) sugere afirmar que a perspectiva liberal da época enfatizava a importância de aprender com experiências alheias, particularmente no que diz respeito à instituição da escravidão. A expressão "forma liberal" indica uma abordagem de pensamento que valorizava princípios como liberdade individual, igualdade e direitos individuais.

A visão de que a escravidão não poderia mais ser defendida reflete uma mudança de paradigma na sociedade brasileira. O reconhecimento de que a escravidão não era mais sustentável ou justificável ia de encontro aos princípios liberais que ganhavam força naquele período. Esse pensamento progressista influenciava não apenas a opinião pública, mas também as decisões e ações da Província.

Entretanto sugere que essa perspectiva influenciou a Província a adotar medidas abolicionistas. Ou seja, o entendimento era de que a escravidão não podia mais ser defendida, alinhado com os princípios liberais emergentes,

provavelmente contribuiu para a implementação de políticas e ações por parte do governo visando a abolição da escravidão. Essa mudança de visão na sociedade brasileira, destacando a incompatibilidade da escravidão com os princípios liberais, foi um fator importante no processo abolicionista que culminou na abolição completa da escravidão no Brasil, em 1888.

Ocorreu que a decadência desempenhou o declínio da prática da escravidão em outras nações teve um impacto significativo na fragilização da instituição escravista no Brasil. Pode-se inferir que mudanças ou abolições em relação à escravidão em outros contextos contribuíram para influenciar as atitudes e práticas em relação à escravidão no Brasil.

Esse fenômeno pode ser explicado por diversos fatores. A pressão internacional contra a escravidão, movimentos abolicionistas e mudanças nas percepções morais e éticas em relação à escravidão, observadas em outros lugares, podem ter influenciado a opinião pública e as políticas internas no Brasil. A possibilidade de comparação entre as práticas adotadas em diferentes partes do mundo e o questionamento global da ética por trás da escravidão podem ter levado a uma reavaliação da instituição escravista no cenário brasileiro.

Dessa forma, a interconexão entre os desenvolvimentos globais relacionados à escravidão e as mudanças locais, sugerindo que o declínio da escravidão em outras nações teve um efeito enfraquecedor específico na prática escravista dentro do contexto brasileiro.

Outra questão aborda por Antônio Coelho Rodrigues, tratava mais um desafio, relacionado à influência exercida pela Província do Ceará sobre a questão abolicionismo, eles estavam mais propensos a seguir estratégias ou tomar medidas que iam além das abordagens convencionais na luta pela abolição da escravidão.

## 2.3 A Carta Três e a crítica ao movimento abolicionista no Ceará

Fazendo inicialmente uma abordagem sobre os acontecimentos abolicionista no Ceará é possível observar que nos anos finais do século XIX, o Brasil passava por um período em que o movimento abolicionista ganhava destaque nos jornais de diversas Províncias, entre elas do Ceará.

> Nos anos finais do século XIX, o discurso abolicionista tomava conta dos jornais que circulavam em diferentes Províncias do Brasil. Os abolicionistas cearenses não estavam à margem dessa ação. Eles ocupavam espaços nos jornais para defender a importância do término da escravidão, que enxergavam como meio pelo qual o Brasil poderia andar no caminho do progresso. O movimento abolicionista na Província cearense não foi tão dessemelhante daquele que ocorreu nas plagas piauienses. Assim como na Província piauiense, no Ceará também houve sociedades abolicionistas que agiam para pôr fim à escravidão, mas os discursos dos membros das sociedades abolicionistas do Ceará eram mais carbonários se comparados àqueles proferidos pelos membros das sociedades emancipadoras do Piauí. Exemplo disso, dá-se com o fato de que havia na Sociedade Emancipadora fundada no Ceará um jornal próprio para divulgar especialmente as ações da entidade, coisa que não identificamos no Piauí. Também houve mais Sociedades Emancipadoras na Província cearense que na Província piauiense, visto que na Província piauiense identificamos apenas quatro dessas entidades: Sociedade Emancipadora Piauiense, Sociedade Libertadora Barrense, Sociedade Libertadora Jaicoense e Sociedade Emancipadora Piauiense. No Ceará o número foi maior. (Silva, 2022, p. 155).

Se percebe que os abolicionistas cearenses ativamente participaram do debate pela abolição da escravidão no final do século XIX, usando os meios de comunicação jornalísticos para promover a causa como crucial para o progresso do Brasil. Em comparação com os abolicionistas do Piauí, os cearenses adotavam uma abordagem mais radical, conhecida como "carbonária[9]", evidenciada por discursos intensos e estratégias incisivas. A presença de um jornal próprio da Sociedade Emancipadora no Ceará, ausente no Piauí, indicava uma organização mais robusta e visibilidade maior. Além disso, o Ceará tinha um maior número de Sociedades Emancipadoras, sugerindo um engajamento mais expressivo na luta contra a escravidão. Em resumo, embora ambos as Províncias participassem ativamente do movimento abolicionista, as diferenças nas abordagens e na organização refletiam as particularidades locais do contexto histórico da época.

---

[9] Originada na Itália no começo de 1800, a Carbonária atuou como uma sociedade revolucionária e oculta em países da Europa como Espanha, França e na própria Itália no período que compreende os séculos XIX e XX. Acreditava em valores liberais e era notavelmente marcada pelo anticlericalismo. Disponível em: https://www.infoescola.com/sociedades-secretas/carbonaria/. Acesso em 04 jan. 2024

Na carta de número três a crítica seria a seguinte sobre movimento abolicionista na Província do Ceará:

> Por consequencia **é falso que a abolição do Ceará tenha sido um facto auspicioso para todo o Imperio; é falso que ella tenha guardado o respeito á lei e á propriedade e que, por consequencia, se haja mantido dentro das raias da legalidade, como affirmou o presidente do conselho, em nome de Vossa Magestade Imperial**.
> **E' igualmente falsa a ausencia do elemento servil no Ceará, dada como liquida pelo telegramma do ministro do imperio**; porque é impossivel que tenham sido libertados regularmente e tão depressa todos os escravos de orphãos, interdictos etc., os das pessoas, que não podiam dispôr dos seus bens, ou pertencentes a donos onerados de dívidas, que só poderiam têl-os libertado nullamente, em fraude dos seus credores.
> Além disso ninguem ignora que aquella provincia está convertida em territorio de asylo e cheia de escravos de todo o Imperio, inclusive muitos embarcados aqui mesmo, com sciencia, paciencia e talvez auxilio da policia, incumbida de prevenir os crimes nesta terra, onde o furto de escravo é equiparado ao roubo e sujeito á pena de galés.
> **Dest'arte o que seria um casus belli, praticado por qualquer nação estrangeira, e não poderia libertar o escravo fugitivo para o seu territorio, é tolerado, senão applaudido, pelo governo de Vossa Magestade, e considerado legitimo e efficaz naquella terra da luz e da desordem**.
> Em conclusão, não é ausencia de elemento servil o que ha no Ceará, é a ausência completa da lei; é a falta absoluta de um representante sério do principio da autoridade, que lá está incarnada n'uma satyra ambulante, que já satyrisou a provincia inteira com a sua inercia ou cumplicidade, e continúa satyrisando todas as nações do direito, do decoro e do bom senso publico. **Não, Senhor; a historia da abolição no Brazil ainda está por fazer, e é uma divida de honra, que a geração actual deve pagar ás vindouras. Havemos de, se Deus quizer e Vossa Magestade permittir, carregar a nossa pedra para esse monumento do futuro** (Rodrigues, 1884, p. 22-23, grifos nossos).

O trecho mostra a indignação de Antônio Coelho Rodrigues com as informações vindas sobre o fim da escravidão no Ceará, visto que, segundo o autor, seria impossível que essas libertações tenham ocorrido segundo as leis da época e de forma justa. Como dito anteriormente, Antônio Coelho Rodrigues acreditava que a abolição da escravatura deveria acontecer de forma lenta, ou seja, dessa forma o lavrador também defenderia seus interesses enquanto senhor de escravos.

Assim, o escritor informa ao Imperador que tudo se trata de uma farsa, que reflete também a falta de compromisso do governo local. O autor parece

criticar também a ineficácia do Império em relação àquela “terra de luz e desordem” como assim ele a considera, uma terra sem lei.

Ocorre que, em 25 de março de 1884, o presidente da Província do Ceará, Sátiro Dias, anunciou a libertação de todos os escravos na região. O Ceará se tornou, assim, a primeira Província do Brasil a abolir a escravidão, e isso ocorreu quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea.

A iniciativa do Ceará em abolir a escravidão antes da legislação nacional destaca a complexidade e diversidade das dinâmicas abolicionistas no Brasil, com diferentes regiões tomando medidas autonomamente para encerrar a instituição da escravidão.

Portanto, a crescente força do movimento abolicionista e destaca a relevância de entender o aspecto abolicionista na Província do Ceará. A ideia central é que esse contexto teve um impacto significativo na decisão de muitos escravos em fugir do território piauiense em direção ao Ceará. Essa dinâmica é considerada um elemento importante para a produção de histórias relacionadas ao abolicionismo e à transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre.

A relação entre Ceará e Piauí é apontada como crucial, indicando que o que ocorria em termos de movimento abolicionista no Ceará tinha repercussões diretas no território piauiense. Os discursos dos políticos que defendiam o fim da escravidão eram ouvidos pelos piauienses, independentemente de sua condição de liberdade. Isso destaca a interdependência entre as duas regiões e como as ideias e debates abolicionistas no Ceará influenciavam diretamente as atitudes e escolhas dos habitantes do Piauí em relação à escravidão.

Ainda no mesmo trecho, apesar de considerar no início da obra que não se faria apologia ao abolicionismo, no último trecho grifado, Antônio Coelho Rodrigues trata a abolição como uma dívida de honra a ser cumprida pela sociedade atual.

De acordo com Silva (2016, p. 83), “as contradições do piauiense não são meras coincidências. De fato, Antônio Coelho Rodrigues foi um político de múltiplas facetas, adequando-se, em muitos casos, ao ambiente no qual estava inserido”. Em contradição ao final do trecho acima, no início da terceira carta, Antônio Coelho Rodrigues demostra certa preocupação com o crescimento do movimento abolicionista local. Ele afirma que:

> A agitação que o abolicionismo, official no norte e semi-oflicial no sul, semeou pelos nossos centros, quase despovoados de gente livre, tem-nos collocado a nós outros, senhores de escravos, em tão desesperada posição que nos não deixa o espirito bastante livre para escrever a vagar e medir bem as palavras, que devem ser dirigidas ao unico soberano e sabio desta porção da America, onde o povo não está na altura de comprehender-vos, quanto mais nas condições de bem servir-vos (Rodrigues, 1884, p. 24).

Na sua escrita, o autor considera o movimento abolicionista como uma agitação, colocando-se também na posição de senhor de escravos. Silva (2016) considera que Antônio Coelho Rodrigues teria sido irônico, ao chamar de sábio o Imperador. Assim, a inquietação de Coelho Rodrigues em relação ao avanço do movimento abolicionista é intrinsecamente ligada à sua percepção de que tal movimento buscava a libertação dos escravizados no Brasil, muitos dos quais eram considerados parte do seu próprio patrimônio, representando uma fonte essencial de mão de obra para o piauiense.

No entanto, essa preocupação ganha uma dimensão adicional ao explorarmos a citação presente na obra *Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a Sua Majestade o Imperador*. Nesse contexto, o autor relata uma conversa com um delegado que expressa pensamentos republicanos. Esta inserção de ideias republicanas sugere que, além das apreensões em relação à abolição e ao status dos escravizados, há também uma complexidade política envolvida nas percepções de Antônio Coelho Rodrigues.

A citação revela que as preocupações do autor não se limitam apenas ao aspecto econômico e social da abolição, mas se estendem para o campo político. A presença de pensamentos republicanos na conversa com o delegado destaca as tensões e contradições ideológicas presentes na sociedade da época, adicionando uma camada de complexidade ao entendimento das motivações e apreensões de Antônio Coelho Rodrigues em meio às transformações sociais e políticas do Brasil do século XIX. Vejamos:

> Tenho escravos é verdade; mas sabe Deus com que pezar, e juro por elle que seria incapaz de conservar meus semelhantes nessa triste condição, se pudesse transformá-los em cidadãos uteis á patria, de um momento para outro, e se as tradições: os costumes e as leis do meu paiz me não houvessem habituado insensivelmente a fundir nessa

> especie de propriedade legal todo o fructo de meu trabalho, em que fundei o descanso da minha velhice, e a herança de meus filhos.
> E' máo este estado de cousas Convenho. E' preciso acabar com elle Con sinto' mas as consequencias de um facto social e collectivo não devem pesar sómente sobre um homem, ou mesmo sobre uma classe; devem pesar sobre todos, como a expiação de uma falta commum. Ora, nós outros, os senhores de escravos, de sobejo temo; contribuido para a extincção' da escravatura com a depreciação oficial e artificial da nossa propriedade, e com o dessocego em que tem-nos posto, não os nossos escravos, de que receiamos menos do que do governo, mas os abolicionistas com a cumplicidade do mesmo governo.
> Isso não pode continuar (Rodrigues, 1884, p. 37).

Nessa conversa, Antônio Coelho Rodrigues expressa uma visão complexa sobre a escravidão, reconhecendo a existência de escravos em sua posse, mas ressaltando um profundo desconforto com essa realidade. Ele declara que, se possível, transformaria imediatamente esses indivíduos em cidadãos úteis à pátria. No entanto, ele justifica sua manutenção da escravidão ao afirmar que as tradições, os costumes e as leis de seu país o habituaram a considerar os escravizados como uma forma de propriedade legal, na qual investiu o fruto de seu trabalho para garantir o descanso na velhice e a herança para seus filhos.

Ele reconhece a necessidade de mudança nesse estado de coisas, concordando que é preciso acabar com ele. No entanto, expressa um dilema pessoal, sugerindo que as consequências de transformar os escravizados em cidadãos plenos não podem recair apenas sobre ele ou sua classe social. Ele argumenta que, ao longo do tempo, os senhores de escravos contribuíram para a extinção da escravidão por meio da desvalorização oficial e artificial de sua propriedade e do conflito que provocaram, não com seus escravizados, mas com abolicionistas e o governo.

A conclusão da sua fala enfatiza a insustentabilidade da situação atual, indicando uma consciência de que mudanças são necessárias. O mesmo destaca o papel de todos os envolvidos, incluindo os senhores de escravos, os abolicionistas e o governo, na complexa trama da extinção da escravidão. Essa passagem reflete o conflito interno do autor diante das práticas da época, destacando a necessidade de uma mudança, mas também reconhecendo os desafios associados a ela.

*A priori*, Antônio Coelho Rodrigues parece se indignar com as ideias, que são contrárias ao sistema monárquico, proferidas pelo delegado. Apesar disso, o escritor, na quinta carta, resolve novamente conversar com o funcionário público para reiterar as ideias e saber mais sobre o ele pensa.

> **Depois de duas noites mal dormidas sob as tristes impressões**, que deixou me a conversação do domingo do Espirito-Santo, na casa do vigario, resolvi ter uma conferencia particular com o meu delegado, **para eon hecer a fundo as suas idéas e perscrutar melhor os seus sentimentos**, de cuja pureza ficara duvidando, desde aquelle dia (Rodrigues, 1884, p. 41, grifos nossos).

Nesse momento, ele relata seu estado de inquietação após duas noites mal dormidas, influenciado pelas impressões desanimadoras deixadas pela conversa ocorrida no domingo do Espírito-Santo, na casa do vigário. Essas "tristes impressões" indicam que a conversação abordou temas perturbadores ou desconfortáveis.

Diante desse estado de espírito, o ele toma a decisão de realizar uma conferência particular com seu delegado. Ele expressa a intenção de entender mais profundamente as ideias e os sentimentos do delegado, os quais passaram a ser questionados desde o mencionado domingo. A expressão "perscrutar melhor os seus sentimentos" sugere que o autor busca uma compreensão mais detalhada e íntima das convicções e emoções do delegado, possivelmente para esclarecer dúvidas sobre a pureza de seus sentimentos.

Esse trecho revela um momento de reflexão e investigação por parte dele, impulsionado por uma perturbação emocional decorrente da conversa mencionada. A busca por uma conversa particular indica um desejo de esclarecimento e de aprofundamento nas relações interpessoais, enquanto a referência à pureza dos sentimentos sugere uma preocupação com a sinceridade e honestidade do delegado. Esse contexto revela a complexidade das relações e das emoções presentes na narrativa.

A partir de então, Antônio Coelho Rodrigues, já inicia a sexta carta mostrando ao Imperador que a ideias de o delegado não parecer ser infundadas, visto que são acompanhadas de fatos que são de conhecimento de todos. Conforme se verifica abaixo:

> E’ escusado protestar que não estou de perfeito acordo com o meu conferente e delegado de policia do termo, apezar de reconhecer-lhe uma autoridade e uma illustração, que estou longe de presumir de mim; mas ha, no fundo de suas doutrinas, alguma cousa, que impressiona-me e elle cita factos, que se não póde contestar, porque estam na consciência publica. O primeiro delles é que os bolicionistas prescindem, por palavras, escriptos e obras, da legalidade e que o poder publico applaude-os, ou somente a medo os contraria (Rodrigues, 1884, p. 49).

Na afirmação, consta uma declaração que, apesar de não estar completamente de acordo com seu colega e delegado de polícia, reconhece a autoridade e erudição dele, atribuindo-lhe uma capacidade intelectual superior à própria. No entanto, revela uma inquietação em relação às doutrinas do delegado, indicando que há algo nelas que o impacta profundamente.

Antônio Coelho Rodrigues menciona que o delegado cita fatos incontestáveis que estão na consciência pública. Entre esses fatos, destaca a ideia de que os abolicionistas, por meio de palavras, escritos e ações, ignoram deliberadamente a legalidade, e que o poder público, em certa medida, os aplaude ou, no mínimo, evita confrontá-los abertamente.

Essa passagem revela uma complexidade nas visões do autor em relação ao movimento abolicionista. Apesar das discordâncias com o delegado, o autor é impactado pelos argumentos e pelos fatos apresentados por ele. A menção à consciência pública sugere que há uma aceitação generalizada desses fatos, o que aumenta a perplexidade do autor diante do movimento abolicionista e da reação das autoridades. A referência à legalidade e à possível complacência do poder público adiciona uma dimensão política à narrativa, destacando as tensões e os conflitos subjacentes nas discussões sobre a abolição da escravidão.

Assim, mesmo se considerado como súdito fiel, tal qual o próprio nome da obra sugere, *Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade o Imperador*, na medida em que as cartas vão sendo enviadas, Antônio Coelho Rodrigues, diante de fatos, passa a questionar o sistema:

> No meio dessa contradicção constante, que paira sobre nosso mundo politico, o que mais verosimil parece, é que a fome endemica do poder obriga os nossos homens do governo ás maiores humilhações e á umá vida ingloria, para não dizer ridicula.

> Dividem-se em dous grupos inimigos: um conservador, que faz reformas liberaes; outro liberal, que faz reformas conservadoras, e, por amor das suas idéas, cavam entre si um abysmo, que lhes não permitte reunirem-se, nem mesmo para combater o inimigo commum e defender seus direitos mais sagrados.
> A actual camara é um exemplo vivo desta enfermidade moral: ainda não vimos outra, em que os dous partidos juntassem, de uma vez, tantos homens probos, independentes e capazes, nem esperamos mais que, neste reinado, o facto se reproduza (Rodrigues, 1884, p. 56).

Neste momento, o autor se coloca em uma posição política que parece ser neutra, considerando que os liberais e conversadores travam uma luta em vão que não resolve o problema social enfrentado. O fragmento da carta discute uma contradição constante no cenário político, sugerindo que a fome insaciável pelo poder leva os homens do governo a enfrentar humilhações e uma vida pouco gloriosa, quase ridícula.

O Antônio Coelho Rodrigues destaca a existência de dois grupos inimigos dentro do governo: um conservador, que implementa reformas liberais, e outro liberal que promove reformas conservadoras. Esses grupos, movidos por suas próprias ideias, criam um abismo entre si, impedindo a cooperação mesmo diante de um inimigo comum e na defesa de seus direitos mais fundamentais.

O Antônio Coelho Rodrigues utiliza a atual câmara como um exemplo vívido dessa "enfermidade moral" no ambiente político. Ele destaca a ironia de ver tantos homens íntegros, independentes e capacitados nos dois partidos, mas que, devido às divergências ideológicas, não conseguem se unir, mesmo quando seria do interesse comum. A última frase sugere certo ceticismo em relação à possibilidade de ver essa situação mudar durante o atual reinado, indicando uma visão pessimista sobre a capacidade de cooperação e entendimento entre os diferentes setores políticos.

De acordo com Pinheiro (2013), na época desse contexto político, o Império estava aberto para com as conjunturas políticas e para a formação dos líderes das Províncias, isso era de fundamental importância para a construção de um ideal de país civilizado e de uma política unitária e forte.

Diante disso, a formação intelectual dos políticos brasileiros estava ligada aos preceitos lusos, que garantiam dessa forma o bom funcionalismo administrativo e público do país. “O Brasil disponha, ao torna-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devida a sua formação política em

Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação às doutrinas revolucionárias" (Carvalho, 2007, p. 39).

Portanto, o Império passou a ter dentro do cenário político duas linhas partidárias: a liberal e a conservadora. Boris Fausto (2009, p. 181), entretanto, considera que essas linhas eram muito mais de interesse particular ou de seu respectivo grupo político, do que ideológico ou programático de partido:

> [...] Chegar ao poder significava obter prestígio e os benefícios para si próprio e sua gente. Nas eleições, não se esperava que os candidatos cumprissem bandeiras programáticas, mas as promessas feitas a seus partidários. Conservadores e liberais utilizavam-se dos mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos (Fausto, 2009, p. 181).

Assim, conforme colocado anteriormente, o interesse e o prestígio pessoal resultariam em benefícios para si e seus correligionários. A demagogia nos discursos era mecanismos de poder, entretanto, segundo Carvalho (2007), os próprios eleitores tinham a consciência que as promessas feitas só serviriam para os grupos vencedores.

Nesse contexto, o aspecto de formação dos políticos brasileiros no período que compreende o século XIX tinha relação com a área do curso de Direito. Antônio Coelho Rodrigues fora, então, preparado intelectualmente na escola de Recife, no referido curso, para que tivesse, com isso, o conhecimento das leis e mais acessibilidade ao Império.

De acordo com Jarbas Gomes Machado Avelino (2021), em seu artigo intitulado *Atuação Intelectual de Antônio Coelho Rodrigues com expressão do intervalo entre a Faculdade de Direito do Recife e a Escola do Recife*, apresenta uma fala onde Clovis Bevilaquia faz um perfil explicativo da FDR, o mesmo ensaia que "no afã de conformar um perfil para a Faculdade de Direito de Olinda, Clóvis Bevilaqua, no livro *História da Faculdade de Direito do Recife*, busca estabelecer o que seriam as fases da evolução das ideias, as quais começam pelas publicações em Olinda" (Avelino, 2021, p. 3).

> De 1828 a 1854 há um período de ensaios ainda fracos, apesar da boa vontade dos mestres, alguns certamente distintos e competentes. Mas o instituto de ensino jurídico ainda não havia adquirido a força, a autoridade, que dá a tradição continuada,

> nem tinha podido formar um ambiente propício a produções, se não originais, ao menos capazes, por seu valor, de vencer a ação destruidora do tempo. Em 1855, começou outro período. Logo nesse ano, aparece a Teoria e prática do processo civil, de PAULA BATISTA, e a Faculdade se vai afirmando, como centro apreciável de produção mental. Esse período se estende até à renovação introduzida por TOBIAS BARRETO, em 1882 (Bevilaqua, 1977, p. 303 apud Avelino, 2021, p. 3-4).

É notório ao avaliar a citação do Bevilaqua (1977), que no início da Faculdade de Direito do Recife com sede em Olinda, não teve destaques em produções intelectuais, por tanto apenas em 1855 iniciou uma nova fase de desenvolvimento científico intelectual considerável.

É realmente interessante explorar como a educação naquela época influenciou a trajetória intelectual de figuras que atuaram na política brasileira. A Faculdade de Direito do Recife tinha uma abordagem mais abrangente, favorecendo o desenvolvimento científico e intelectual. Isso certamente influenciou a maneira como figuras como Antônio Coelho Rodrigues abordaram questões sociais e políticas em suas vidas.

Visando compreender as posições e contribuições para o desenvolvimento científico e intelectual da época, atemo-nos a partir de então à formação de Antônio Coelho Rodrigues, obtido na Faculdade de Direito do Recife no século XIX.

Segundo os estudos sobre História do Direito no Brasil, desenvolvida por Antônio Carlos Wolkemer (2000), o autor faz uma diferenciação com o tipo de formação desenvolvida entre as duas principais faculdade de Direito fundadas no Brasil no século XIX. Desse modo, é possível compreender que:

> (...) vê-se que, enquanto Recife educou, e se preparou para produzir doutrinadores, “homens de *sciencia*” no sentido que a época lhe conferia, São Paulo foi responsável pela formação dos grandes políticos e burocratas de Estado. De Recife partia todo um movimento de auto-celebração que exaltava “a criação de um centro intelectual, produtor de ideias autônomas”; em São Paulo reinava a confiança de um núcleo que reconhecia certas deficiências teóricas, mas destacava seu papel na direção política da nação [...]. Em Recife, um público mais desvinculado do domínio oligárquico rural passava a dominar as fileiras dessa faculdade, por oposição a uma clientela paulista caracterizada pelo pertencimento a uma elite econômica de ascensão recente (Wolkemer, 2000, p. 83-84).

Com a implantação dos cursos de Direito no Brasil, em 1827, nas Províncias de São Paulo e Recife, foram consolidados a formação de juristas no país. O Brasil Imperial agora formaria sua própria elite jurídica e sendo, dessa maneira, o piauiense Antônio Coelho Rodrigues teria então uma formação na faculdade de Direito do Recife voltada mais para a teoria, que teria com a finalidade, segundo Andrade (2006), apenas formar doutrinadores que iriam trazer maiores contribuições para a órbita jurídica.

Observa-se que em Recife, tinha um público mais desvinculado do domínio oligárquico rural. Isso sugere uma mudança na composição demográfica da faculdade, indicando uma maior diversidade ou uma participação mais ativa de setores urbanos. Em São Paulo, por sua vez, a clientela era caracterizada pelo pertencimento a uma elite econômica de ascensão recente, indicando uma ligação mais estreita com setores emergentes da sociedade.

Essa análise aponta para distintas características e ênfases nas instituições educacionais dessas duas cidades, mostrando Recife como um centro mais voltado para a produção doutrinária e, São Paulo, como um formador de líderes políticos e burocratas, cada um refletindo diferentes dinâmicas sociais e políticas em suas respectivas regiões.

Antônio Coelho Rodrigues, então formado em 21 de novembro de 1866, retorna ao Piauí com formação bem conservadora para iniciar sua carreira profissional, começando inicialmente como jornalista no Jornal *O Piauhy*, na cidade de Teresina.

O então Jornal *O Piauhy*, fundando por Coelho Rodrigues, era um órgão do Partido Conservador, portanto, mesmo retornando ao Piauí, manteve se ligado à Faculdade de Direito que se formou no Recife, essa informação pode ser confirmada pelo site da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)[10], de forma mais explicativa:

> (...) De acordo com o Livro de Registro de diplomas de Doutores da Faculdade de Direito do Recife - FDR, foi conferido o grau de doutor

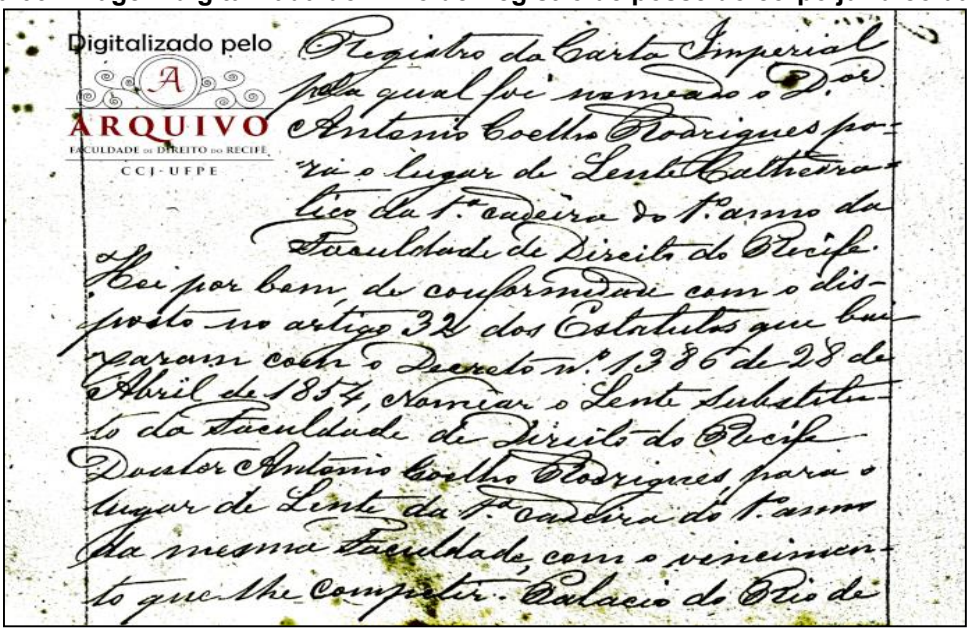
[10] Disponível em: https://www.ufpe.br/ce/noticias-do-ce//asset_publisher/8TgQ0vpyChuQ/content/conselheiro-antonio-coelho-rodrigues-o-grande-jurista-piauiense/590249. Acesso em: 04 fev. 2024.

> no dia 07 de maio de 1870 depois de ter defendido a tese e sido aprovado unanimemente. Em 14 de Junho de 1871, como consta no livro de Registros de posse do corpo jurídico da FDR, atendendo ao merecimento e as habilitações que em concurso apresentou, foi nomeado para o lugar de lente substituto da Faculdade de Direito do Recife. Em 02 de Março de 1876, foi apresentada Memória Histórica de 1875 pelo Dr. Antônio Coelho Rodrigues, aprovado unanimemente na parte histórica em sessão da Congregação.
>
> No dia 20 de setembro de 1878, segundo o Livro de Registro de posse do corpo jurídico da FDR, foi nomeado o Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife Dr. Antônio Coelho Rodrigues para o Lugar de Lente da 1ª cadeira do 1º ano da mesma faculdade, dando magníficas aulas de direito romano, de direito civil e Internacional (UFPE, 2021, *online*).

Essa narrativa destaca os marcos importantes na carreira acadêmica e profissional de Antônio Coelho Rodrigues, desde a obtenção do doutorado até suas nomeações e contribuições como docente na Faculdade de Direito do Recife.

Abaixo, na figura três, podemos conferir a imagem digitalizada do Livro de Registro de posse do corpo jurídico da FDR:

**Figura 03: Imagem digitalizada do Livro de Registro de posse do corpo jurídico da FDR**




**Fonte:** Site da UFPE.

O Bacharel em Direito, Antônio Coelho Rodrigues, fez um curso com muito aproveitamento, recebendo o grau de doutor no dia 7 de maio de 1870. Esse feito lhe proporcionou o seu retorno no dia 20 de setembro de 1878, doze anos

depois, como docente substituto da Faculdade de Direito do Recife, para exercer a magistratura nas disciplinas de Direito Romano, de Direito Civil e Internacional. Mediante a essa análise é possível compreender como foi desenvolvida a formação de um dos grandes Civilistas Brasileiro do século XIX.

Ao analisar sua trajetória de formação intelectual dentro da Universíade de Direito do Recife, é possível compreender qual foi tipo de personalidade que Antônio Coelho Rodrigues adquiriu e como ele defendia seus ideais políticos nesta nação. Sendo um dos monarquistas moderados que buscam um equilíbrio entre a tradição monárquica e a necessidade de instituições democráticas e representativas. Eles podem ver a monarquia como uma fonte de estabilidade, continuidade histórica ou unidade nacional, enquanto reconhecem a importância de garantir os direitos e a participação do povo na governança.

Lendo uma postagem publicada em 2021 no *Portal Entretextos*[11], do advogado Reginado Miranda, o autor aponta que o professor Wilson Brandão faz uma análise de Antônio Coelho Rodrigues como um "monarquista moderado". O discurso de Brandão (1998), na concepção de Miranda (2021), acaba:

> (...) Defendendo o imperador sem intransigência, no interesse do partido. "Essa posição agrada, sobretudo porque assumida por um moço inteligente, que utiliza o jornalismo sério e a oratória fluente na peleja constante das grandes causas. Os conservadores, velhos e novos, têm-no, desde logo, como intérprete e mentor. Abre-se, assim, o caminho de uma longa e acidentada vida pública" (Miranda, 2021, *online*).

A contribuição de Miranda (2021) serve para ajudar o leitor a prospectar que a personalidade de Antônio Coelho Rodrigues se manifesta como uma pessoa de caráter e cheia de convicções, capaz de mudar de opinião sobre determinado assunto voltado a política brasileira depois de avaliar e considerar o que fosse melhor para a situação vigente. Embora mudasse de opinião o jurista

[11] Disponível em: https://www.portalentretextos.com.br/post/antonio-coelho-rodrigues. Acesso em: 04 fev. 2024.

brasileiro mantinha sempre seus princípios conservadores e notoriamente preocupado em o desenvolvimento político do seu Estado-Nação.

Essa análise nos faz retomar os estudos feitos sobre Antônio Coelho Rodrigues, pois, em vários dos seus discursos políticos percebemos uma força em guerrilhar a favor de um país que precisava desenvolver-se para a melhoria da sua população e o reconhecimento além das suas fronteiras políticas.

Na análise da sétima carta ao Imperador, Antônio Coelho Rodrigues pode ser compreendido como um monarquista conservador apenas no requisito da manutenção do regime político, pois não se abstinha de expressar sua insatisfação em relação à administração pública do Imperador Dom Pedro II. Essa afirmação se verifica a medida em que era realizado uma reiteração dos valores da soberania nacional como um princípio fundamental para a legitimidade da ordem política, visando viabilizar o desenvolvimento sociopolítico e econômico de todas as Províncias nacionais. Assim, Coelho Rodrigues emergia como um monarquista que adotava um discurso centrado na construção nacional.

Ele afirma na sétima carta que:

> A historia do vosso reinado, um dos mais longos domundo, ha de transmittir aos vindouro dous factos aparentemente repugnantes j mas na realidade. inseparaveis no governo deste paiz, desde que Vossa Magestade Imperial assumiu a sua direção suprema: o primeiro· é o vosso desinteresse-prova do vosso patriotismo; o segundo é o efeito negativo desse patriotismo sobre a gestão dos negócios publicos.
>
> Os ahronistas otliciaes hão de dizer que a esterilidade da vossa administração, tão minuciosa quanto infeliz, foi a consequencia fatal da inauguração do regimen representativo em um paiz novo e não preparado para fazê-lo funccionar regularmente; mas o historiador imparcial explicará o facto de modo differente.
>
> Elle dirá que o atrazo do paiz foi causa secundaria em comparação com outras duas, que actuaram e estam actuando ainda, como principaes: a vossa educação inadequada e o poder moderador absoluto, como o tendes exercido, desde a vossa revolucionaria ascensão ao governo (Rodrigues, 1884, p. 59).

A partir disso, o discurso de Antônio Coelho Rodrigues deixa evidente a sua insatisfação com alguns aspectos do governo Imperial. Esse período coincide com o período que inicia a queda do Império. De acordo com Carvalho (2007), o contexto era de lutas partidárias e de um Imperador com atitudes

republicanas e de interesses prejudicados, a política fica agitada, sendo algo que já era esperado por todos.

Entretanto, o longo reinado é marcado por dois eventos aparentemente contraditórios: o desinteresse do monarca, visto como prova de patriotismo, e o impacto negativo desse patriotismo na gestão pública. Alguns atribuem a esterilidade administrativa à introdução do regime representativo em um país despreparado. Contudo, um historiador imparcial apontaria a educação inadequada do monarca e o exercício absoluto do poder moderador como causas principais, superando o atraso do país como fator secundário. Esse é o clima do final do período imperial no Brasil, no qual diversos fatores contribuíram para uma nova postura política, o que resultaria na quebra das tradições monárquicas e o início de uma República.

A contar da década de 1870, começou a eclodir aspectos de uma crise do Segundo Reinado, incluindo então o início do movimento republicano e os atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja. Além disso, o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre as Províncias do Império e suas bases sociais de apoio.

Desse modo, de acordo com José Murilo de Carvalho (2007), foram vários os fatores que culminaram com o fim do período imperial nas terras brasileiras, porém, os sintomas mais abordados e significativos foram as divergências com o Exército, com a Igreja Católica e com os senhores escravistas.

Nesse contexto, houve atrito entre Exército e o Imperador Dom Pedro II, porque a abdicação de Dom Pedro I permitiu com que os militares perdessem espaço junto ao governo vigente. Em consequência, muitos soldados do Exército passaram a se relacionar com os grupos de agitação popular após a Proclamação da Independência do Brasil perante Portugal.

Assim, esses fatos junto à presença deles em movimentos populares resultaram em que Imperador tivesse um olhar crítico sobre a postura dos militares, desconfiando da lealdade dos referidos junto a sua pessoa a ao Império do Brasil (Carvalho, 2007).

Além disso, a criação da Guarda e com a redução no número de militares do Exército, de acordo com Carvalho (2007), contribuiu para uma disputa entre

os militares e o Imperador, visto que, inclusive, existia uma diferença de tratamento entre as corporações do Exército e da Marinha.

O exército passou a ser desvalorizado pelo governo, e a Marinha era sempre atendida e beneficiada pelo Império, se tornando um lugar para militares tidos como nobres e dignos de respeito moral e social. Já entre o Império e a Igreja Católica, segundo Carvalho (2007), houve conflito quando a junção entre as Província  do Império e a Igreja foi posto sobre prova no ano de 1870.

Nesse período, os princípios de submissão do mundo pela Igreja e ao papa foram reforçados nos discursos que ocorreram no Concílio Vaticano. A partir disso, a relação entre o Imperador e os líderes religiosos do Brasil ficara não ia bem, visto que estes recebiam ordens superiores eclesiásticas de oposição aos governos modernos, Dom Pedro II frequentava as reuniões da Maçonaria.

Isso passou a ser tratado pelos religiosos católicos como atitude de um governante que não queria seguir os dogmas do catolicismo e muito menos servir e se subordinar ao papa e a Igreja Católica. Ademais, o encaminhamento da abolição escrava, iniciada do ano de 1871, com a Lei do Ventre Livre e finalizada em 1888 também foi algo que afetou o Império.

Nesse contexto, a opção do Imperador de libertar os escravos feriu os interesses econômicos de vários produtores rurais, tal qual Antônio Coelho Rodrigues, que, como dito anteriormente, era lavrador na época, além de fazer com que o negro passasse a ter os mesmos direitos que um branco, um verdadeiro constrangimento social para as elites daquele contexto (Carvalho, 2007).

Ainda de acordo com a autora, ademais, entre grupos de bases sociais diversas, como a burguesia cafeeira e a classe média urbana, surgia uma nova convicção, que consistia na descrença de que reformas descentralizadoras ou de ampliação de representação política pudessem ocorrer nos quadros da monarquia, isso fez nascer o movimento republicano.

Esses fatores fizeram com que o poder e o prestígio de Dom Pedro II se fragmentassem junto aos políticos brasileiros. O resultado disso foi a aplicação do sonho republicano, entretanto, essa insatisfação perante o Império foi uma

reação às políticas e posturas do Imperador, que passou a ser depreciado politicamente, se tornando passível de substituição.

Como vimos, Antônio Coelho Rodrigues publicou em 1884, sob pseudônimo, o seu *Manual do súbdito fiel*, que vai expressar a sua insatisfação em relação às políticas desenvolvidas pelo Gabinete liberal na época. O, na época, lavrador era um destacado membro do Partido Conservador e teceu uma série de críticas às políticas levadas a efeito pelo Governo, especialmente no que tocava ao chamado “elemento servil”.

> Ha vinte annos ninguem falava em republica nesta terra; hoje quase toda a mocidade é republicana, e a monarchia conta apenas duas especies de defensores: os 'que tem interesses ou esperanças fundadas no status quo, e os que preferem, apezar dos pezares, o conhecido, em paz, ao desconhecido, com o risco de uma conflagração.
> Estes ultimos, hoje que o partido imperial está convulsionando o paiz, por amor dos applausos do estrangeiro, já desconfiado de tanto liberalismo, talvez prefiram remover o principio da anarchia para ficarem mais quietos, sob chefes temporarios, que não possam ter caprichos duradouros, nem manias permanentes.
> Suppõe-se, ha algum tempo, que Vossa Magestade hostiliza ou tem má vontade ao partido conservador; que afasta sempre a hypothese da sua ascensão ao poder, e, como é indecente o papel de mais regalista do que o rei, elle parece ir-se dispondo a concordar com Vossa Magestade, e prégar tambem a renovação da face da terra, quando chegar o diluvio da liberdade, projectado do alto do throno.
> A pezar de fiel, ou antes, por isso mesmo, estou sentindo tambem veleidades progressistas, e, creia-me Vossa Magestade, assim como sôa-lhe mal aos ouvidos a palavra senhor - da boca de um homem Creado e educado, como escravo e para escravo, faz-me tambem mal aos nervos proferil-a, ou ouvil-a proferida por homens nascidos e creados para cidadãos de um paz livre (Rodrigues, 1884, p. 65-66).

É possível então perceber, já no início do trecho acima, que Antônio Coelho Rodrigues considera o sistema monárquico como uma instituição falida, apenas aqueles que têm interesse ou tem medo de mudança ainda continua a defendê-la. Em o *Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua majestade o Imperador*, podemos constatar que, para Coelho Rodrigues, o Brasil estava à beira de uma reforma econômica político-social, nos últimos anos do século XIX. A monarquia já não tinha mais bases que se mantivesse, portanto, a sua rejeição ao imperador é patente.

> Os abolicionistas contam com Vossa Magestade para tudo, desde a imposição dos programmas dos ministros de um rei constitucional-até a insuflação secreta de uma rebelião militar para que o governo acabe de um golpe com a propriedade escrava, simulando uma coacção peparada para chegar a esse resultado tragi-comico. Os mais cordatos esperam que Vossa Magestade dê cabo della pelos processos cearenses, em todo o norte, onde o povo, mais cordeiro do mundo, é capaz de suportar tudo, desde a tosquia de lã até a extracção da pelle, e, depois de circumscrevel-a ás tres grandes _provincias do sul, contraia um emprestimo, ou liquide os ben dos frades, para simular uma indemnização qualquer aos refractarios fazendeiros de cá. Estou entre os ultimos, porém, antes de tudo, sou brazileiro e não posso conformar-me com essa desigualdade odiosa, que traria como consequencia a divisão do imperio, cuja integridade é, abaixo da Constituição, o motivo preponderante da minha fidelidade monarchista (Rodrigues, 1884, p. 67).

Com essa citação, pode-se perceber que, para Coelho Rodrigues, a monarquia parecia estar a favor da libertação dos escravos, apoiando os abolicionistas. A escravidão, para ele, estava ligada à monarquia, caso uma caísse, a outra iria junto. Entretanto, o maior receio dele era que o fim abrupto da escravidão levasse o Brasil a uma crise econômica e social, como, segundo ele, ocorria no Ceará.

Desse modo, acredita-se que o grande medo de Antônio Coelho Rodrigues era que a libertação dos escravos abalasse a economia dos fazendeiros, que, assim como ele, eram donos de escravos, base da produção da riqueza dos detentores dessa mão de obra não remunerada (Silva, 2016).

Como podemos ver na citação abaixo, Antônio Coelho Rodrigues defende o sistema escravista em sua oitava carta, comparando a vida do escravo com a de outros trabalhadores:

> O trabalhador inglez come carne, quando muito, duas vezes por semana, e os francezes apenas uma. Os meus tem-na duas vezes cada dia, café pela manhã assim como a noite, na estação chuvosa, roupa e remedio a tempo e á hora.
> Viviam, portanto, muito satisfeitos com a sua condição, como o cão companheiro do lobo da fabula, e, como a felicidade neste mundo sublunar é mais uma questão de opinião do que de realidade, podiam ser considerados felizes na vida, que levavam.
> E, em verdade, pareciam-no. Andavam satisfeitos, recebiam-me alegres, quando ia ao serviço, e muitas vezes continuavam-no ao som de cantos, capazes, quer pela lettra quer pela toada, de arrancar o riso até mesmo á sisudez de Vossa lVIagestade Imperial.
> Vieram, porém, os lobos, e desta vez da cidade; sopraram-lhes aos ouvido as idéas novas da côrte; contaram-lhes os desejos de Vossa Magestacle e as esperanças, que têm os sabios da Europa de ver a

> escravidão do Brazil abolida, por fas ou por nefas, no proximo centenario da descoberta da America (Rodrigues, 1884, p. 73).

A partir dos termos escritos, percebe-se que Antônio Coelho Rodrigues considera que a vida de seus escravos poderia ser melhor do que a vida dos trabalhadores ingleses. Entretanto, como afirma Silva (2016), “não nos deixemos enganar, assim, é útil destacar que comida, roupa e remédio eram insumos essenciais para manter o escravo vivo e produtivo, para que, com isso, ele pudesse sustentar seu senhor” (Silva, 2016, p. 85).

Diante disso, o discurso deixa claro que Antônio Coelho Rodrigues parece tem interesse em deixar seus escravos produtivos para continuarem fortes no trabalho. O empreendedor afirma, como podemos visualizar através dos termos destacados na citação, que os seus escravos parecem satisfeitos, porém, como é sabido, os escravos de Antônio Coelho Rodrigues são fujões, e ele justifica isso culpando os novos ideais de libertação advindos de fora.

> E, apezar disso, vivo dar graças a Deus, porque peior poderia ser, como foi para um meu vizinho, pai de oito filhos menores e um nascituro, assassinado ha pouco, ao som de vivas á Vossa Magestade, pelos seus escravos, sem outro motivo, que não a certeza do perdão e o desejo de tentarem a vida nova annuncida pelos apostolas da côrte, que e proclamam orgãos do vosso imperioso pensamento.
> A noticia desse facto correu, como uma faisca electrica, entre nós outros fazendeiros, como a victima; porque, Senhor, nada provoca tanto a desordem e acoroçôa o crime, como a certeza da impunidade: exemplo as arbitrariedades habituaes dos vossos ministros, sempre apoiado em máos precedentes, e nunca punidos pelos seus excessos (Rodrigues, 1884, p. 73-74).

Na época, de acordo com Odilon Nunes (*apud* Silva, 2016), o escravo era apenas um auxiliar do senhor ou do vaqueiro na lida com o gado, além disso, eram destinados principalmente aos afazeres domésticos.

Ao analisar o sistema escravista piauiense, Odilon Nunes (2007, p. 251 *apud* SILVA, 2015) comparou com o sistema escravista que vigorou na zona canavieira. O autor, em sua pesquisa, não nega os horrores da escravidão, entretanto monstra que, no Piauí, “o negro tinha vida de folgazão, especialmente os das Fazendas Nacionais” (Silva, 2015, p. 173).

Desse modo, de acordo com Silva (2015), Odilon Nunes (2007), a partir de uma visão paternalista, não hesita em afirmar que, no Piauí, era excelente, em todos os aspectos, a vida do escravizado. Segundo Silva (2016), o pesquisador, tal qual Antônio Coelho Rodrigues, como vimos anteriormente, apresenta um discurso que cria a ideia de um trabalho menor para com a mão-de-obra escravizada, defendendo a existência de um sistema escravista amigável e paternal, no Piauí, desde o início da inserção do escravizado até o fim da escravidão, em 1888.

Segundo Chaves (1998), o sistema escravista brasileiro e o piauiense eram compostos por duas fases bem definidas. O autor afirma que:

> [...] Uma primeira [fase] em que imperou com certa ênfase o regime de ferro e fogo, com os castigos mais violentos e cruéis, com o abandono dos doentes e dos velhos. Esta fase enche todo o período colonial alargando-se pelos começos do Império (Chaves, 1998, p. 190).

Já a segunda fase, segundo Chaves (1998), foi menos árdua e violenta, com tratamento mais cuidadoso aos escravizados. Para o padre Chaves (1998), isso se prolongou a partir dos anos 1850, quando medidas começaram efetivamente a ser tomadas para o cumprimento da lei de 1831, que extinguia o tráfico de negros africanos para o Brasil.

Entretanto, o padre mostrou que na segunda fase e para com os negros “houve nela muito tronco, muita gargalheira, muitos escravizados castigados e mutilados”, resultando na segunda metade do século pela redução no número da população escravizada do Piauí (Silva, 2015, p. 173).

Esses fatores contribuíram para a redução do número de escravos, sendo grande a mortalidade, a libertação dos sexagenários e o tráfico interprovincial.

De acordo com Silva (2016), em consonância com o pensamento do historiador Odilon Nunes (2007), o padre Chaves (1998) afirmou que nas cidades piauienses, as pessoas mantinham um sentimento de compaixão para com os escravizados, e que a imprensa estava ao lado dos escravos para denunciar todos os castigos cometidos.

Assim, na década de 1880, de acordo com Machado (2011), quando cresce o abolicionismo, bem como as revoltas de escravos, fugas e outros tipos de rebeldia, isso provocou reações cada vez mais violentas de senhores de escravos, incluindo àqueles congregados aos Clubes de Lavoura. Os abolicionistas começam a se referir à violência racial nos EUA, sobretudo aos linchamentos, como forma de apontar os potenciais perigos da radicalização. Portanto, segundo Nabuco (1988, p. 105), a Lei do Ventre Livre apresentou as seguintes limitações:

> Tem se espalhado no país a crença de que os escravos, muitas vezes cometem crimes para se tornarem servos das penas e escaparem assim do cativeiro. Por isso, o juri no interior tem absolvido escravos criminosos, para serem restituídos aos seus senhores, e a lei de Lynch há sido posta em vigor em mais de um caso (Nabuco, 1988, p. 105 *apud* Machado, 2011, p. 24).

De acordo com Machado (2011), citando o discurso de Christiano Otoni ao Senado em 1884, este registrou não apenas a escalada de tensões sociais nos distritos escravistas, que passavam a antepor radicalmente fazendeiros aos escravos revoltosos e militantes abolicionistas, mas também os crescentes conflitos entre autoridades municipais, judiciárias e policiais.

Além desses, também participavam os grupos de fazendeiros organizados em torno dos Clubes de Lavoura ou ainda em bandos armados. Como podemos observar na citação abaixo, Antônio Coelho Rodrigues, na décima carta, se diz integrante de um desses grupos:

> Apezar de filiado, como sou, por dever e colleguismo~ ao Club da Lavoura da minha parochia, onde ouço constan~ temente accusações, cada vez mais graves, contra 88. EEx. os 81's. abolicionistas de Vossa JYIagestade, aproveitei a minha estada nesta côrte para assistir ás conferencias dominicaes do Polytheama; afim de não formar o meu juízo ouvindo somente (Rodrigues, 1884, p. 95).

Tal situação sugeria a emergência, no Brasil, de padrões de justiçamento sumário e linchamento nas áreas conturbadas pelos conflitos escravistas, tidos como uma das consequências mais nefastas da Guerra Civil norte-americana:

> Mas, paralelamente a estes fatos, surgem outros igualmente lamentáveis, ainda mais condenáveis, porque são praticados por homens livres. Refiro-me à expulsão do lugar de sua residência dos juízes que julgam de certa maneira, por indivíduos reunidos e armados que se dizem povo; a expulsão de advogados que requerem em juízo alguma libertação; e a par disto ainda excessos mais espantosos; a invasão das prisões, a retirada de criminosos que são esquartejados na praça pública! E o que é mais assustador é o silêncio guardado sobre cada um destes fatos! [...] Supondo que fosse a lei de Linch em uso em alguns Estados da União Americana, cabe me perguntar a todos os responsáveis pela direção dos negócios públicos: desejais que se admitam em nosso país um tal estilo? É o que vedes na América do Norte mais digno de imitação? (OTONI, 1884, p. 102-103)[12].

Neste sentido, é notório que apesar da justiça e a polícia trabalharem harmonicamente com os interesses dos fazendeiros na manutenção da ordem e, portanto, na defesa da propriedade escrava, a década de 80 do século XIX também colaborou para o delineamento de possíveis cisões.

O crescente desgoverno dos escravos parece ter sugerido às autoridades policiais que, em situações críticas, mais importantes do que defender o direito dos fazendeiros seria preservar a chamada tranquilidade pública (Abreu; Pereira, 2011).

Os autores também afirmam que, na época, os senhores de escravos com o tempo perdiam o controle sobre seus cativos, e a partir disso, passavam a exigir das autoridades que interviessem de forma até violenta para impedir a rebeldia escrava, e, além de exigirem que se colocassem ao lado da defesa da propriedade. Diante disso, muitas autoridades começavam a se sentir pressionadas e desrespeitadas, situação que resultava em potenciais conflitos de poder no meio social.

Como podemos perceber também através da obra de Antônio Coelho Rodrigues, *Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade o Imperador*, o contexto do processo de intervenção da esfera pública no mundo privado dos senhores de escravos começou a gerar, nessa época, um desacordo na esfera do controle social, isso dizia respeito à implementação das leis emancipacionistas.

---

[12] Discurso de Christiano Otoni ao Senado de 09 de julho de 1884, 1981, pp. 102-103.

> E' crivel que Vossa Magestade não tenha ainda reflectido sobre o perigo do vosso procedimento systematico!
> Se não reflectiu, faz muito pouco caso do seu alto cargo, que, quando não é a mais nobre occupação de um homem, é a mais vil exploração de um povo; se reflectiu e persisto nele, é inimigo jurado de todos os senhores de escravos, isto é, daquelles que, parecendo culpados, sam, na realidade, as primeiras victimas dessa instituição condemnada, que ele todo o continente americano só pôde medrar nesta porção inf liz, onde a manarchia implantou-se (Rodrigues, 1884, p. 75).

Assim, torna-se notório que, para o escritor, o Imperador parecia estar fazendo pouco caso do crescimento do movimento abolicionista. Na citação acima, ele colocou os senhores de escravos como vítimas do sistema que os cidadãos contribuíram para sua criação para manter como demonstração de status social e econômico.

> A vossa policia preventiva é muito descansada, chega quasi sempre tarde para evitar o crime; a repressiva é coxa e raramente consegue apprehender o criminoso.
> A justiça vê pouco, ás vezes de um lado só, e participa muito da vossa magnanimidade; esquece quem já morreu e cuida de pôr-se bem com os que ficaram vivos.
> Nestas condições, o que será de nós, Senhor, se a vossa clemencia imperterrita continuar inalteravel, dando sempre razão aos escravos contra os senhores (Rodrigues, 1884, p. 78).

Antônio Coelho Rodrigues, através das citações apresentadas, mostra a sua insatisfação com a política realizada pelos liberais. Além disso, fez críticas às políticas do governo, especialmente àquelas relacionadas ao elemento servil.

De acordo com Vescelau Tavares Costa Filho (2016), Coelho Rodrigues foi um ferrenho defensor da manutenção da escravidão durante a monarquia, manifestando-se clara e publicamente em prol da república apenas após a sua proclamação e a expulsão da família real do Brasil. Isso não significa, entretanto, que o Coelho Rodrigues pode ser simplesmente rotulado como conservador (Costa Filho, 2016).

O autor acredita que ambas as instituições têm uma missão a cumprir, mas essa missão ainda não foi concluída. A realeza tem a responsabilidade de preparar o caminho para a república, enquanto a escravidão precisa possibilitar a transição para o trabalho livre.

No entanto, Coelho Rodrigues argumenta que essas mudanças não podem acontecer de forma abrupta, exigindo medidas de transição e tempo.

Embora tenham sido feitos alguns progressos, o autor não acredita que seja o momento certo para a transição. Ele sugere que são necessárias várias medidas urgentes, mas não as específicas no texto.

> A realeza e a escravidão começaram e têm vivido juntas neste paiz, onde cada qual tem sua missão, que não me parece terminada.
> A' primeira incumbe preparar o leito da republica, e á segunda tornar possivel o advento do trabalho livre; nem uma nem outra cousa pode ser feita de um salto; ambas reclamam medidas de transição e algum tempo para elias.
> Tudo tem seu tempo; mas, bem que tenhamos feito alguma cousa, graças ao calor e á humildade e apezar dos nossos palradores ideologos, não me parece chegada a vez da transição. E ta exige varias medidas urgentes, que mais tarde mostrarei (Rodrigues, 1884, p. 79).

Em sua escrita o Antônio Coelho Rodrigues destaca a coexistência histórica da realeza (regime político monárquico) e da escravidão no país, atribuindo a cada processo escravocrata algumas missões distintas. A realeza é vista como responsável por preparar o caminho para a república, enquanto a escravidão deve facilitar a transição para o trabalho livre. Ele ainda ressalta a necessidade de uma transição gradual, indicando que ambas as mudanças requerem medidas específicas e tempo certo para acontecer. Apesar de algumas ações já terem sido tomadas, o mesmo expressa cautela quanto à iminência da transição, critica ideólogos e menciona a necessidade de medidas urgentes que serão discutidas mais tarde.

Nas suas próximas escritas Antônio Coelho Rodrigues questiona no seu discurso a posição feita do Senador Ottoni,

> A escravidão, pôde star tranquilio o Sr. Senador Ottoni, não passará ao seculo vindouro; a monarchia desapparecerá com ella~ ou pouco tempo ha de sobreviver-lhe; mas até lá é preciso sustentar uma e outra com as modificações possiveis, sem convulsionar-se o paiz. Até lá poderei ser em consciel1cia o quis sou ainda hoje (Rodrigues, 1884, p. 79-80).

Dessa maneira, Antônio Coelho Rodrigues afirma que a escravidão, ao contrário do que o Senador Ottoni pode acreditar, não irá continuar no próximo século. A monarquia também desaparecerá em um curto período, talvez sobrevivendo por um pouco mais de tempo em relação à escravidão.

No entanto, para Coelho Rodrigues, até que essas mudanças ocorram, é necessário sustentar tanto a escravidão quanto a monarquia com as modificações possíveis, de modo a evitar convulsões no país. O autor sugere que, até esse momento chegar, ele poderá continuar sendo quem ele é atualmente, mantendo sua consciência.

Diferente das convicções conservadoras de Antônio Coelho Rodrigues, o Senador Ottoni[13] era um fervoroso defensor da abolição da escravidão e um convicto republicano, destacando-se por sua sincera crença na democracia. Sua convicção em relação à necessidade de abolir a escravidão e adotar um sistema republicano.

Portanto, Antônio Coelho Rodrigues está expressando suas opiniões sobre a escravidão e a monarquia, em contraposição à posição do Senador Ottoni. Coelho Rodrigues argumenta que a escravidão não perdurará no próximo século, enquanto a monarquia também está fadada a desaparecer em breve, embora possa persistir por um pouco mais de tempo do que a escravidão.

No entanto, Coelho Rodrigues enfatiza a necessidade de sustentar tanto a escravidão quanto a monarquia, com as devidas modificações possíveis, a fim de evitar convulsões sociais no país até que essas instituições sejam eventualmente substituídas. Ele ressalta a importância de preservar a estabilidade social e evitar perturbações bruscas durante o período de transição.

Antônio Coelho Rodrigues também menciona que, apesar de suas visões atuais, ele poderá manter sua identidade e consciência até que as mudanças ocorram. Isso sugere que ele pode ter convicções diferentes das do Senador Ottoni, mas que, por ora, está disposto a aceitar a necessidade de preservar a ordem social existente enquanto se prepara para futuras mudanças.

Em resumo, o texto apresenta uma visão divergente em relação à escravidão e à monarquia, destacando a necessidade de fazer ajustes para garantir a estabilidade no país antes que essas instituições sejam superadas.

---

[13] Em 1835, Ottoni foi eleito deputado à primeira Assembleia Legislativa da província de Minas Gerais. E, em 1838, com o voto dos liberais, elegeu-se deputado ao Parlamento Nacional, para a sua quarta legislatura, na qual teve excepcional atuação (Antunes Júnior, 2016).

Analisando a repercussão negativa que iria acontecer no desenvolvimento econômico do país, Antônio Coelho Rodrigues questiona a sua majestade com a seguinte análise:

> Governo de Sua Magestade; nosso fim é acabar com a escravidão e levantar, se for possivel, os senhores càntra o mesmo governo: conseguido isso, este que arranje-se como puder com os primeiros pela frente, a pedirem pão, e os segundos pela retagurda, a reclamarem indemnização. Assim pois, vê Vossa Magestade, elles não cogitam uo dia de amanhã, nem carecem disso; porque aquelles mesmos, que não desejam turvar as agnas para pe carem nellas, mettem-se no nego 'io sem risco de capital, e, portanto, sem bastante razão para preoccuparem-'e muito com o mallogro da liquidação definitiva. VI as Vossa Magestade, que não tem outra renda senão a lista civil, e talvez não encontre, no dia seguinte ao da abolição, oito luil cidadúo , para substituirem aos outros tantos (Rodrigues, 1884, p. 92)

Uma vez alcançado o objetivo de acabar com a escravidão, os senhores de escravos terão que se virar sozinhos para lidar com os antigos escravos que agora estarão livres e exigindo sustento, assim como com o governo, que provavelmente exigirá alguma forma de compensação ou indenização pelos prejuízos causados pela abolição da escravidão.

Ele argumenta que os abolicionistas não se preocupam com o dia seguinte à abolição, pois aqueles que não desejam se envolver em negócios arriscados e não têm capital investido na escravidão não têm motivos para se preocupar com o fracasso da liquidação final.

Por fim, ele menciona que a lista civil (possivelmente uma referência à receita governamental) pode não ter recursos suficientes para substituir imediatamente os oito mil cidadãos (provavelmente fazendeiros ou senhores de escravos) que serão afetados pela abolição.

Em continuação a sua escrita ele completa da seguinte forma.

> Escravo, hoje ao serviço daquella verba; Vossa Magestade que não poderá ter n'aquele dia trabalho para empregar um milhão de libertos, nem força para conter a um milhão de ociosos, ou celleiros para saciar a um milhão de famintos, carece de reflectir um pouco mais, e de sElr .um pouco menos enthusiasta dos senhores abolicionistas.
>
> [...] Na questão servil ha dous problemas capitaes: tirar o escravo do captiveiro e incorporar o liberto na sociedade civil; pois fôra cruel e iniquo pretender a sua eliminação desta, como pretendem os abolicionistas norte-americanos, e comvosco parecem pretender tambem os *immigracionislas* brasileiros.

> A iniciativa particular tem se avantajado immensamente ao governo em relação ao primeiro problema; Ao passo que tem-se mostrado absolutamente incapaz de resolver o segundo.
>
> Ao poder publico, portanto, cumpre deixar livre aos individuos expandirem sua acção espontanea na direcção, que tomaram, sem prejuizo do direito Cl'eado pelas leis existentes, que am a medida commum da liberdade de todos, e occupar-se, de preferencia, do aproveitamento e da incor poração do libertos, tomando á propaganda sentimental e se fmctos dispersos que ella sôe abandonar á miseria e ao .crime no limiar da vida civil, como aquelles filhos espurios, quc o,· pai dis olllto semêam ao acaso nos campos da vaga venu (Rodrigues, 1884, p. 91-93).

O autor argumenta que seria cruel e injusto eliminar o liberto da sociedade civil, como defendem os abolicionistas norte-americanos e, aparentemente, os imigracionistas brasileiros também. Em seguida, ele afirma que a iniciativa privada tem sido muito mais eficaz do que o governo na resolução do primeiro problema (tirar o escravo do cativeiro), mas tem sido completamente incapaz de resolver o segundo problema, que era incorporar o liberto na sociedade civil.

Portanto, Antônio Coelho Rodrigues defende que é responsabilidade do poder público permitir que os indivíduos ajam espontaneamente na direção que escolherem, desde que estejam dentro dos limites estabelecidos pelas leis existentes, que supostamente garantem a liberdade para todos.

Ele sugere que o poder público deve se concentrar na reintegração e incorporação dos libertos à sociedade, em vez de se envolver com a propaganda sentimental e com os frutos dispersos que ela aparentemente abandona à miséria e ao crime na entrada da vida civil. O texto faz uma comparação com filhos ilegítimos que são deixados ao acaso nos campos da vida incerta.

Antônio Coelho Rodrigues irá em seu próximo pronunciamento ao Imperador explicar o que seria o direito à liberdade que os libertos exerceriam:

> Senhor, a liberdade' não é o direito de cada um fazer e dizer o que quizer. Se tal direito competisse a cada homem, nenhum delles poderia co-existir com outro, quanto . mais com milhões de outros! Nesse caso Hobbes teria razão, o homem seria o lobo do homem, e a guerra o estado natural da humanidade.
>
> Não, Senhor, não é isso a liberdade; é o poder de exercermos nossos direitos e de cumprirmos nossos deveres e, nas sociedades politicas, a lei positiva é a medidacommum de uns e de outros.

> Os homens regulam sua vida, segundo seus costumes e segundo suas leis; os c'o tumes sam os modos habituaes de manifestar-se a liberdade no seu desenvolvimento espontantaneo; as leis sam os costumes, que o poder social quer introduzir na sociedade, se sam novos, ou firmar, se, já existindo, carecem todavia de sancção (Rodrigues, 1884, p. 99-100).

Coelho Rodrigues discute o conceito de liberdade e argumenta que ela não consiste no direito de cada indivíduo fazer e dizer o que quiser. Segundo o autor, se todos tivessem esse direito absoluto, seria impossível a coexistência pacífica entre as pessoas. Ele menciona o filósofo Hobbes, que afirmava que “o homem seria o lobo do homem” e que a guerra seria o estado de natureza da humanidade, nesse caso.

Coelho Rodrigues relata que a verdadeira liberdade não é simplesmente fazer o que se quer, mas sim o poder de exercer nossos direitos e cumprir nossos deveres. Nas sociedades políticas, a lei positiva é o padrão comum que regula tanto os direitos quanto os deveres de cada indivíduo.

Os costumes são os modos habituais de manifestação da liberdade em seu desenvolvimento espontâneo. Já as leis são os costumes introduzidos ou reforçados pelo poder social, sejam eles novos ou já existentes, mas que carecem de sanção.

Em suma, Coelho Rodrigues ressalta que a liberdade não significa agir sem restrições, mas sim viver em conformidade com os direitos e deveres estabelecidos pela sociedade, por meio das leis positivas e dos costumes. O autor deixa claro ao Imperador que a Monarquia é irmã gêmea da escravidão, ambos sempre foram ligados em todas as nações com o mesmo regime.

> A escravidão do Brazil é irmã gêmea da monarchia da America; ambas têm por si os mesmos argumentos: a tradição, o costmne e a lei.
>
> O vosso governo com uma camara *introuvable* poderá obter uma lei, que revogue tumultuariamente a escravidão, rompendo com os costumes e com a 3 tradições; porém não poderá impedir que a associação das idéas queira, mais cedo ou 'mais tarde, applicar á monarchia o mesmo processo, que ella quer applicar boje á sua irmã (Rodrigues, 1884, p. 108).

Portanto, ambas estabelecem uma relação entre a escravidão no Brasil e a monarquia na América, argumentando que ambas são semelhantes em termos de justificativas: tradição, costume e lei. O autor sugere que, assim como

o governo pode obter uma lei para abolir a escravidão, rompendo com os costumes e tradições existentes, a associação de ideias também pode, mais cedo ou mais tarde, aplicar o mesmo processo à monarquia.

É sugerido no seu discurso que a abolição da escravidão pode ser vista como um precedente que pode levar à aplicação de um processo semelhante à monarquia, questionando e eventualmente rompendo com a tradição, os costumes estabelecidos e as leis que a sustentam. Coelho Rodrigues discursa ao imperador que o certo seria indenizar os ex-donos de escravos, seria uma solução previa para sanar um prejuízo que os senhores teriam.

Ele pauta a sua majestade o seguinte:

> Ultimamente, que as circumstancias tornaram-se mais criticas, fizestes o presidente do 6 de Junho acadmitir a possibilidade de tudo; de libertar nossos escravos sem indemnização; de obrigar-nos a carregar como onus da sustentação dos libertos sem as vantagens para o patrão (Rodrigues, 1884, p. 113).

Nas palavras proferidas, há uma discussão sobre a situação recente sobre a abolição da escravatura brasileira em que as circunstâncias se tornaram mais críticas. Isso resultou em uma ação por parte do presidente em 6 de junho, embora não seja claro o que exatamente essa ação seja. No entanto, há menção a algumas possibilidades levantadas pelo presidente.

A primeira possibilidade mencionada é a de liberar os escravos sem compensação (indenização). Isso sugere que o presidente considerou a ideia de acabar com a escravidão, provavelmente como uma medida para lidar com as circunstâncias críticas mencionadas anteriormente.

Além disso, há a menção de uma obrigação de sustentar os libertos, sem especificar o que isso implica para os donos dos escravos (patrões). A ideia parece ser que, se os escravos forem libertados, os ex-escravos precisarão de apoio financeiro ou recursos para sua subsistência, mas sem especificar se haveria algum benefício para os patrões nessa situação.

No geral, o discurso de Coelho Rodrigues parece indicar que, devido às circunstâncias críticas, está considerando a possibilidade de libertar os escravos sem compensação e impor aos ex-patrões a responsabilidade de sustentar os libertos, embora os detalhes específicos dessas ações não sejam fornecidos.

Coelho Rodrigues apresentou um parecer em uma passagem que discute diferentes questões relacionadas à propriedade e ao trabalho:

> fixar-se a priori o valor do bem alheio; e de annullar-se a propriedade, tirando-lhe a livre disposição, que é o eu principal caracteristico, em quanto punha em duvida o direito social de coagir-se o vadio a viver do seu trabalho, para não aggravar os onus da população laborio a! (Rodrigues, 1884, p. 113).

A primeira parte do texto diz: "fixar-se a priori o valor do bem alheio". Isso significa estabelecer antecipadamente o valor dos bens de outra pessoa. Pode-se interpretar isso como uma crítica à ideia de fixar o valor dos bens sem considerar as circunstâncias ou o contexto específico de cada propriedade.

Em seguida, o texto menciona: "e de anular-se a propriedade, tirando-lhe a livre disposição, que é o eu principal característico". Isso sugere que, ao negar a livre disposição da propriedade, ou seja, a capacidade de usar, vender ou dispor dos bens de acordo com a vontade do proprietário, a propriedade é anulada. Essa frase pode estar expressando uma preocupação com restrições excessivas aos direitos de propriedade.

A próxima parte do texto é: “enquanto punha em dúvida o direito social de coagir-se o vadio a viver do seu trabalho, para não agravar os ônus da população laborária". Isso pode ser interpretado como uma reflexão sobre o papel do Império em garantir que as pessoas que não trabalham sejam obrigadas a trabalhar, a fim de não sobrecarregar a população trabalhadora - há uma discussão sobre o direito social de compelir o ocioso a contribuir para a sociedade.

Antônio Coelho Rodrigues, parece abordar questões relacionadas à propriedade, à liberdade de disposição dos bens, ao trabalho e às responsabilidades sociais.

> Digo-infelizmente-porgue meu enthusiasmo de monarchista esfriou muito, desde que estou ameaçado de morrer, :1 qualquer hora, ao som de vivas á Vossa Magestade, e mais de uma vez, nossa meus dias desassocegados e nas noites mal dormidas, tenho chegado a pedir a Deus que me não deixe fechar os olhos sem que primeiro vos veja com toda a augusta família na mesma tranquilidade, em que vi com a minha (Rodrigues, 1884, p. 119).

Essas palavras expressam a preocupação e o desencanto de Coelho Rodrigues que se considerava um entusiasta do monarquismo. Ele relata que seu entusiasmo pelo sistema monárquico diminuiu drasticamente devido à ameaça de morte que está enfrentando. Essa ameaça parece ser relacionada à sua lealdade à monarquia, já que menciona o risco de ser morto ao entoar vivas ao monarca. Ainda continua a descrever seus dias como agitados e suas noites mal dormidas, sugerindo que vive sob constante medo e estresse.

Nessa situação, ele expressa um desejo profundo de ver o monarca e sua família em segurança antes de morrer. Essa imagem de tranquilidade e segurança que a família real representa contrasta com a insegurança e o perigo que a pessoa sente.

Ao mencionar que pede a Deus para ver o monarca e sua família em segurança antes de fechar os olhos, demonstra uma esperança e uma necessidade emocional de encontrar paz e tranquilidade em meio às ameaças que enfrenta.

Na sua escrita referida ao Imperador reflete a mudança de perspectiva e o desapontamento de alguém que era entusiasta do monarquismo, mas que teve seu entusiasmo esfriado devido às ameaças de morte que está enfrentando. Ele destaca a importância da segurança pessoal e a busca por tranquilidade em meio a essa situação difícil.

Na história do abolicionismo, existe um temor persistente de que suas páginas sejam manchadas com episódios ainda mais sombrios do que os perpetrados pelo tráfico humano. No entanto, essa apreensão talvez não passe de meras ilusões sebastianistas.

> Vale ressaltar que não sou um defensor do republicanismo; longe disso. Há cerca de vinte anos, tenho lutado em vão contra o validismo imperial, mesmo mantendo minha fé sincera nas teorias filosóficas da monarquia representativa, as quais cultivei desde a minha juventude. No entanto, a lógica cede perante os fatos, e a filosofia só prevalece diante dos males passados e dos males futuros, enquanto os males presentes triunfam sobre ela.
>
> Eu receio muito que a história do abolicionismo venha a ter páginas ainda mais negras do que a do tráfico, porém esse receio não passa provavelmente de ilusões sebastianistas.
>
> Não sou também republicano; longe disso, há cerca de vinte anos luto em vão contra o validismo imperial, sem descrer das theorias

> philosophicas da monarchia representativa, a que prestei culto sincero desd'a minha juventude; mas a lógica cede aos factos e a philosophia só triunfa dos males passados e dos males futuros: os males presentes triunfam dela (Rodrigues, 1884, p. 140).

Essa narrativa exprime preocupação com o futuro do abolicionismo, afirmando que sua história pode se tornar ainda mais negra do que a do tráfico de escravos. O autor teme que os eventos e ações relacionados ao movimento abolicionista possam trazer consequências graves e negativas.

No entanto, existe um reconhecimento que esse receio provavelmente é baseado em ilusões sebastianistas. "Ilusões sebastianistas" refere-se a uma crença ou esperança irrealista de que um líder ou evento miraculoso possa resolver todos os problemas ou reverter uma situação desfavorável. Nesse contexto, o autor sugere que sua preocupação pode ser exagerada e infundada.

Além disso, ele faz uma distinção entre suas posições políticas. Ele declara que não é republicano, opondo-se ao sistema de governo republicano. Em vez disso, ele afirma ser um defensor da monarquia representativa. Ele menciona que, há cerca de vinte anos, tem lutado contra o "validismo imperial" sem sucesso.

O termo "validismo imperial" pode se referir a um sistema de governo imperial autoritário ou opressivo contra o qual o autor se opõe. Por fim, reflete sobre a relação entre lógica, filosofia e realidade. Ele sugere que, embora possa ter uma crença sincera nas teorias filosóficas da monarquia representativa, a lógica muitas vezes cede aos fatos e que a filosofia só pode triunfar sobre os males passados e futuros, enquanto os males presentes prevalecem.

Essa reflexão implica que, embora haja convicções filosóficas e lógicas, a realidade dos eventos e situações presentes muitas vezes não se alinha com essas crenças. Em suma, o texto aborda a preocupação do autor com as possíveis consequências negativas do abolicionismo, ressaltando a possibilidade de ser uma preocupação exagerada. Também apresenta as posições políticas do autor e sua visão sobre a relação entre lógica, filosofia e realidade.

Contudo, no livro *Manual do súbdito fiel: cartas de um lavrador a sua majestade o Imperador*, Antônio Coelho Rodrigues expressa sua visão de que o Brasil, nos últimos anos do século XIX, estava prestes a passar por

transformações significativas nas esferas econômica, política e social. Ele sugere que a Monarquia já não possuía o apoio e o respaldo necessários para se manter firme. Rodrigues é claramente contrário ao imperador e demonstra sua rejeição de forma evidente.

A tese apresentada no trabalho é focada no contexto do Piauí, Província brasileiro, durante a segunda metade do século XIX. Nessa época, a efetivação da liberdade para os escravos recém-libertos era extremamente vulnerável devido a diversos fatores.

Um dos principais fatores era a resistência dos senhores de escravos em libertá-los completamente. Isso ocorria porque os escravos desempenhavam um papel fundamental no processo de produção, e os proprietários, que possuíam um número limitado de escravos, dependiam de sua mão de obra para manter suas atividades econômicas.

Além disso, a Província do Piauí enfrentava problemas de infraestrutura que limitavam o desenvolvimento de outros setores econômicos. Essa carência impedia a diversificação das atividades produtivas, o que reforçava a necessidade dos senhores de escravos de venderem seus escravos e até mesmo libertos para suprirem suas demandas econômicas.

Outro fator abordado é a busca dos senhores de escravos pela manutenção da estrutura de poder que lhes conferia privilégios e pela preservação da hierarquia social baseada na submissão. Essa busca por manter o *status quo* contribuía para a fragilização da efetivação da liberdade.

Por fim, o trabalho destaca que, mesmo com a aprovação de diversas leis abolicionistas nessa época, elas não foram suficientes para garantir a efetivação e o usufruto da liberdade para os ex-escravos.

O Império brasileiro muitas vezes se mostrou inoperante e fraco na implementação das leis, especialmente a lei de 1871, e as relações sociais arraigadas no cotidiano contribuíram para a persistência de práticas ilegais que limitavam a liberdade dos libertos.

Em resumo, a tese levantada no trabalho argumenta que, no Piauí durante a segunda metade do século XIX, a efetivação da liberdade dos escravos recém-libertos era fragilizada devido à relutância dos senhores em libertá-los completamente, à falta de infraestrutura econômica, à busca pela

manutenção do poder senhorial e à hierarquia de submissão, bem como à ineficácia do Império Brasileiro em aplicar as leis abolicionistas e às práticas ilegais arraigadas na sociedade.

No próximo capítulo dessa dissertação será tratado o posicionamento de Antônio Coelho Rodrigues no Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878, pois naquele momento ele já sugere a importância de uma transformação na política agrícola, propondo medidas inovadoras como a abolição gradual da escravidão e a promoção da imigração. Essas mudanças nas concepções políticas de Antônio Coelho Rodrigues visam atender às demandas contemporâneas e melhorar as práticas agrícolas, buscando uma abordagem sobre a situação do elemento servil.

## 3 ANTÔNIO COELHO RODRIGUES E SEU DISCURSO: TRABALHOS DO *CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE*

Nesse capítulo, será abordado o posicionamento de Antônio Coelho Rodrigues no *Congresso Agrícola do Recife* em 1878, onde começou sua argumentação expondo sua visão sobre a escravidão. Ali naquele momento ele já defendia que a abolição desse sistema teria impactos profundos, transformando o poder patriarcal, fortalecendo os laços familiares, promovendo a responsabilidade individual e alterando significativamente a dinâmica pública e privada da nação brasileira. Além disso, o autor destaca que a escravidão e a herança necessária não são as únicas causas da preguiça e do luxo da cultura econômica brasileira.

Ocorria que naquele momento a estrutura burocrática era caracterizada por relações de poder que visavam à manutenção dos privilégios e hierarquias em detrimento da elite imperial. Ele argumenta que as instituições governamentais estavam mais preocupadas em manter o controle do poder em resolver a questão econômica e social das Província brasileiras.

O historiador Francisco Gleison da Costa Monteiro (2016, p. 20) assevera que o aparelho burocrático da Província e do governo Central daquele

período era constituído de relações de poder, da manutenção dos privilégios e hierarquias em detrimento de uma elite colonial, cujo compromisso efetivo eram demasiadamente as “instâncias da força policial e da administração da justiça”. O autor afirma que:

> [...] Os olhares do governo central e provincial estavam centrados em manter a ordem, ampliar a força policial e organizar os empenhos da justiça, principalmente, a ocupação de magistrados togados nas instâncias das comarcas, porque somente estes podiam conter os crimes de ataque à propriedade privada, as paixões políticas, as contendas entre as famílias locais e os grupos de homens pobres livres que viviam nas matas, transitando de vila em vila e, às vezes, estavam em conluio com os fazendeiros na prática dos crimes, outros agiam sozinhos (Monteiro, 2016, p. 20).

Aconteceu que o governo central e provincial estavam focados em manter a ordem, ampliar a força policial e organizar o sistema judicial. Eles priorizam a ocupação de magistrados togados nas comarcas para lidar com crimes contra a propriedade, disputas políticas, conflitos entre famílias locais e atividades criminosas envolvendo grupos de homens pobres livres. Estes grupos, às vezes, agem em conluio com fazendeiros ou individualmente. O objetivo é conter esses crimes e manter a estabilidade social.

Diante dessa conjuntura social do período imperial, a participação de Antônio Coelho Rodrigues no congresso agrícola era fundamental devido ao seu papel como agricultor e proprietário de escravos e a sua preocupação com a situação social e econômica do país com relação ao elemento servil, fato que já foi mencionado no início dessa dissertação.

Deste modo, sua presença agregava uma perspectiva prática e experiencial ao debate, uma vez que ele vivenciava diretamente as questões relacionadas por fazer parte da classe agricultora do país e explorador do sistema de trabalho voltado a escravidão. Assim sendo, sua participação poderia contribuir com percepções valiosos e propostas embasadas em sua experiência no campo agrário que herdou de sua família, e sendo assim enriquecendo as discussões e ampliando a compreensão coletiva sobre os desafios enfrentados no setor agrícola e nas relações sociais e econômicas da época.

Essas duas perspectivas oferecem diferentes visões sobre as questões sociais, políticas e econômicas do período imperial brasileiro, contribuindo para

uma compreensão mais abrangente da época. Enquanto Antônio Coelho Rodrigues focava na necessidade de reformas sociais, como a abolição da escravidão, Monteiro 2016, destacava as estruturas de poder que mantinham a desigualdade e a exclusão social.

No que se refere às divergências, relações de poder no contexto escravista da época, Monteiro (2016) assevera que:

> [...] Os dirigentes se apropriam do Estado Imperial para arquitetar sua expansão a partir da manutenção da ordem social e econômica, além de defender o monopólio da escravidão e o domínio de terras. Estes domínios não podem ser notados a partir de uma verticalização, mas trata-se de uma horizontalidade na qual se projetaram articulações. [...] Na afirmação dessa "ordem social e econômica", em que estão incluídos os sujeitos da "boa sociedade", como os grandes proprietários; do outro, ficam os excluídos "os homens e mulheres, brancos, negros e pardos, livres, desprovidos da plenitude dos direitos políticos e submetidos a modos informais, mas nem por isso menos efetivos, de dominação (Monteiro, 2016, p. 26).

Nesse contexto do Estado Imperial, os líderes políticos e econômicos se apropriavam da posição para promover seus interesses, mantendo a ordem social e econômica existente, que incluía o sistema escravista e o controle da posse de terras. Eles exerciam essa dominação de forma horizontal, através de várias articulações, beneficiando a "boa sociedade" (grandes proprietários) e excluindo aqueles sem plenos direitos políticos, que eram submetidos a formas informais de dominação.

Essa discussão sobre o impacto do fim da escravidão na economia e no sistema social da sociedade brasileira é abordado desde o início desta dissertação é por meio da reinterpretação das cartas enviadas por Antônio Coelho Rodrigues ao Imperador, presentes no *Manual do Súdito Fiel, ou, Cartas de um Lavrador a Sua Majestade o Imperador sobre a Questão do Elemento Servil*, de 1884. Nele, ele expressa preocupação com a influência estrangeira no país para o fim do trabalho escravo de forma repentina, sem uma transição harmônica que não trouxesse prejuízo para a economia do país que estava sujeito a sua produção por meio dos afazeres do elemento servil.

Entretanto, ao analisar sua participação no congresso do Recife, Antônio Coelho Rodrigues já demonstrava preocupação com a influência estrangeira no processo abolicionista, além disso, aborda que a escassez de mão-de-obra não

era uma preocupação agrícola imediata. A correlação entre a falta de trabalhadores nos cafezais e a introdução de maquinaria, intensificada após 1850 com o fim do tráfico de escravos, é inegável. Embora a escravidão não fosse incompatível com técnicas modernas, a modernização tornou-se mais evidente após o término do tráfico. A atenção também deve ser voltada para a recuperação do mercado externo. Apesar das discussões sobre a escassez de mão-de-obra, a questão do mercado foi igualmente crucial nos debates da época, pois viam como solução a entrada de imigrantes para desempenhar o trabalho servil.

## 3.1 Trabalhos do *Congresso Agrícola do Recife* em Outubro de 1878

Os congressos agrícolas de 1878 inauguraram uma tradição de reunião de agricultores em anos de crise no Brasil. Esses congressos foram eventos significativos que reuniram pessoas envolvidas na agricultura para discutir questões relacionadas ao setor, compartilhar conhecimentos, experiências e buscar soluções para os desafios enfrentados pela agricultura brasileira na época, sobretudo “[...] nos derradeiros anos da década de 1870, de fato, o café desempenhava o papel de protagonista na economia brasileira. [...] A expansão cafeeira, a “onda verde” [...] defrontava-se então com grandes dificuldades para a continuidade de seu avanço” (Motta; Lopes, 2019, p. 589), devido os problemas com mão de obra.

O ano de 1878 foi caracterizado por condições desfavoráveis para a agricultura no Brasil, incluindo fatores como secas, pragas e outros problemas que afetaram a produção agrícola como o avanço da ideia abolicionista do trabalho escravo, inviabilizando a produção de força de trabalho escravo. Diante desse cenário, os congressos agrícolas foram organizados como uma resposta à necessidade de encontrar maneiras de enfrentar e superar essas adversidades, pois:

> Nas décadas posteriores a 1850, notamos que, no Piauí, as relações entre a classe senhorial e estes homens livres pobres estimularam várias contendas. Nessa relação observamos a construção de uma hierarquia social marcada pelo controle da mão de obra em detrimento da vadiagem, estimulando, a camada “miúda” a criar estratégias para

> rechaçar quaisquer tentativas de controle por parte da “boa sociedade”. São essas particularidades que permearam a vida política imperial, sobretudo, durante e depois da Regência. No entanto, o engodo dessas relações é bem antes (Monteiro, 2016, p. 27).

Esses eventos proporcionaram um espaço para a troca de ideias entre agricultores, especialistas, pesquisadores e autoridades governamentais. As discussões abordaram temas como práticas agrícolas inovadoras, métodos de cultivo, introdução de novas culturas trabalhista, com a possível chegada do fim da escravidão, uso eficiente de recursos hídricos, entre outros tópicos relevantes para a agricultura.

Ao longo do tempo, a tradição de realizar congressos agrícolas em momentos de crise foi mantida como uma ferramenta valiosa para promover a cooperação, a aprendizagem mútua e o desenvolvimento sustentável no setor agrícola brasileiro. Esses encontros continuaram a desempenhar um papel essencial na promoção da resiliência do setor agrícola diante de desafios econômicos, climáticos e outros que afetam a produção de alimentos.

O primeiro congresso aconteceu na capital do Império Rio de Janeiro em julho e o segundo Trabalho do *Congresso Agrícola do Recife*, em outubro de 1878, teve como foco principal a produção de açúcar e contou com a participação das Províncias de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Piauí e Pernambuco.

A convocação do *Congresso Agrícola do Recife* surge como uma resposta desafiadora ao conhecido *Congresso de Sinimbu* realizado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1878, promovido pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. O evento na capital estava restrito à participação exclusiva das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, conforme estabelecido por um decreto imperial.

A crítica ao *Congresso de Sinimbu*, é que a convocação original visava discutir a situação da "Grande Lavoura", ironicamente sugerindo que a discussão estava, na verdade, centrada principalmente na economia do café. O *Congresso Agrícola do Recife* é apresentado como uma reação a essa limitação geográfica e temática, possivelmente buscando uma representação mais abrangente e uma

abordagem mais equilibrada em relação aos interesses agrícolas, especialmente fora das regiões inicialmente consideradas.

Dessa forma, é possível compreender que a contextualização política e geográfica que levou à realização do Congresso Agrícola do Recife como uma alternativa à percepção de restrições do Congresso de Sinimbu, evidenciando as complexidades econômicas relacionadas à produção de café.

> [...] O Congresso Agrícola do Recife é uma resposta-contestatória ao Congresso do Rio de Janeiro, mais conhecido por "Congresso de Sinimbu", por ter sido convocado pelo então Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, aliás nordestino de nascimento, para se reunir em 12 de junho de 1878. O decreto imperial, no entanto, restringe o Congresso do Rio de Janeiro à participação apenas das Províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Além disso, é mais do que evidente que, convocado o Congresso do Sul para analisar a situação da "Grande Lavoura", poderíamos também desde agora dizer - e como bem o perceberam os congressistas recifenses -3 que se tratava de uma discussão sobre a economia do café (Congresso Agrícola do Recife, 1978, p. 16)[14].

Portanto, no dia 18 de julho de 1878, durante uma sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), foi estabelecido um programa semelhante ao elaborado para as discussões no Rio de Janeiro. Esse programa foi acrescido de elementos da proposta do Comendador Portella, com o aditivo de Henrique Milet. A decisão foi tomada com o intuito de favorecer os interesses da grande lavoura. Contudo, esse evento foi organizado em resposta ao congresso promovido pelo Governo Imperial, que abrangeu apenas as quatro Províncias do Sul.

> [...] celebrar-se-á nesta cidade do Recife, nos dias 6 a 13 de outubro, um Congresso Agrícola, a fim de tratar das matérias constantes dos quesitos apresentados pelo Governo Imperial ao Congresso Agrícola, que o mesmo Governo por ato de 12 de junho convocara para a Corte

[14] A edição fac-similar dos Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife foi publicada pela Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco em outubro de 1978. Tratou-se de uma publicação comemorativa do primeiro centenário daquele Congresso, realizado, no II Reinado, sob o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco1. A edição foi enriquecida com um texto introdutório de Gadiel Perruci, à época professor de História Econômica do Brasil do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. O título dado por Perruci a seu texto é bastante revelador: "O canto do cisne dos barões do açúcar (um congresso de classe)"; e inspirou, ao menos em parte, a escolha que fizemos para dar nome a este nosso artigo (Flávio Motta; Suarez Lopes, 2018).

> do Império, e das que dimanam do estado peculiar da lavoura de exportação na zona, que concorre ao mercado do Recife; e especialmente do melhor sistema para aproveitamento dos braços nacionais sem emprego por efeito da seca (Congresso Agrícola do Recife, 1978, p. 31-32).

Na cidade do Recife, marcou-se para os dias 6 a 13 de outubro um Congresso Agrícola. O evento visa abordar as questões apresentadas pelo Governo Imperial ao Congresso Agrícola originalmente convocado para a Corte do Império em 12 de junho. Além dos temas propostos pelo governo central, o congresso também se dedicará a questões específicas relacionadas à agricultura de exportação na região que impacta o mercado do Recife. Um enfoque especial será dado ao desenvolvimento do melhor sistema para empregar os trabalhadores nacionais desocupados devido aos efeitos da seca na região.

Os agricultores do Norte adotaram o mesmo questionário proposto no congresso do Sul como forma de protesto, pois se sentiram negligenciados e excluídos. Ambos os congressos se basearam nas cinco principais questões levantadas por um inquérito conjunto realizado pelos Ministérios da Fazenda, da Justiça e da Agricultura em 1874, com o objetivo de coletar dados sobre a situação da agricultura e auxiliar na adoção de medidas governamentais para solucionar os principais problemas identificados.

Assim sendo, Antônio Coelho Rodrigues adota um discurso no qual se debruça em realizar uma:

> [...] concordância com os proprietários do Sul, ao reforçar que não se podia desprezar esses “individuos”, tampouco deixar de notar que são desregrados, pelo fato de resistirem a “adquirem raízes no solo nem espírito de familia” e, por isso mesmo, “levam uma vida quasi nomada, construhindo habitos de ociosidade”. As atitudes contribuíam para a “dissipação, imoralidade e anarchia” e os levavam ao crime pela impunidade e proteção da classe senhorial (Monteiro, 2016, p. 144).

Portanto, ambos os congressos, o do Sul e o do Norte, basearam-se em um questionário que foi originalmente proposto em um inquérito conjunto realizado pelos Ministérios da Fazenda, da Justiça e da Agricultura em 1874. Esse inquérito tinha como objetivo coletar dados abrangentes sobre a situação da agricultura no país. A iniciativa visava compreender os desafios enfrentados pelos agricultores, identificar oportunidades de melhoria e fornecer informações

valiosas para a formulação de políticas governamentais destinadas a resolver as questões identificadas.

Ao adotarem o mesmo questionário, os agricultores do Norte expressaram não apenas suas preocupações com as condições agrícolas na região, mas também manifestaram um descontentamento mais amplo em relação à falta de representação e atenção devida por parte das autoridades governamentais. Ao unirem forças através dessa forma de protesto, os agricultores procuravam destacar a importância de suas questões e demandas, buscando uma resposta mais eficaz por parte do governo.

Essa situação ilustra como as questões agrícolas eram fundamentais para a sociedade da época e como os agricultores buscavam influenciar as políticas públicas por meio de mobilizações e participação ativa nos debates promovidos pelos congressos. O questionário em questão tornou-se uma ferramenta comum para expressar suas preocupações e demandas, unificando esforços em diferentes regiões do país.

Embora muitas Províncias tenham enviado poucas ou nenhuma informação, as principais contribuições vieram das Províncias da Bahia, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Amazonas, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul.

Essas Províncias foram mais ativas e engajadas na coleta de dados e compartilhamento de informações sobre a realidade agrícola em seus territórios. A participação mais expressiva dessas regiões sugere um interesse maior em contribuir para o inquérito conjunto realizado pelos Ministérios da Fazenda, da Justiça e da Agricultura em 1874.

As razões para essa disparidade na participação podem variar e incluir fatores como a diversidade das práticas agrícolas em cada região, a conscientização dos agricultores sobre a importância do inquérito, a capacidade administrativa das Províncias para coletar e fornecer dados, entre outros. As informações recebidas dessas Províncias mais ativas provavelmente foram valiosas para o governo na formulação de políticas agrícolas, pois representavam uma amostra significativa da situação agrícola do país. “O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e,

dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira" (Faoro, 2008, p. 873).

Essa ênfase nas contribuições dessas Províncias destaca a relevância regional na compreensão das condições agrícolas e na implementação de medidas específicas para enfrentar desafios locais. Portanto, é destacado que a partir desse cenário específico, surge uma nova política agrícola acompanhada da introdução de ideias inovadoras. Essas mudanças foram impulsionadas pela necessidade de atender às demandas essenciais desse período histórico.

Uma das principais transformações ocorridas foi o movimento gradual em direção à abolição do sistema de trabalho escravo, indicando uma mudança de paradigma em relação ao trabalho no setor agrícola. Além disso, havia uma necessidade de implementar uma política de imigração, possivelmente visando suprir a mão de obra antes ocupada pelos escravos e impulsionar o desenvolvimento do setor agrícola.

> O patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta , calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua, rígida (Faoro, 2008, p. 449.

Conforme Monteiro (2016), em termos de produção agrícola, a atividade açucareira era de grande importância na região Norte, enquanto a cafeicultura dominava o Sul. No entanto, ambos os setores enfrentaram um desafio com a crescente perda de participação no mercado externo. Essa perda de mercado motivou os grandes agricultores a buscarem uma maior intervenção dos políticos do Império Brasileiro, ou seja, uma maior participação e apoio governamental, a fim de revitalizar e fortalecer o setor agrícola.

> No final, o congressista piauiense foi aclamado pela assembleia, pois, para a elite, o discurso afinava-se com o propósito de aproximar diálogos das Províncias do Norte com a Corte, mas, para o homem pobre livre, o Congresso Agrícola fora desolador. Aliás, não sabiam, na verdade, nem o que estava acontecendo em 1878 naquela reunião, pois muitos estavam zanzando; alguns procurando emprego ou cedendo suas forças a trabalhos arranjados nos serviços locais nas vilas por onde passavam; outros resistiam, de fato, a esses "arranjos" que especulavam suas forças mais que o trabalho escravo, pois estes

> não tinham nem teto definido ao final da labuta (Monteiro, 2016, p. 146).

O autor ainda assevera que “Essa era, no Norte, a conjuntura que se estendeu durante todas as décadas dos oitocentos, distanciando ainda mais os investimentos, que priorizavam o Sul em detrimento do Norte” (Monteiro, 2016, p. 146).

> A esta região restava-lhe a peleja para reivindicar, além dos melhoramentos materiais, os míseros recursos para arcar com o ônus da seca de 1877-79, que assolou a população pobre e que necessitava, portanto, de créditos nas contas dos “socorros públicos”, já que estes davam mal para atender a pobreza local, quanto menos aos migrantes que se espalharam por toda a Província (Monteiro, 2016, p. 146).

Em suma, Monteiro (2016) evidencia o destaque realizado pelas autoridades, sobretudo Antônio Coelho Rodrigues, com a emergência de uma nova política agrícola e a introdução de ideias inovadoras para atender às demandas da época, como a abolição gradual da escravidão e a implementação de uma política de imigração.

Além disso, ressalta o papel importante das atividades açucareira e cafeicultura nas regiões Norte e Sul, respectivamente, e a necessidade dos agricultores de obterem o apoio da administração pública do Império Brasileiro diante das mudanças no mercado externo.

No entanto, observa-se que, no congresso realizado no Recife, as múltiplas necessidades da agricultura não incluíam a escassez de mão de obra. Uma conexão significativa é estabelecida entre essa escassez de trabalhadores nas plantações de café e a crescente adoção de maquinário, especialmente a partir de 1850, após o término do tráfico de escravos no Brasil.

> É certo que as lutas em massa, no decorrer das lutas abolicionistas, e o deslumbramento da liberdade com a Abolição do cativeiro incentivaram deslocamentos maciços de escravos e libertos. Todavia, em todos os episódios deste tipo logo se fazia sentir o influxo de reguladores econômicos, que compeliam o ‘negro’ a desenvolver ajustamentos que o reintegravam, como ‘pequeno empreendedor’, ‘artesão’, ‘assalariado’, dependente’ ou ‘produtor auto-suficiente’, ao sistema de produção agrícola (Fernandes, 1978, p. 38-399).

Conforme assevera Fernandes (1978), embora alguns estudos indiquem que a escravidão não era necessariamente incompatível com a introdução de técnicas mais modernas, o texto ressalta que o processo de modernização se tornou mais visível após o fim do tráfico de escravos. Isso sugere que o término do tráfico pode ter desempenhado um papel importante no impulsionamento de mudanças tecnológicas e no avanço de práticas agrícolas mais modernas, marcando uma fase mais notável de modernização no setor após esse período específico.

## 3.2 Antônio Coelho Rodrigues entra em cena com seu discurso inicial na Sessão I/79

Já no início do seu discurso, dirigindo-se aos membros do Congresso Agrícola de Pernambuco, declara que não apresentará credenciais para representar sua Província, pois ela não foi convidada para a reunião e, mesmo que fosse, não teria tempo suficiente para convocar uma assembleia de agricultores que nomeasse seu representante no congresso. Ele destaca que Pernambuco, apesar de ser uma Província agrícola, foi excluída dos convites, principalmente devido à distância, e por isso não está presente no evento.

No que se refere ao discurso de Antônio Coelho Rodrigues, ele afirma:

> Srs. Membros do Congresso Agrícola de Pernambuco, não tenho que apresentar credenciais para representar minha provincia, nem poderia mesmo representava neste Congresso ; não tanto por ou e ella deixe de ser agricola, pelo facto de ser principalmente creadora, quanto sobretudo por dous motivos de outra ordem, qualquer dos quaes é peremptorio. O primeiro é que ella foi excluida dos convites feitos pelos dignos promotores desta auspiciosa reunião, e naturalmente por causa da distância, que a separa de nós; o segundo é que, ainda quando a houvessem convidado, como ás outras aqui representadas por seus respectivos delegados, ella não teria tempo sufficiente para convocar uma assembléa de agricultores, que nomeassem o seu representante entre vós.
>
> Não tenho portanto mandato de ninguem: não poderia tel-o nessas condições, porque o tempo e o espaço m'O tornariam impossivel : fallo em meu próprio nome, como simples filho do Piauhy, residente nesta Província, onde me prendem estreitos deveres da vida pública, e relações ainda mais estreitas da vida privada.
>
> Fallo, porque não posso ser indiflerente aos interesses mais importantes de uma terra, onde resido ha muitos annos, onde tenho passado quasi metade da minha vida, onde constitui uma familia, onde finalmente já contrahí o habito [não sei se bom ou máo] de tomar a

> parte que posso, em tudo quanto, podendo interessar-lhe, é ao mesmo tempo util, grande e nobre.
> Não devo, porém, occultar-vos o meu acanhamento nesta occasião solemne, neró a hesitação que sinto, ao usar hoje da palavra que tão benevolamente me concedeis.
> Fallo com muito receio de desagradar-vos; porque a atmosphera, onde respira meu pensamento, e as idéas de que elle nutre-se, não são a atmosfera do maior numero, nem as idéas que formam a opinião dominante.
> Considero todas as revoluções e crises economicas mais ou menos determinadas e sempre precedidas de desordens e perturbações na ordem moral.
> Penso que todos os povos são mais ou menos senhores da sua sorte, que todos pelo seu procedimento justificam a maior parte dos males que supportam, e que a Providencia não é nem póde ser a causa directa e immediata da felicidade de algüns e da miseria de quasi todos. Deus ou é bom ou não é Deus; e elle seria muito máo, se por mero capricho fizes- se estes desgraçados e aquelles venturosos [Apoiados].
> Quando nos virmos em uma situação critica, ou em uma condição miseravel, antes de olharmos para o céo e clamarmos pela Providencia, olhemos primeiro para nós mesmos. [Muitos apoiados].
> Se a Providencia não destróe a liberdade, nós somos em grande parte, ou quasi exclusivamente, os autores da nossa boa ou má sorte. A felicidade entre os homens é mais uma questão de opinião ou de vaidade, ou de capricho, do que uma aspiração séria. Tenhamos todos juizo, que a fortuna ficará reduZida ao que sempre foi: á injustiça, ao capricho dos homens, ou á uma deusa da fabula [Mui" apoiados] (SAAP - *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*,1879, p. 89-90).

Em seu discurso, Antônio Coelho Rodrigues se dirige aos membros do *Congresso Agrícola de Pernambuco*, declarando que não possui credenciais para representar sua Província no congresso. Ele explica que sua Província não foi convidada para participar da reunião devido à distância geográfica e que, mesmo se tivesse sido convidada, não teria tempo suficiente para convocar uma assembleia de agricultores e nomear um representante.

Antônio Coelho Rodrigues, ressalta que está falando em seu próprio nome, como um residente da Província do Piauí, e expressa seu compromisso com os interesses importantes da terra em que vive há muitos anos. Ele reconhece também o seu desconforto e hesitação ao falar naquela ocasião, temendo desagradar aos presentes, pois suas ideias podem não estar alinhadas com a opinião dominante. Sobre essa questão do poder soberano e as relações de poder do período imperial par ao republicano, Raymundo Faoro (2008) elucida a existência de um

> [...] Predomínio do soberano, legitimado no Poder Moderador, a centralização articulada, na corte, pela vitaliciedade, o voto manipulado

> não criam, como entidades feitas de vento, o sistema político. Este assenta sobre a tradição, teimosa na sua permanência de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas ideias importadas [...]. Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania (Faoro, 2008, p. 444-445).

Em seguida, compartilha suas crenças sobre as revoluções e crises econômicas, afirmando que elas são geralmente precedidas por desordem e perturbações na ordem moral. Ele acredita que os povos são em grande parte responsáveis por sua própria sorte, e que a Providência Divina não é a causa direta e imediata da felicidade ou miséria das pessoas. Incentiva a autoavaliação e a responsabilidade pessoal antes de atribuir os problemas à providência, pois:

> Durante os períodos colonial e imperial, tanto no campo como nas cidades, a pobreza foi se adensando como consequência de uma sociedade desigual e pouco flexível à absorção da mão-de-obra livre e liberta. Esse contingente era ampla maioria na população das cidades. No entanto, poucos pesquisadores se debruçaram sistematicamente sobre o tema, e menos ainda sobre os que, cruzando o limite da pobreza, caíam na indigência ou passavam a viver na itinerância (Fraga Filho, 1994, p. 09).

Desse modo, diante da condição de pobreza generalizada na tessitura social, Coelho Rodrigues argumenta que a felicidade entre os seres humanos é mais uma questão de opinião, vaidade e capricho do que uma aspiração séria, e ele conclui dizendo que, se as pessoas agirem com bom senso, a sorte será reduzida à injustiça, ao capricho humano ou a uma mera figura mitológica, referindo-se à fortuna.

## 3.3 A Sessão I/87-88 e o relato sobre a circunstância do trabalho servil escravista no Brasil

Antônio Coelho Rodrigues já iniciou seu o argumento expondo sua opinião sobre que a escravidão e a herança necessária são as origens dos vícios nacionais, preguiça e luxo. Ele sugeriu que esses vícios, por sua vez, são as causas fundamentais da expansão de empregos públicos e do abuso de crédito.

> Eu disse-vos que a escravidão e a herança necessaria eram as mães dos nossos dous vicios nacionaes a preguiça e o luxo; assim como que estes eram os progenitores da forne de empregos publicos e do abuso do credito. Pois bem accrescento agora que a escravidão não nos deve incommodar para o futuro, porque está morta em sua fonte, e a iniciativa panicular vai fazendo pela sua abolição tanto quanto o fundoo de emancipação, e talvez mesmo mais do que ella.
> Quanto a herança necessaria sua abolição depende de ama simples lei, que não produziria abalo neste paiz, onde a do elemento servil foi recebida com calma ; que em meio seculo, ou menos, tranformaria entre nós o patrio poder ; estreitaria os laços da familia, promoveria o sentimento da responsabilidade e por consequencia a iniciativa individual, e mudaria completamente o caracter publico e o privado da nação brasileira.
> Isto ha de vir eu o espero e desejo, e só não veio ainda porque é preciso muita philosophia, ou muita curiosidade, para analysarmos os factos, que repetemse diariamente sob nossos olhos, ou estudarmos os motivos de um statu quo tão antigo e arraigado em nossos habitos.
> Não são porém a escravidão e a herança necessaria as causas unicas da preguiça e do luxo : a mania de imitar a Europa e a existência de pinoues sinecuras, destribuidas arbitrariamente pelo governo, tambem alimentam este, e aquella conta, entre outras causas peculiares a uberdade do solo em muitas partes, a super abundancia delle em relação a população, e sobretudo a falta de vias de communicação e o systema eleitoral. Destas tocarei sómente nas que de mais perto vos podem interessar,
> Quem vivendo longe dos grandes mercados, produz mais do que consome e acha-se na triste alternativa de ver perder-se inultimente o fructo do seu trabalho ou correr o risco de um transporte difficll e tão dispendioso que as vezes absorve o preço dos seus productos, limita sua actividade naturalmente e é preguiçoso por força das circumstancias (SAAP - *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*,1879, p. 97-100).

Analisando esse discurso é notório que é sobre questões sociais e econômicas do Brasil, Antônio Coelho Rodrigues começa falando sobre a escravidão e a herança necessária como as fontes dos vícios nacionais do país: preguiça e luxo, que por sua vez alimentam o aumento de empregos públicos e o abuso de crédito. No entanto, ele expressa otimismo ao afirmar que a escravidão está sendo abolida pela iniciativa particular, superando até mesmo os esforços oficiais. O autor antecipa que a escravidão não será mais uma preocupação futura, contrastando com a persistência dos problemas relacionados aos empregos públicos e ao crédito.

Sobre a questão herança necessária que ele aborda em seguida, Antônio Coelho Rodrigues, inicia a escrita de sua obra intitulada *A República na América do Sul***,** de 1906, no qual afirma que “a lei natural, diz muito bem Montesquieu, obriga os pais a criarem os filhos, mas não a os fazerem herdeiros”

(Rodrigues, 1906, p. 31). A herança necessária, tal como temos, é contaria à economia política, ao mesmo tempo que ao direito e à moral.

Percebe-se que em seu discurso destaca uma separação entre as responsabilidades parentais imediatas (criar os filhos) e a decisão de deixar uma herança. Portanto, ele critica a prática da herança obrigatória, questionando sua conformidade com princípios éticos, legais e econômicos.

Argumenta-se que impor a obrigação de deixar herança aos pais pode ser ética e legalmente questionável, além de potencialmente criar distorções econômicas. A crítica sugere a necessidade de reavaliar a justificativa por trás dessa prática. Antônio Coelho Rodrigues expõe que a "lei civil garante a riqueza, pelo único fato de ter nascido de pais ricos, em todas as razões para ser preguiçoso e pródigo e nenhuma para ser laborioso e econômico" (Rodrigues, 1906, p. 31).

A ideia é que a lei civil cria condições que encorajam a preguiça e o desperdício, enquanto não oferece razões suficientes para incentivar a diligência e a economia. A crítica parece se concentrar na percepção de que, em alguns sistemas legais, a herança e a transmissão de riqueza podem ser automáticas e amplamente baseadas no nascimento em uma família rica, em vez de na meritocracia ou esforço individual. Isso pode resultar em uma situação em que as pessoas não têm incentivos para serem trabalhadoras e econômicas, pois a riqueza é garantida simplesmente pela herança. O ensino agrícola, visto como uma possibilidade de emancipação do sujeito escravizado, que poderia mudar a relação da população pobre com os serviços agrícolas.

> Combinada a uma vigilante política de imigração que vedasse a entrada de raças degeneradas, os aprendizados e as escolas práticas de agricultura seriam concebidos como instituições públicas, privadas ou mistas, voltadas para a formação educacional e instrução profissional da nova mão-de-obra que deveria substituir o braço escravo. Seria preciso conferir aos libertos e aos demais pobres, nacionais e estrangeiros, não apenas as habilidades técnicas indispensáveis ao melhoramento dos cultivos, mas, incutir-lhes o dever e o amor ao trabalho, atributos morais indispensáveis e sem os quais permaneceriam alcunhados como subumanos (Lourenço, 1998, p. 180-181).

Ele sugere que esses vícios levam à criação de empregos públicos desnecessários e ao abuso de crédito. No entanto, o autor diz que a escravidão

não deve ser um problema para o futuro, pois está em declínio, e a iniciativa privada está trabalhando para sua abolição.

Ele até sugere que a iniciativa privada pode estar fazendo mais do que os esforços de emancipação do governo. Quanto à herança necessária, o autor acredita que sua abolição depende apenas de uma lei simples, que não causaria problemas significativos no país.

Ele argumenta que essa abolição transformaria o poder patriarcal, fortaleceria os laços familiares, promoveria a responsabilidade individual e mudaria completamente o caráter público e privado da nação brasileira. O autor afirma que a escravidão e a herança necessária não são as únicas causas da preguiça e do luxo. Menciona a tendência de imitar a Europa e a existência de cargos distribuídos arbitrariamente pelo governo como alimentadores desses vícios. Outras causas incluem a abundância de terras em algumas regiões, a falta de infraestrutura de transporte e o sistema eleitoral.

Em seguida, ele aborda a questão da atividade econômica em regiões remotas e com poucos mercados. Argumentando que aqueles que produzem mais do que consomem nessas áreas são limitados pela dificuldade e alto custo do transporte, o que leva à indolência por circunstâncias inevitáveis.

Em sua próxima fala Antônio Coelho Rodrigues, expressa receios em relação à intervenção do governo, especialmente em assuntos econômicos. No entanto, ele sugere que, nas atuais condições, aceitaria essa intervenção para promover as vias de comunicação e os meios de transporte. Ele critica os gastos do governo com a importação de colonos estrangeiros, alegando que esses recursos seriam mais bem aplicados no desenvolvimento de infraestrutura.

> Tenho muito medo da iniciativa official, sobretudo em materias economicas ; mas nessas condições tolerai-a hia de bom grado para promover as vias de communicação e os meios de transporte, aos quaes eu quizera ver applicadas todas quantas sommas enormes tem o governo consun)ido com a importação de colonos estrangeiros, que custam um pelos outros o preço dos escravos trazidos outr'ora da Costa d'Africa, e compõe-se na maior parte da peior gente, de gente qne os paizes d'onde vern deveriam pagar-nos por verem-se livres della. [Apoiados].
>
> Isto seria preferivel aos recursos directos, de que tanto se fitlla e que para mim tem o simples inconvenientes de serem impossiveis. Com effeito, desde que o Estado não é urn grande proprietario ; desde que seus recursos proveem dos impostos, que elle percebe (log ci ladàos ; desde que a agricultura é sua principal fonte de receita, eu não

> comprehendo como elle possa auxilial-a, se ella não pode subsistir por seus meios de vida.
> D'onde viriam os capitaes do governo, applicados a esse apregoado auxilio? Do interior não, porque, se nós temol-os no paiz e elles fogem da lavoura é porque encontram melhor emprego n'outras industrias. Desvial-os destas e forçai-os a affluirem para aquella além de ser uma violencia contra a propriedade. seria economicamente um pessimo negocio ; porque o interesse tem muitas vezes mais força do que o sentimento do dever e sempre muito mais perspicacia e botn senso do que todos os nossos Estadistas.
> Depois esses capitaes, quando affluissem para a lavoura por intermedio do governo, não cahiriam (SAAP - *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*,1879, p. 97-100).

Portanto, expressa preocupação com a iniciativa oficial, especialmente em questões econômicas, mas ele argumenta que seria aceitável se fosse usado para melhorar as vias de comunicação e os meios de transporte. Ele critica a importação de colonos estrangeiros, afirmando que os recursos financeiros do governo seriam mais bem utilizados nesse tipo de infraestrutura do que em auxílios diretos.

Por fim, o autor questiona de onde viriam os recursos financeiros do governo para esses auxílios diretos. Ele enfatiza que não seria viável desviar capital de outras indústrias, pois isso seria uma violência contra a propriedade e economicamente prejudicial. Ele também destaca que o interesse econômico tem mais força do que o senso de dever e que os estadistas do país devem levar isso em consideração.

Sobre isso, remetemos aos pressupostos de Faoro (2008), quando o autor afirma que:

> [...] O governo tudo sabe, administra e provê. Ele faz a opinião, distribui a riqueza e qualifica os opulentos. O súdito, turvado com a rocha que lhe rouba o sol e as iniciativas, tudo espera da administração pública, nas suas dificuldades grandes e pequenas, confiando, nas horas de agonia, no milagre saído das câmaras do paço ou dos ministérios. Esse perigoso complexo psicológico inibe, há séculos, o povo, certo de que o Estado não é ele, mas uma entidade maior, abstrata e soberana (Faoro, 2008, p. 451).

Contudo, os discursos de Antônio Coelho Rodrigues vão além dos problemas com a escravidão, o fim dela com a chegada dos colonos advindo de outros territórios. O autor questiona a falta de investimento estrangeiro no país, mesmo com a existência de leis de auxílio à agricultura. Ele argumenta que o

governo tem abusado do crédito e, consequentemente, prejudicado sua reputação.

Os investidores estrangeiros exigiriam garantias excessivas e condições onerosas, resultando em benefícios reduzidos para o país. Além disso, ele faz critica a distribuição de auxílios, afirmando que é influenciada pelo viés partidário. Ele usa o exemplo da colonização estrangeira e contratos prejudiciais ao país como evidência.

Também é discutido o sistema eleitoral, alegando que ele contribui para a preguiça e ociosidade dos brasileiros. Ele menciona a necessidade de medidas para combater esses problemas, como estabelecer residência fixa e trabalho honesto para os menos favorecidos. O autor, desse modo, defende a não intervenção direta do governo nas relações econômicas, a garantia da liberdade nas indústrias e a não proteção governamental.

Portanto, enfatiza a necessidade de evitar a imobilização de capitais e a colonização estrangeira prejudicial, buscando soluções que não sobrecarreguem o país. O autor afirma que o Brasil possui recursos e capital suficientes, mas falta credibilidade entre os particulares. Ele também critica a má administração dos recursos públicos e a corrupção relacionada à colonização estrangeira.

O discurso do autor é defendido pelo presidente do Congresso, que acredita na importância da liberdade de expressão e discussão aberta no parlamento. Contudo, os Congressos Agrícolas de 1878 foram eventos importantes que se concentraram nas discussões sobre a suposta crise de mão-de-obra escrava no Brasil e nas possíveis alternativas para resolver esse problema. Uma das propostas discutidas nesse contexto era a migração de trabalhadores estrangeiros para o Brasil. Essa sugestão ganhou relevância em um cenário de transformações no sistema capitalista mundial.

> Com ou sem discriminação, o fato é que as diferenças entre as economias açucareira e cafeeira implicavam o crescente distanciamento entre o Norte e o Sul do Império. A uma tendência geral de baixa de preços dos produtos de exportação do Nordeste, em especial do açúcar e do algodão, somou-se o impacto da seca de 1877-1878, a definir os contornos do pano de fundo subjacente à realização do encontro de Recife (Motta; Lopes, 2019, p. 604).

A migração de mão-de-obra estrangeira para o Brasil, como solução para a crise de mão-de-obra escrava, acentuou as contradições internas do

sistema escravista no país. As mudanças no contexto global do sistema capitalista influenciaram diretamente essas discussões, trazendo à tona novos desafios e dilemas para o modelo econômico vigente.

Nesse contexto, a crise da escravidão negra no Brasil e o surgimento de novas formas de mobilidade internacional da força de trabalho não foram eventos isolados, mas sim fenômenos conectados às condições estruturais mais profundas do capitalismo mundial. As transformações econômicas e sociais globais tiveram impacto significativo nas dinâmicas internas do Brasil, influenciando as discussões e propostas apresentadas nos congressos agrícolas da época.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou estudar as concepções de Antônio Coelho Rodrigues para a história política do Brasil e do Piauí, sobretudo na temporalidade do século XIX, além do destaque que deu a Província do Piauí nesse período. Inferimos que Antônio Coelho Rodrigues, no contexto das publicações de 1884, participou e contribuiu significativamente para a construção dos processos históricos na transição política dos regimes, bem como discorrer a respeito das críticas ao Imperador feitas sobre o elemento servil, apresentando-lhes a ótica de Coelho Rodrigues sobre esse fato.

O *Manual do Subdito fiel, ou, Cartas de um lavrador a sua Majestade o Imperador* realiza uma série de questões sociopolíticas-culturais do período em questão, sobretudo a reveladora influência do elemento servil na cotidianidade, viabilizadas pela elite piauiense e brasileira. Os Trabalhos do *Congresso Agrícola do Recife* permitem compreendermos as tessituras do elemento servil ou do fim da escravidão no país entre o fim do período monárquico e início do período republicano através dos discursos e posicionamentos de sociopolíticos de Antônio Coelho Rodrigues.

Mesmo assim, vale salientar que os discursos de Antônio Coelho Rodrigues foram divergentes. Uma coisa é o discurso, outra é a prática, tendo em vista a manutenção da escravidão no Brasil. Somente através da pressão inglesa e da disposição do país em aplicar legislações e fiscalizações mais rigorosas, houve uma redução significativa da entrada de novos africanos no país. Embora os dados indiquem a continuidade do tráfico, este passou a ser mais reprimido, diminuindo drasticamente após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

Além disso, outros elementos contribuíram para tornar a mão de obra escrava mais cara na segunda metade do século XIX. Os riscos associados ao tráfico resultaram em aumentos significativos nos preços cobrados pelos traficantes por escravos. Essa elevação de custos agiu como um obstáculo adicional, impedindo que os senhores de terra adquirissem novos escravos como anteriormente.

Consequentemente, a redução acentuada no tráfico se intensificou, uma vez que os altos preços tornaram inviável para os proprietários de terras continuar comprando escravos. Gradualmente, a escravidão tornou-se insustentável, especialmente com o surgimento de leis abolicionistas, como a Lei Diogo Feijó, a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, finalmente, a Lei Áurea (1888). Estas leis foram fundamentais para o fim do sistema escravista no Brasil.

A evolução das leis relacionadas à escravidão no Brasil ao longo do século XIX e destaca as complexidades na implementação dessas normas devido à resistência de uma classe dominante. As leis, embora criadas com o objetivo de modificar o sistema escravocrata, eram frequentemente ineficazes na prática, pois não conseguiam enfrentar a realidade social e econômica que favorecia os detentores do poder.

Apesar da falta de aplicação efetiva, as novas leis tiveram um impacto indireto e gradual na cultura da escravidão. Elas permitiram, mesmo que de maneira incisiva, o acesso à justiça para os cativos, oferecendo algumas garantias, como a possibilidade de buscar a liberdade através do sistema judicial, seja por emancipação gradual ou pela compra da alforria.

A pressão internacional, especialmente da Grã-Bretanha, também foi mencionada como um fator relevante na superação do tráfico negreiro. A Grã-Bretanha era uma potência mundial que defendia o fim da escravidão não apenas no Brasil, mas em várias nações.

O texto destaca que a escravidão no Brasil não foi abolida simplesmente por meio de mudanças legais, mas sim em um período em que as resistências contra o sistema escravagista já não eram tão proeminentes. Apesar da abolição formal, as consequências da escravidão continuam a afetar a sociedade brasileira, refletindo-se em desigualdades, preconceitos e questões sociais não resolvidas. O texto também antecipa a discussão sobre a escravidão contemporânea como um desdobramento desse legado histórico colonial e imperial.

Portanto, as duas fontes utilizadas nessa escrita têm em comum o envolvimento e a preocupação de Antônio Coelho Rodrigues com questões sociais e políticas do Brasil, especialmente relacionadas à agricultura e à

questão da escravidão. Tanto no "Manual do Subdito Fiel" quanto em sua participação no Congresso Agrícola do Recife, Rodrigues expressa suas opiniões e defende seus pontos de vista sobre como melhorar a condição dos trabalhadores rurais e promover mudanças na sociedade brasileira. Em ambas as situações, ele busca influenciar as políticas e as práticas vigentes, lutando por reformas que visem a justiça social e o progresso do país.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

AGUIAR, Antônio Chrysippo. Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio. 1ª ed. Teresina, 2006.

AVELINO, Jarbas Gomes Machado. Atuação Intelectual de Antônio Coelho Rodrigues com expressão do intervalo entre a Faculdade de Direito do Recife e a Escola do Recife. **Anais**. 31º Simpósio Nacional de História – ANPUH/RJ 2021.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **Contribuição de Coelho Rodrigues ao Direito Civil Brasileiro**. Teresina: 1998.

C. **Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade O Imperador**. Rio de Janeiro, 1884.

COSTA FILHO, Vescelau Tavares. Antônio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil. **Revista de Informação Legislativa.** ano 51, 203 n. 2014.

DAMASCENO, Ítalo Bruno Araújo. **Antônio Coelho Rodrigues na transição entre a Monarquia e a República:** Movimentações políticas e jurídicas de um sujeito histórico contraditório. 2022. Dissertação (Mestrado em História do Brasil-PPGHB) – Universidade Federal do Piauí, 2022.

DISCURSO proferido pelo exm. sr. dr. Antônio Coelho Rodrigues por ocasião da instalação da sociedade emancipadora (...). **O Piauhy** – Teresina, 9 de novembro de 1870. Ano IV. Número 148, p. 3.

JORNAL O PIAUHY. **Órgão do Partido Conservador:** Publicação de 13 de maio de 1871. Ano IV, nº172. Teresina, Piauí. p. 4. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Piauhy/217204. PDF. Acesso: jun/ 2023.

LOPES, Raimundo Hélio; MESQUITTA, Claúdia. **RODRIGUES, Antônio Coelho**. 2014. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RODRIGUES, %20Ant%C3%B4nio%20Coelho.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MAGALHÃES, Joseli Lima. **Comentários críticos ao livro Antônio Coelho Rodrigues:** vida e obra, de Francisco de Assis Couto Castelo Branco. Teresina: EDUFPI, 2022.

MIRANDA, Reginaldo**. Antônio Coelho Rodrigues**. 2021. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/antonio-coelho-rodrigues>. 2021. Acesso: 12 nov. 2022.

PINHEIRO, Jandielle Alves. **Antônio Coelho Rodrigues:** História e discursos nas publicações do jornal *O Piauhy*,1869-1873. 2013. Graduação (Monografia de História) - Universidade Federal do Piauí, 2013.

RODRIGUES, Antônio Coelho. **A República na América do Sul**. 2ª Ed. Suissa: BENZIGER &Co. S. A., 1906.

_____. **Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade O Imperador**. Rio de Janeiro, 1884.

SAAP. **Trabalhos do congresso agrícola do Recife**. Recife: Tip de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

SILVA, Rodrigo Caetano. **Antônio Coelho Rodrigues:** um abolicionista médico. Revista história, histórias, Brasília, v. 4, n. 8, p. 75-92, 2016.

TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE. **Comprehendendo os documentos relativos aos factos que precederam**. Collegidos e Publicados Integralmente por Deliberação do Mesmo Congresso pela Sociedade Auxiliadora da agricultura de Pernambuco. Rep. De Manoel Figueiredo de Farias, Recife, 1879.

**Bibliografia**

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs). **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGH/UFF, 2011.

ANDRADE, Giselle Cardoso de. Formação do Bacharel em Direito no século XIX. **BuscaLegis.ccj.ufsc.br**. 2006.

ANTUNES JÚNIOR, Daniel. **Téofilo Benedito Ottoni:** Patrono da Cadeira número 43. Online. Disponível em: <https://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7620. Acesso em: 05 fev. 2024.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY. Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 29.

BARBOSA, Silvana Mota. A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Sessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862 – 1863). *In:* CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 126.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Pontos e Bordados:** Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução de Angela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020. 183 p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª ed. São Paulo: Vozes, 2011.

CHURCHILL, Winston, ADLER, B., The Churchill wit, Editora Coward-McCann, 1965. Disponível em: <https://www.pensador.com/autor/winston_churchill/>. Acesso em 07 abr. 2023.

DISCURSO de Christiano Otoni ao Senado de 09 de julho de 1884, reproduzido em Lima, Lana Lage da Gama, **Rebeldia Negra & Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder:** Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FLÁVIO MOTTA, José; SUAREZ LOPES, Luciana. Os cisnes cantam e a onda verde passa: os congressos agrícolas de 1878 e a demanda da lavoura por

capitais. **Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp. IE., ano 2018, n. 1, 4 jan. 2018.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.

GONDAR, Jô. Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social. **Morpheus** - Revista Eletrônica em Ciências Humanas. Ano 08, número 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. Fragmentos da la Memória Colectiva. Seleção e tradução: Miguel Angel Aguilar D. Universidade Autônoma Metropolitana – Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. **Revista de Cultura Psicológica**, Ano 1, Número 1, México, UNAM – Faculdade de Psicologia, 1991.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada:** ideias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp.

MACHADO, Anderson da Silva. Escravos, jornais e propaganda: o Piauí na rota da escravidão de 1848-1885. Anais. 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro-RJ, 2021.

MACHADO, Maria Helena Toledo Pereira. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão. *In:* Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (orgs.). **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGH/UFF, 2011. p. 10-28.

MAINGUENEAU. Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.p. 54.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralisado:** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em História) – Recife, 2016.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 214 p.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense:** atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

_____. Imprensa Piauiense: entre a Literatura e a Política - **VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói-RJ, 2008.

RÉMOND, René. **Por uma História política**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003.

ROSADO, Sofia. Biografia. *In:* CEIA, Carlos. E – **Dicionário de termos literários**. Portugal, 1932. Disponível em: www.fcsh.uni.pt/edtl/verbetes/B/biografia.htm. Acesso em: 2 dez. 2022.

SILVA, Alexandre Alves; CAXILE, Carlos Rafael Vieira. **Introdução aos Estudos Históricos**. Sobral: EGUS, 2015.

_____. **Leis, mortes e fugas:** o processo de abolição da escravidão e a entrada dos imigrantes no Piauí (1872-1887). 2022. 322 f. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) - Instituto De Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2022.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.